

Detailed press reports

Coal

Governo adquiriu 5 por cento da Vale Moçambique

O Governo adquiriu, no primeiro semestre deste ano, cinco por cento das acções da mineradora Vale Moçambique, dando fim a várias negociações levadas a cabo desde a implantação da companhia no país, disse em Tete o director das operações da companhia.

Maputo, Terça-Feira, 23 de Outubro de 2012:: Notícias

Além dos cinco por cento, estão ainda na mesa das negociações a aquisição de mais dez por cento para os investidores locais. Para este passo, o Governo está ainda a estudar as estratégias que determinarão a transferência dos dez por cento para os grandes investidores e para o mercado das acções de Moçambique, segundo o director das operações da Vale Moçambique, Altiberto Brandão. Brandão afirmou que o crescimento do projecto de carvão mineral de Moatize é que vem sustentar estas transferências das acções para o Governo e alguns potenciais investidores locais.

RM

Governo adquiriu cinco por cento das acções da mineradora Vale Moçambique

O País TERÇA, 23 OUTUBRO 2012 00:50 REDACÇÃO

Além da província de Tete, a Vale Moçambique, está a fazer pesquisa e prospecção de recursos minerais na província do Niassa e Nampula

O Governo moçambicano adquiriu, no primeiro semestre deste ano, cinco por cento das acções da mineradora Vale Moçambique, dando fim a várias negociações levadas a cabo desde a implantação da companhia no país, disse em Tete o director das operações da companhia.

Além dos cinco por cento, estão ainda na mesa das negociações a aquisição de mais dez por cento para os investidores locais.

Para este passo, o Governo está ainda a estudar as estratégias que determinarão a transferência dos dez por cento para os grandes investidores e para o mercado das acções de Moçambique, segundo o director das operações da Vale Moçambique, Altiberto Brandão.

Brandão afirmou que o crescimento do projecto de carvão mineral de Moatize é que vem sustentar estas transferências das acções para o Governo e alguns potenciais investidores locais.

Além da província de Tete, a Vale Moçambique, está a fazer pesquisa e prospecção de recursos minerais na província do Niassa e Nampula.

Abdul Razak preocupado com atrasos da Coal India na exploração de carvão

O País SEXTA, 19 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

o vice-ministro adiantou que o governo moçambicano tem estado a “cooperar com a Coal India a fim de que a empresa possa respeitar os compromissos a que se obrigou.”

O governo está preocupado com os atrasos inexplicáveis por parte da estatal indiana Coal India em iniciar a exploração de dois blocos carboníferos em Tete, afirmou, em Nova Deli, o vice-ministro dos Recursos Minerais, Abdul Razak.

Citado pelo “The Wall Street Journal”, o vice-ministro adiantou que o governo moçambicano tem estado a “cooperar com a Coal India a fim de que a empresa possa respeitar os compromissos a que se obrigou.”

O jornal cita, ainda, um responsável governamental indiano que, pedindo anonimato, declarou que além da exploração mineira propriamente dita, a Coal India tem ainda de pôr em funcionamento um instituto de formação centrado na actividade mineira carbonífera “o que até à data ainda não aconteceu.”

O presidente do grupo, S. Narsing Rao, reconheceu a existência de atrasos, mas adiantou terem sido feitos “progressos consideráveis em Moçambique nos últimos três a quatro meses” e frisou que o contrato de exploração será assinado nas próximas duas semanas e que as operações no terreno começarão o mais tardar em Dezembro.

Privados esboçam visão para recursos naturais

O VICE-PRESIDENTE da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Quessanias Matsombe, considerou que “a exploração de recursos naturais em Moçambique, com destaque para o gás natural e o carvão mineral, tem o potencial de gerar um fluxo enorme de receitas e que tendo em conta este cenário a sua agremiação está a construir uma visão que se centra na definição de uma perspectiva que seja favorável à participação efectiva dos nacionais em parceria com os estrangeiros”.

Maputo, Terça-Feira, 23 de Outubro de 2012:: Notícias

Matsombe defendeu esse posicionamento recentemente em Maputo, no decurso de um Fórum de Negócios da Commonwealth organizado pela Commonwealth Business Council, Governo de Moçambique, Centro de Promoção de Investimentos (CPI) e a CTA - Confederação das Associações Económicas de Moçambique.

“A realização deste fórum com este formato irá permitir que os empresários do Reino Unido e de outros países dispostos a investir e fazer negócios em Moçambique vejam a grandeza e o vastíssimo leque de oportunidades que o país possui”, disse Quessanias Matsombe.

De referir que na mesma ocasião o Presidente da República, Armando Guebuza, alertou para a necessidade de as extensas reservas de recursos naturais existentes no país, nomeadamente o carvão mineral, gás natural, ouro, titânio, grafite, cobre e ferro, beneficiarem Moçambique e aos moçambicanos, daí a aposta na adição de valor, porque a sua exportação sem processamento representa, no mesmo instante, a exportação de oportunidades de industrialização e de geração de mais postos de trabalho”.

De acordo com o Presidente da República, “a área de infra-estruturas, habitualmente tida como sendo da responsabilidade do sector público, também apresenta enormes oportunidades para contribuir para este crescimento que prevemos no país”.

Na verdade, segundo acrescentou o estadista moçambicano, “a crescente pressão sobre as infra-estruturas existentes, concebidas numa dinâmica totalmente diferente da actual, exige respostas rápidas, estruturadas e sustentáveis. Este investimento pode ser realizado por operadores privados, de forma individual ou em parceria com o sector público”.

Por seu turno, Lord Marland, secretário de Estado para Negócios, Inovação e Habilidades do Reino Unido, indicou que “a amplitude deste interesse em negócios em Moçambique demonstra o elevado nível de investimento internacional que há actualmente em Moçambique”.

“Como um potencial gigante nas indústrias de mineração, energia, agricultura e turismo, este interesse não é surpreendente, e este crescimento levará a enormes oportunidades extras em áreas como a dos bens de consumo, tecnologias de informação e comunicação, saúde, educação e habitação, à medida que o padrão de vida dos moçambicanos começar a melhorar”, frisou Lord Marland.

Durante dois dias, o Fórum de Negócios da Commonwealth reuniu empresários de 26 países da organização com o objectivo de explorar oportunidades de negócios nos sectores de recursos minerais, agricultura, agro-indústria, transportes e comunicações, energia, turismo, serviços financeiros, infra-estruturas, entre outros.

Rwanda Murder

Theogene Turatsinze estava na mira do esquadrão de morte de Paul Kagame

O País SEXTA, 19 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Revela a imprensa ruandesa.

“As coisas se complicaram-se quando os auditores, recentemente, começaram a investigar o Banco, e procuraram ajuda de Theogene Turatsinze. Isto é o que pode ter levado Turatsinze à morte prematura”.

A morte de Theogene Turatsinze, antigo director do Banco de Desenvolvimento de Ruanda, e, até à data da sua morte, vice-presidente da Fundação Cardeal Dom Alexandre Maria dos Santos e,

simultaneamente, membro do Conselho Superior da Universidade São Tomás, é vista, no Ruanda, como tendo sido executada pelo esquadrão de morte do presidente do Ruanda, Paul Kagame.

O jornal ruandês “Umuwugizi” escreve que, no ano passado, os serviços de inteligência britânicos, a Scotland Yard, advertiu dois ruandeses sobre a existência de um plano do seu assassinado, que estava a ser preparado pelos “esquadrões da morte de Kagame”. Na mesma altura, refere o mesmo jornal, a Suécia expulsava um diplomata ruandês que estava a aterrorizar os ruandeses naquele país.

“Mais ruandeses estavam à espera que o regime de Kagame estivesse mais ocupado em encontrar soluções para a sobrevivência devido aos cortes nos pacotes de ajuda externa e não conspirar para matar mais pessoas. Esta visão pode estar errada, especialmente quando se olha para as circunstâncias da morte do antigo director do Banco de Desenvolvimento da Ruanda, Theogene Turatsinze”, acrescenta o jornal.

Theogene demitiu-se do Banco em 2007. Na época, James Musoni era ministro das Finanças, e Henry Gaperi foi o presidente do Conselho de Administração do Banco. Este foi também o momento em que alguns investidores alemães, através da sua Corporação de Desenvolvimento Africano, compraram 25% do banco.

Assassinato em Maputo

O País QUINTA, 18 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

O antigo director do Banco Ruandês de Desenvolvimento (BRD), Théogène Turatsinze, foi assassinado em Moçambique por pessoas ainda não identificadas, anunciou, terça-feira, a Embaixada do Ruanda na África do Sul.

O corpo do ruandês Théogène Turatsinze, actual vice-reitor da Universidade São Tomás de Moçambique, foi encontrado, em Maputo, amarrado e a flutuar numa praia da capital moçambicana.

Segundo uma nota da Embaixada do Ruanda na África do Sul, citado pela imprensa nacional e estrangeira, o corpo foi encontrado no domingo, depois de Turatsinze ter desaparecido durante dois dias.

A última vez que tinha sido visto, sexta-feira, estava na companhia de um grupo de investidores estrangeiros, dos quais se despediu no hotel onde estes estavam alojados.

Théogène Turatsinze era vice-presidente da Fundação Cardeal Dom Alexandre José Maria dos Santos e vice-reitor das Universidade São Tomás de Moçambique, ambas instituições ligadas à igreja católica em Moçambique.

Ex-director de banco ruandês encontrado morto em Maputo

O ANTIGO director do Banco Ruandês de Desenvolvimento (BRD), Théogène Turatsinze, foi encontrado morto em Maputo, num caso em que há fortes suspeitas de se tratar de assassinato, anunciou terça-feira a Embaixada do Ruanda na África do Sul.

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

Numa nota de imprensa, citada ontem pela AIM, a Missão Diplomática ruandesa não especifica o local exacto da ocorrência, mas refere que o corpo de Turatsinze foi encontrado no litoral do Oceano Índico por uma patrulha da Polícia moçambicana, perto do seu carro. Segundo testemunhas, Turatsinze estava na companhia de um grupo de cidadãos ruandeses que haviam convocado uma reunião algures na capital do país, indica o comunicado.

Corpo de Turatsinze recebido por altos responsáveis

O CORPO de Théogene Turatsinze, ex-director do Banco Ruandês de Desenvolvimento (BRD,) chegou a Kigali e foi acolhido por vários oficiais ruandeses, incluindo o vice-presidente do Senado, Bernard Makuza.

Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

Turatsinze foi morto semana passada em Maputo por pessoas ainda não identificadas. Na altura dos factos ele estava em companhia de um grupo de compatriotas que o haviam convidado para uma reunião e o seu corpo seria descoberto mais tarde pela PRM na praia da Costa do Sol. Num comunicado, o Governo ruandês condenou este assassinato e reclamou pela abertura de "um inquérito judicial aprofundado" sobre o sucedido.

PRM diz ter suspeitos do assassinato de Turatsinze

A PRM afirma ter identificado indivíduos suspeitos que poderão estar envolvidos no assassinato de Theogene Turatsinze, cidadão ruandês, cujo corpo foi encontrado na semana passada a flutuar na praia da Costa do Sol, noticiou a AIM.

Maputo, Terça-Feira, 23 de Outubro de 2012:: Notícias

Antigo director do Banco de Desenvolvimento do Ruanda (RDB), Turatsinze era, até à data da sua morte, vice-reitor da Universidade São Tomás de Moçambique (USTM), instituição pertencente à Igreja Católica. A sua morte foi inicialmente reportada pela Embaixada do Ruanda em Pretória, na África do Sul. Na quinta-feira, a PRM confirmou ter encontrado o corpo de Turatsinze, mas disse não saber o autor e nem as motivações do crime. Falando ontem no habitual "briefing" semanal à Imprensa, o porta-voz do Comando da PRM na cidade de Maputo, Orlando Mudumane, disse não haver detidos, mas que já identificou alguns indivíduos suspeitos de ligação com o caso.

Agriculture

ZAMBÉZIA - Queimadas e agricultura rudimentar podem provocar aluimento de terras em Gúruè

Queimadas descontroladas que estão a ocorrer nas encostas dos montes Tumbine e Namuli, associadas a uma agricultura rudimentar, poderão provocar o aluimento de terras nos municípios de Milange e Gúruè, na província da Zambézia.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Os camponeses, sem a autorização, estão a investir contra o meio ambiente, fazendo queimadas para a prática de actividades agrícolas, facto que, nos últimos tempos, está a provocar o aumento de temperaturas.

As autoridades municipais na vila de Milange e da Agricultura na cidade de Gúruè disseram, em momentos diferentes, quando abordados pela nossa Reportagem, que as duas regiões estão, nos últimos dois anos, a provocar a escassez de chuvas.

Joaquim Tebulo, vereador da Cultura, Recreação e Actividades Sociais no município de Milange, disse que não ser normal que Milange fique durante um mês sem registar chuvas orográficas, características de precipitação das regiões montanhosas. Disse que quando se entra por Alto Benfica-Milange, vê-se em toda a cordilheira uma fumaça que nunca termina, resultado das queimadas que estão a ser feitas pelos camponeses, numa zona que precisa de ser protegida devido à ocorrência de tremor de terra e aluimento, como já aconteceu no passado mês de Junho.

Os camponeses do sector familiar invadiram as encostas do monte Namuli, que rodeia a cidade de Gúruè. Fazem queimadas descontroladas sem obedecer a nenhum critério técnico, o que está a contribuir para a destruição da vegetação, do ecossistema e provoca erosão dos solos que ameaça destruir algumas infra-estruturas físicas públicas e de cidadãos.

A agricultura que está a ser praticada nas encostas é rudimentar. Pelas características da região, deveria ser uma agricultura mais especializada, com alto nível de cuidados e técnicas para evitar que acção humana concorra para o aluimento de terras e pedregulhos que possam ceifar vidas humanas como aconteceu há dez anos no Monte Tumbine, em Milange.

Quando se entra na cidade nesta altura das lavouras, é notória a fumaça resultante dessas queimadas descontroladas. Pouco a pouco a terra vai se esgotando, o que poderá, num futuro muito próximo, caso medidas não sejam tomadas, colocar a cidade e os seus habitantes em risco. O director dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE), Vilinho Abeque, disse que perante a insistência dos camponeses, só uma medida administrativa pode salvar a cidade de Gúruè. Ele disse que várias campanhas de sensibilizações para que os camponeses abandonem as montanhas foram feitas, mas os camponeses persistem com as suas actividades. A acção camponesa, para além de destruir o meio ambiente, está a afectar a economia das empresas chazeiras que operam naquele distrito e do turismo de contemplação. Nas encostas das montanhas, existem plantações de chá, cujas raízes das árvores dão mais consistência aos solos, evitando a erosão.

EROSÃO AVANÇA A NÍVEIS ASSUSTADORES

Por causa das queimadas descontroladas, a erosão já avançar a níveis assustadores. As empresas chazeiras perderam cinquenta hectares de chá, o que teve graves reflexos nas finanças das empresas, reduzindo as exportações para o mercado externo e aumentando as dificuldades para o pagamento de trabalhadores e despesas de funcionamento.

Carlos Lee, director das Chazeiras de Moçambique, confirmou que os camponeses não controlam as queimadas, facto que fez com que na campanha agrícola 2010/2011, as empresas chazeiras tivessem acumulado prejuízos com aquelas práticas. “Esta é uma situação séria e está a trazer grandes desvantagens para as empresas”, disse o nosso entrevistado.

As queimadas descontroladas estão, igualmente, a afectar o turismo. A bela paisagem que a cidade tinha está desaparecendo, o que no futuro, pode tornar Gúruè numa urbe menos aprazível. Os turistas podem não encontrar as maravilhosas paisagens que a cordilheira dos Namuli proporcionava.

Os munícipes queixam-se dizendo que o calor que se faz sentir, nos últimos dois anos, é insuportável e, para além disso, registam-se ventos que arrastam consigo muita poeira. Rosália Lenco, está no Gúruè, há três anos. Conta que quando chegou, no primeiro ano quase que não saia de casa porque todos os dias choviam. O cenário começou a mudar pouco. “Hoje as temperaturas atingem os 40 graus; o que não é normal para esta cidade; o governo deve tomar medidas enérgicas para combater as queimadas lá no cimo dos Namuli”, disse.

Os munícipes um pouco mais familiarizados com questões ambientais são unânimes em afirmar que o governo tem uma grande responsabilidade para redireccionar as pessoas para outros campos agrícolas.

Jocas Achar

ZAMBÉZIA - Produção de 15 mil toneladas de arroz pode estar comprometida em Mopeia

O deficiente funcionamento do sistema de irrigação agrícola poderá comprometer, seriamente, a produção de 15 mil toneladas de arroz no Regadio de Tewe II, no distrito de Mopeia, na província da Zambézia. O director de Produção da empresa OLAM-Mocambique, Alg Taffs, disse, há dias, em entrevista ao nosso Jornal, que o sistema de irrigação apresenta muitas fugas, o que representa muita perda de água que deveria irrigar os campos de produção do arroz.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Nas condições ideais de funcionamento, o regadio pode produzir 18 mil toneladas de arroz por campanha mas, devido à perda de água no perímetro principal de irrigação, há fortes indícios do plano previsto não ser atingido.

O regadio de Tewe II ocupa uma área de 277 hectares e está localizado no Vale do Zambeze, uma região com um enorme potencial de condições agro-ecológicas para a produção do arroz e hortícolas.

Desde de cedo, o regadio reabilitado pela Hidroáfrica, apresentou falhas técnicas que o empreiteiro, apesar de promessas, não cumpriu com as correcções necessárias. Vários governantes a diferentes níveis já visitaram o empreendimento e, na altura, aconselharam a empresa a corrigir os erros técnicos e passam hoje dois anos que nada de concreto aconteceu. O Ministro de Agricultura, José Pacheco, esteve no regadio e chamou a atenção ao empreiteiro para o mais rapidamente possível proceder à reparação das fugas e ondulações.

Entretanto, a Hidroáfrica diz ter entregue as obras concluídas para funcionar em pleno. Na verdade, os trabalhadores da OLAM-Mocambique estão todos os dias a tapar as fugas e arranjar remendos para evitar que a água não saia a grande velocidade.

O director de Produção da OLAM-Mocambique diz que o governo pouco ou quase nada tem feito para pressionar o empreiteiro para resolver, definitivamente, os problemas técnicos. As tubagens plásticas que canalizam a água para os campos estão meio danificadas.

A OLAM-Mocambique investiu, na campanha 2011/2012, mais de 2,5 milhões de dólares norte-americanos para relançar a produção do arroz. A ideia é ter duas colheitas por campanha, o que poderá contribuir, drasticamente, nos esforços para a redução da dependência do país em relação às importações do cereal.

O nosso entrevistado afirmou, igualmente, que se o problema técnico prevalecer, nos próximos três anos, aquela empresa poderá mudar de cultura. A esse respeito, a fonte indicou que, em princípio poderá ser uma cultura que não precise de muita água.

O desvio do principal objecto social da empresa que é produzir arroz pode afectar os planos iniciais. A aposta principal da OLAM-Mocambique é produzir arroz, não só para alimentar a fábrica de Namacurra, como também abastecer os mercados de Quelimane, Beira, Nampula, Manica e Sofala.

A produção esperada faz parte da matéria-prima que irá alimentar a fábrica de processamento de arroz de Namacurra, na Zambézia, cuja, construção está praticamente concluída, faltando os ensaio.

Entretanto, aquela empresa emprega, actualmente, 1000 trabalhadores, dos quais, 60 são efectivos. Há perspectivas de introduzir no regadio outras culturas, nomeadamente, as hortícolas e oleaginosas. Para o efeito, a empresa está a importar tecnologias agrícolas dos países da região austral, nomeadamente, África do Sul e Zimbábue.

Jocas Achar

Falta de acordo entrava exportação de banana

O volume de exportações de banana produzida pela Matanuska, empresa que opera no distrito de Monapo, em Nampula, está a registar níveis de crescimento satisfatórios para garantir a sustentabilidade da empresa, de capitais estrangeiros.

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

Contudo, a falta de um acordo específico entre os governos moçambicano e chinês entrava a concretização de um grande sonho de exportar banana para o mercado daquele país asiático, que apresenta vantagens em termos de amplitude.

Com uma mão-de-obra estimada em cerca de 2500 trabalhadores, a Matanuska regista actualmente um volume de exportações diárias na casa das 1400 toneladas de banana, sendo alguns países da Europa, África e Ásia os potenciais mercados do produto, considerado de alto padrão de qualidade no contexto de produção e processamento.

John Albert, presidente do Conselho de Administração da Matanuska, disse que exportar banana para o mercado chinês iria se traduzir em ganhos financeiros vantajosos para o investimento que está sendo feito na componente agrícola e processamento.

A Matanuska está a investir em Monapo cerca de 50 milhões de dólares norte-americanos desde 2008 para a prossecução dos seus objectivos numa área estimada em 1400 hectares, em evolução até aos três mil hectares concedidos ao consórcio pelo Governo.

“As empresas chinesas interessadas em adquirir banana produzida em Metocheria pela nossa empresa impõem que o negócio seja feito na base de um acordo específico que deve ser firmado entre os governos moçambicano e chinês” - disse John Albert, que promete desenvolver esforços junto às autoridades governamentais no sentido de que a questão seja ultrapassada a breve trecho.

Neste momento o Kuwait, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos e Iraque são os países asiáticos que importam banana produzida pela Matanuska, que, entretanto, reclama das autoridades governamentais a emissão do título definitivo de direito de uso e aproveitamento da terra que explora em Metocheria.

Dados em nosso poder apontam que por falta daquele documento a Matanuska está impedida de fazer o registo das suas propriedades, que se encontram na localidade de Metocheria, segundo recomenda a legislação em vigor.

DESENVOLVIMENTO - Parceria Moçambique e Banco Mundial: Dezoito projectos totalizam bilião de dólares

Moçambique participou nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e Grupo Banco Mundial, que decorreram em Tóquio, Japão, de 08 a 14 de Outubro de 2012. Maputo, Sexta-Feira, 2 de Novembro de 2012:: Notícias

A delegação moçambicana foi encabeçada pelos Governadores de Moçambique junto do FMI e Banco Mundial, nomeadamente o ministro das Finanças, Manuel Chang e o ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, respectivamente. Integrou ainda a delegação, o Governador do Banco de Moçambique Ernesto Gove, Governador – Alternante, junto daquelas instituições, assim como quadros das referidas instituições.

Aiuba Cuerenei, em entrevista ao nosso jornal, descreve os contornos dessa maratona negocial havida no Japão, cujos excertos passamos a transcrever, na íntegra:

Quais os objectivos de fundo que se pretendem alcançar com a participação de Moçambique nas reuniões anuais das instituições de Bretton Woods, desta vez levadas a cabo em Tóquio, no Japão?

- Moçambique aderiu às instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) em 1987, e desde essa altura tem participado regularmente nas reuniões anuais daquela instituição.

As reuniões das instituições de Bretoon Woods têm lugar anualmente, em Outubro, antecidos de encontros de preparação, geralmente em Março, ditos Encontros de Primavera, onde participam todos os países membros.

O objectivo da participação de Moçambique é ampliar e consolidar a cooperação com o BM/FMI, explorar mais oportunidades de financiamento aos programas de desenvolvimento, tanto das Instituições de Bretoon Woods como de outros parceiros multilaterais e bilaterais que participam nas reuniões.

Actualmente, este parceiro de cooperação financia cerca de 18 projectos do Governo de Moçambique avaliados em aproximadamente 1 bilião de dólares norte americanos que beneficiam a economia moçambicana, alguns dos quais são a construção e reabilitação de estradas, Barragem, linhas férreas, regadios e abastecimento de água e saneamento, sendo os seguintes:

Propósitos que concretizam a cooperação bilateral
Maputo, Sexta-Feira, 2 de Novembro de 2012:: Notícias

Projecto do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (40 milhões de USD); Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas (30 milhões de USD);

Provisão de Serviços de Saúde (44 milhões de USD); Projecto de Segurança de Produtos de Saúde (39 milhões de USD); Competitividade e Desenvolvimento do Sector Privado (25 milhões de USD);

Projecto de Serviços de Água e Apoio Institucional (15 milhões de USD);

Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes II (100 milhões de USD);

PROMAPUTO II (50 milhões de USD);

Programa de Pequenos Agricultores Orientados para o Mercado no Vale do Zambeze (26 milhões de USD);

Programa de Apoio ao Sector da Educação (71 milhões de USD);

Projecto de Desenvolvimento do Turismo e Áreas de Conservação Transfronteiriças (20 milhões de USD);

Projecto de Educação Profissional e Vocacional (37 milhões de USD);

Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (70 milhões de USD);

PROIRRI – Desenvolvimento de Irrigação Sustentável (70 milhões de USD);

Projecto de Desenvolvimento e Acesso à Energia (20 milhões de USD);

Projecto de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Espacial (20 milhões de USD);

Governança Electrónica e Infraestruturas de Comunicação (10 milhões de USD);

Oitavo Crédito de Apoio à Redução da Pobreza – Apoio Directo ao Orçamento (110 milhões de USD)

Moçambique beneficia, também, de assistência técnica na gestão macro económica, o que contribui para aumentar a atracção de investimento privado e ajuda ao desenvolvimento.

Moçambique é hoje destino de “gigantes”

Maputo, Sexta-Feira, 2 de Novembro de 2012:: Notícias

Especificamente, nas reuniões de Tóquio, quais as preocupações apresentadas pela delegação governamental moçambicana ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional?

- No encontro com o Banco Mundial, representado pelo seu Vice-Presidente, o senhor Sr. Mahktar Diop foram discutidas várias questões, como financiamento ao sector de energia, mudanças climáticas, infra-estrutura. Contudo, dois sectores mereceram a atenção especial: as recentes descobertas dos recursos minerais hidrocarbonetos e a agricultura.

Relativamente à descoberta de recursos naturais, uma vez mais, deixamos claro o objectivo do Governo de que estes recursos sirvam, em primeiro lugar, aos moçambicanos. Num contexto em que Moçambique atrai as atenções do mundo inteiro e para onde se dirigem todos os “gigantes”, há que ter atenção nos processos de negociação o que passa pelo fortalecimento de capacidades a todos os níveis. Neste contexto, é importante o apoio do Banco Mundial, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também em termos de capacitação das instituições á luz das experiencias dos outros países.

Naquele cenário em que as actividades de exploração são já uma realidade, o nosso desafio é a ligação entre as grandes empresas, exploradoras dos recurso, e as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nacionais, como provedoras de serviços, de modo a catalisar o seu crescimento. Actualmente existe um projecto denominado likange financiado pelo Governo e plo Banco Mundial levou também em carteira esse projecto para continue a beneficiar o seu financiamento.

O Banco Mundial, através do Vice-Presidente, deu a conhecer a iniciativa lançada pela Instituição relativa a um fundo inicial para ajudar os países com recursos minerais, nas suas negociações com grandes empresas, sendo que o Governo da Noruega e o DFID mostram-se também

interessados em financiar. Consideramos, por isso, estarem criadas as condições para beneficiarmos deste fundo.

O Governo deixou claro que apesar da descoberta dos recursos naturais, a agricultura continua a merecer a sua prioridade. Pelo seu impacto no cumprimento do objectivo macro do seu Programa, o combate a pobreza.

Para o Governo, a agricultura é a base de desenvolvimento, para além de que os recursos minerais são esgotáveis; deste modo, o esforço é a reactivação e potenciação deste sector, através do qual depende directamente mais de metade da população. Os apoios necessários resumem-se em infra-estruturas agrícolas, estradas, investigação, extensão agrária, insumos agrícolas e fertilizantes.

Há um investimento através de recursos internos, porém, não são suficientes.

Com o FMI discutimos a projecção macro económica e o impacto fiscal das novas fontes de produção.

- Haverá alguma mudança de filosofia no relacionamento e cooperação entre Moçambique e as instituições de Bretton Woods depois que o nosso País embarcou nas grandes descobertas de recursos naturais?

- Em princípio, não. O nosso relacionamento nos últimos anos tem sido diferente da forma como era no princípio. Já não estamos no programa de reabilitação económica e ajuste macro económica. Moçambique já tem autonomia na definição das suas políticas macro, claro que tem havido coordenação e assistência técnica por parte daquelas instituições. Continuaremos a privilegiar a assistência técnica em paralelo com as necessidades financeiras.

Maior atenção à agricultura

Maputo, Sexta-Feira, 2 de Novembro de 2012:: Notícias

O Comunicado de Imprensa sobre a participação de Moçambique nas reuniões havidas em Tóquio indica que houve prontidão por parte do FMI e do Banco Mundial em prestar um apoio contínuo aos projectos do Governo financiados por estes parceiros. Concretamente, quais os projectos? Em que montantes?

- Durante o encontro com o Vice-Presidente do Banco Mundial este anunciou a iniciativa recentemente lançada por aquele organismo, relativa à criação de um fundo para ajudar os países que possuem recursos, nas suas negociações com grandes empresas.

O Banco concorda em dar mais atenção financeira à agricultura, as pequenas e medias empresas, nossas prioridades.

Para o ano de 2013, o compromisso em termos de financiamento de projectos do Governo por parte do Banco Mundial ronda os 490 milhões de dólares Norte Americanos, a começar pelo apoio directo ao orçamento do Estado (110 milhões de USD), financiamento adicional ao projecto de nutrição (30 milhões de USD), Mudanças Climáticas (50 milhões de USD), apoio ao sector da Agricultura (50 milhões de USD), Governação Económica (50 milhões de USD), Programa de Protecção Social (50 milhões de USD), Projecto de Polos de Crescimento (100 milhões de USD) e um projecto regional na área de transmissão de energia (35 milhões de USD).

- O Governo solicitou mais assistência técnica e financeira no processo de negociação de contratos com as grandes empresas que querem investir no País. Há alguma indicação dessas mesmas empresas e actuam em que áreas?

- Há várias empresas que estão a apresentar propostas para a exploração de recursos naturais em Moçambique. As áreas são as que se relacionam, sobretudo, com os recursos minerais e

hidrocarbonetos. O que é importante observar é que o país deverá estar preparado para o processo de negociação de modo que no final os moçambicanos não fiquem prejudicados, ou seja, os recursos devem beneficiar o país. Dai a capacitação e assessoria nas negociações mostra-se importante e imprescindível.

- A cooperação entre Moçambique e o Banco Mundial é um exemplo para África, segundo Mahktar Diop, Vice-Presidente do Banco Mundial para a região de África. Senhor Ministro, quais os aspectos concretos enaltecidos pelo Sr. Mahktar, no que toca ao facto de o nosso país ser apontado como exemplo, por parte desta instituição?

- Os aspectos apontados são essencialmente a gestão macro económica, a liderança dos processos, a manutenção de um ambiente de paz, estabilidade política, económica e social, bem como o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais.

Estes têm sido alguns dos pontos fortes apontados para Moçambique não só pelo Vice-Presidente do Banco Mundial mas, também, por vários parceiros internacionais e nacionais.

- Num estudo conduzido por Sam Jones e Finn Tarp, no âmbito do seu "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2013", o Banco Mundial realça que a maioria dos moçambicanos vive da agricultura familiar e que a baixa produtividade dessas actividades é uma das principais razões pelas quais a pobreza (medida tanto em activos ou pelo consumo) permanece elevada. Sendo esta instituição parceira do Governo moçambicano, qual é o comentário do Sr. Ministro face a estas declarações?

- Esta é a constatação do estudo, mas nós moçambicanos já a conhecemos há já bastante tempo e também conhecemos as causas dos problemas na agricultura. O dinheiro gasto no estudo devia ser entregue aos países africanos para investir na agricultura.

A agricultura em África e, em especial em Moçambique, precisa de investimentos, precisa que o mundo acredite que a agricultura em África é um sector viável ou que pode ser viabilizado.

A agricultura precisa de infra-estruturas, de investigação, de mecanização, de rede de comercialização e, porque não, de subsídios. E isso todos nós sabemos, precisamos de dinheiro e de conhecimento sobre como fazer.

- Para o Banco Mundial, o crescimento macroeconómico rápido em Moçambique, não tem sido acompanhado pela transformação do mercado de trabalho. Pelo contrário, segundo o BIRD, o mercado de trabalho nacional continua a ser dominado pela baixa produtividade dos trabalhadores rurais agrícolas. É essa a percepção do Governo do nosso País, acerca deste assunto?

- Tal como temos vindo a afirmar, o sector da agricultura foi por muito tempo visto como não elegível a financiamento em África no geral. Esta questão fez com que o sector não conhecesse nenhum desenvolvimento e em muitos casos tivesse decrescido. O nosso ponto de vista em relação a este aspecto foi largamente veiculado nos Órgãos de Comunicação Social. Mas como já o dissemos, nas recentes terminadas Reuniões Anuais das instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial, respondendo as propostas do Governo, ficou de avaliar com atenção a proposta de passar a financiar a agricultura e a nossa expectativa é que o financiamento venha catapultar o sector e inverter o cenário actual.

O mercado de trabalho é reflexo da realidade do País, é por isso que apostamos na formação técnico profissional, na formação de extensionistas, etc.

- O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2013, ilustra também importantes mudanças na forma de pensar. Por exemplo, observa que "os investimentos no público são factores importantes para o crescimento da produtividade e intensificação da actividade dos pequenos agricultores na agricultura. Concorda com esta percepção?

- Praticamente os investimentos substanciais feitos na agricultura, são feitas pelo sector publico. Reconhecendo aqui os esforços feitos pelo sector privado para esta área, mas o investimento público é crucial para a criação de condições básicas para o desenvolvimento do sector privado na agricultura. Investimentos em infraestruturas (regadios, energia, estradas, secundarias, terciarias e viciniais), investigação, tecnologia, etc. o Governo tem feito o seu melhor.
Daniel Cuambe

Campanha agrícola 2012/13: Parceiros garantem apoio técnico

A campanha agrícola 2012/13 lançada esta semana em cerimónia presidida pelo Presidente da República, Armando Guebuza, tem apoios para que os resultados correspondam à meta fixadas em 12 milhões de toneladas de produtos diversos.
Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

Os parceiros que operam em todos os pontos do país manifestam a vontade de prestar o seu apoio para que o produtor possa atingir os volumes acima do esperado e com produtos de qualidade. No entanto, entendem que é pertinente capacitar os actores para que dominem os aspectos do mercado e agro-processamento, para atingir níveis de rentabilidade financeira, instrumento para mitigar a pobreza.

Tomás Manhicane, assessor de politica económica e comunicações na AgriFuturo, referiu em entrevista ao nosso Jornal que a sua organização, que opera nos corredores da Beira e do Norte do país, aposta na melhoria do nível de prestação de serviços agrários aos produtores, pois é crucial para o alcance da produtividade.

Uma das actividades relevantes a ter em conta para o alcance de níveis satisfatórios na produção agrícola é o uso de fertilizantes, os quais concorrem, igualmente, para o apuramento de produtos com qualidade.

A AgriFuturo garante que vai prestar esse nível de apoio, bem como prestar colaboração aos produtores que têm o espírito de promover oportunidades de emprego no seio da comunidade onde se encontram inseridos, na intenção de aumentar os volumes da sua produção e aliviar os focos de pobreza local.

“Temos toda a intenção de apoiar os produtores que inovam no princípio de melhorar as suas técnicas de produção viradas não somente para o aumento dos níveis de produtividade agrícola mas também da qualidade dos seus produtos”- disse Manhicane.

A capacitação do produtor para atingir margens de lucros condizentes com o seu desempenho é outra visão da AgriFuturo e as linhas mestras para a concretização desse objectivo passam pela selecção daqueles que demonstram melhores competências técnicas e de gestão, e garantir o treinamento em matérias relacionadas com ligações com mercado e agro-processamento.

Por seu turno, a Olam Moçambique vai focalizar o seu apoio na campanha agrícola há dias lançada através de um programa que se consubstancia na reactivação da produção da cultura de algodão no distrito de Murrupula, província de Nampula, que se encontrava em abandono devido aos fracassos sucessivos registados pela extinta empresa fomentadora do chamado “ouro branco”. Segundo dados avançados por fonte da empresa, o objectivo é de alcançar a meta de cinco mil toneladas de algodão caroço nas próximas três épocas agrícolas da cultura, contra as 50 toneladas que os produtores isolados registam nos últimos tempos.

A estratégia para o alcance dos seus objectivos vai focalizar-se na alocação de insumos aos produtores, bem assim no subsídio dos custos relacionados com a abertura de novas áreas agrícolas visando estimular o sector familiar e engajar-se na prática do algodão, que à escala nacional regista volumes estimados em 85 mil toneladas da cultura.

Empresas agrícolas como a Corridor Agro, Olinoe e Ikuru estão também envolvidas na prestação de apoio técnico aos produtores que desenvolvem as suas actividades nas regiões que compreendem o Corredor de Nacala. Júlio Costa, coordenador do Corredor do Norte, organismo ligado a AgriFuturo, que conta com fundos da USAID, disse que o grande êxodo da população rural para as cidades vai exprimir-se pela procura crescente dos alimentos.

“Queremos expressar o nosso apoio à campanha agrícola que está a arrancar, através de acções que se traduzirão no apoio técnico às 22 cooperativas agrárias, 17 das quais legalizadas, com as quais trabalhamos. Estamos vocacionados para a promover a ligação entre o produtor e as

grandes empresas que estão a entrar no sector agrícola nos últimos tempos para promover a troca de serviços”- disse o entrevistado.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrícola lançado o ano passado pelo Governo preconiza crescimentos dos volumes de produção em sete por cento na próxima campanha, em relação ao volume da última safra, que se situou em pouco mais de nove milhões de toneladas de produtos alimentares.

As projecções do Governo, baseadas no PEDSA, sustentam que os volumes de produção agrícola vão registar o dobro do nível de colheitas conseguidas na campanha finda, que se situou em nove milhões de toneladas, sendo crucial o apoio dos parceiros no alcance dessas metas.

Produção pode alcançar 15 milhões de toneladas – afirma PR no lançamento da campanha agrícola em Nampula

A produção agrícola deverá registar um crescimento de 9.1 por cento, o correspondente a 15 milhões de toneladas de culturas alimentares e de 14,3 por cento de culturas de rendimento. Estes dados foram avançados ontem pelo Presidente Armando Guebuza em Nacololo, distrito de Monapo, na província de Nampula, no acto que marcou a abertura oficial da campanha agrícola 2012/13.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Para a concretização destes objectivos, o Governo compromete-se a assegurar a contratação durante a campanha de mais 387 extensionistas, disponibilização de sementes de cereais, leguminosas e oleaginosas de qualidade, melhoria da qualidade de preparação da terra através da disponibilização de mais maquinaria, animais para tracção e respectivos implementos, sanidade vegetal e animal através da prevenção de pragas e doenças bem como aproveitamento integral e sustentável dos sistemas de irrigação.

Ligado À produção agrícola, o Presidente disse que a economia do país regista um ritmo de crescimento imparável que está a induzir melhorias nos níveis de qualidade de vida das populações. Relacionou em seguida este crescimento ao clima de paz que se vive, cuja consolidação considerou ser uma realidade, com o engajamento de todos no trabalho agrário que tornou o país excedentário em algumas culturas que compõem a cesta básica, nomeadamente o milho, feijões e mandioca.

O país é, neste momento, uma referência no mundo dos maiores produtores de algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar e banana, produtos que estão sempre presentes no mercado internacional. O Presidente associou esta conquista ao engajamento que o povo tem evidenciado no domínio agrário, apelando que neste e nos momentos vindouros as atenções sejam centradas no trabalho, que transforma as dificuldades em benefício para todos.

O estadista abordou de forma particular o empenho dos actores do subsector do caju, congratulando o seu esforço no sentido de completar a sua cadeia de valor, que se consubstancia na produção de sumos, bebidas, amêndoa, óleo, entre outras variedades alimentares que estão a entrar no rol de produtos que alimentam mas que também fazem parte dos produtos que concorrem para a geração de renda para muitas famílias.

O sector pecuário registou crescimento notável dos efectivos de bovinos, caprinos e galináceos, mas, apesar destes ganhos, o Chefe do Estado considera que não se pode ainda descansar, “porque temos que aumentar ainda mais a disponibilidade de carne de todas espécies assim como de leite, que é um alimento para pessoas de todas as idades”.

Dada a importância que o Governo dispensa ao sector agrário, que continua a ser a principal força motora da economia, 380 extensionistas vão entrar para os quadros da função pública este ano, totalizando 1384 técnicos no país. Esta medida visa acelerar a transferência de tecnologias agrárias para o produtor, nomeadamente no uso intensivo de sementes melhoradas, dos resultados da investigação agronómica e fertilização dos solos com adubos orgânicos e inorgânicos, acções focalizadas para o incremento da produtividade.

Carlos Tembe

PRODUÇÃO - Campanha 2012/2013: Agricultura augura crescimento modesto

A produção de cereais Moçambique deverá crescer entre dois a quatro por cento este ano atingindo 2.6 milhões toneladas. As leguminosas alcançarão 490 mil toneladas, nível consubstanciado, sobretudo, pela produção de amendoim e feijões de diferentes classes. Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Os dados apresentados por ocasião do lançamento ontem da Campanha Agrícola 2012-2013, na classe de oleaginosas, o crescimento previsto é de 7.7 por cento facto influenciado pelas culturas do girassol, soja e gergelim.

Momed Valá, director nacional dos serviços agrários no Ministério da Agricultura observou que, no caso vertente da soja, a contribuição continua diminuta tendo em conta que se trata duma cultura emergente no mercado moçambicano, muito embora represente um espectro de rentabilidade para os produtores rurais.

Nos tubérculos a fonte avançou que a mandioca registará um crescimento preliminar de 2 a 3 por cento, enquanto que a batata-reno terá um crescimento de dois por cento.

As hortícolas como o tomate crescerão quinze por cento e as outras duma forma geral na ordem de 8.8 por cento.

Reconhecendo que este crescimento lisonjeira o sector da Agricultura, o director nacional dos serviços agrários indicou que as previsões para 2012/13 assentam nas condições agro-climáticas, mas sobretudo, no cometido dos produtores na produção do milho e no arroz.

“Ainda temos quase 96 por cento dos nossos agricultores a fazerem agricultura em regime do sequeiro, mas já estamos a ter um ascendente paulatino na produção de culturas irrigadas. Um dos grandes objectivos nesta campanha é tentar suplantar aquilo que são os indicadores da produção da cultura de arroz, assumindo que diferentemente da cultura de milho, no arroz ainda temos um défice em Moçambique”, referiu.

Para a nossa fonte o que se pretende é a partir deste ano iniciar-se um grande ataque ao sector arroz por forma a que nos próximos anos, se consiga diminuir os défices actuais.

Para Momed Valá a campanha ontem lançada representa um marco nos termos definidos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário PEDSA pelo que está prevista a produção na ordem de 349 mil toneladas de arroz, envolvendo os pequenos e grandes empresas envolvidas nesta cultura.

Sem avançar os números que se pretende alcançar nos próximos anos, Valá promete que a partir deste ano, o governo vai mudar um pouco do paradigma na produção e “vamos entrar numa fase de fomento ou ainda de parcerias público privadas”.

Investigação começa a dar resultados

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Durante muitos anos a critica se fazia ao sector da Agricultura é que o crescimento da produção em nada tinha a ver com os resultados da investigação, mas sim com o aumento das áreas de cultivo por parte dos produtos.

Momed Valá prefere não negar, complementemente, a afirmação contudo observa que nos últimos anos nota-se alguma mudança em relação a essa situação.

“Se se olhar para Nampula, por exemplo, até há bem poucos anos, enfrentava o problema da podridão radicular da mandioca e tínhamos rendimentos muito baixos, mas hoje a província tem rendimentos médios entre 10 a 12 toneladas por hectare, isso é resultado directo da investigação”.

A fonte acrescenta que só nos últimos dois anos foram libertos cerca de 16 novas variedades de mandioca em Moçambique que paulatinamente estão a chegar nas mãos dos produtores. Por outro lado, no caso do milho, na zona de Changara, em Milange, Mandimba há produtores que utilizam a variedade Pan 67 que é um híbrido que, ao em vez, de dar 800 a 1200 quilogramas por hectare já permite produzir com algum rigor dois a 3.8 toneladas por hectare.

“Portanto, estes são alguns elementos que mostram de alguma maneira que a investigação está a acontecer. Obviamente, é preciso ligar um aspecto muito importante. É que esta investigação toda só pode acontecer ou avançar se o país tiver uma transferência de tecnologia audaz. Quer dizer, uma de tecnologia próximo ao produtor”, indicou Valá.

O director nacional dos serviços agrários garante que neste momento há esforços que estão a ser desenvolvidos para que a referida transferência possa acontecer e já na presente campanha

serão contratados cerca de 387 extensionistas para induzir melhores o ensinamento aos produtores.

Reconhecendo que é necessário se repensar estrategicamente a extensão tendo em conta que o extensionista é o verdadeiro professor do camponês Valá considera que existe um programa em implementação desde o ano passado que é o programa integrado de transferência de tecnologia no qual o extensionista não só ensina no dizer da palavra, mas também tem um campo em que os produtores podem ir assistir determinadas tecnologias que estão a ser transferidas.

Outro aspecto notável é que há três ou quatro anos, a prerrogativa da diversificação de produção era muito baixa, mas hoje já se nota que a população está a diversificar as culturas o que contribui para a elevação da qualidade nutricional das pessoas.

No caso concreto da campanha 2011/12, Valá considera que o país contava com 997 técnicos de extensão, mas a partir deste ano o sector vai fazer uma contratação de mis 387 e vamos contar com cerca de 1384 técnicos de extensão para além de outros técnicos que trabalham na área da agricultura.

Perdas pós colheita tendem a reduzir

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Até há bem poucos anos estimava-se que cerca de 30 por cento da produção agrícola perdia-se nas mãos dos camponeses como resultado da falta de condições para o armazenamento e também de escoamento.

Momed Valá considera que a situação tende a melhorar nos últimos anos sendo que a média geral anda actualmente a volta de 12 a 13 por cento da produção que ainda se perde. Trata-se dum nível que não obstante estar a reduzir continua ainda acima da média geral dos países emergentes que é de seis por cento.

A nossa fonte dá mérito ao trabalho que está a ser feito na área das infra-estruturas como estradas que tendem a facilitar o escoamento dos produtos, mas também aos silos que permitem um melhor manuseamento dos cereais.

“Hoje Moçambique começa a emergir na esfera das feiras agrícola o que ajuda a população a fazer a secagem da produção e colocação imediata no mercado. No milho, hoje, temos uma grande empresa chamada sport markteng envolvida na comercialização e tem estado a garantir uma grande cobertura. Não estou a falar ainda das empresas que estão próximas da fronteira que fazem sinergias com os países vizinhos”, sustenta Valá.

Como exemplo o director dos serviços agrários apontou o caso de Chókwè onde segundo ele até há bem poucos anos registavam-se grandes perdas, sobretudo no regadio. “Mas este ano, quase 80 por cento de toda a ceifa foi mecanizada, isso diminuiu grandemente as perdas. O fomento que a empresa Moz food está a fazer no Chókwè está a contribuir, grandemente, para reduzir as perdas pós-colelita, embora se recolha-se que não estamos ainda no nível ideal”, sustentou Valá

Parliament government report

Renegociação não pode ser precipitada – diz PM sobre os mega-projectos

O GOVERNO não irá renegociar precipitadamente os contratos dos mega-projectos, disse ontem, em Maputo, o Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, no encerramento da sessão parlamentar de informações do Governo, visando esclarecer aos deputados sobre alguns aspectos relacionados com o impacto socioeconómico dos mega-projectos, sobretudo os ligados à exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

“Os contratos foram feitos em determinadas condições, pelo que um Governo sério nunca alteraria precipitadamente as condições na base das quais atraiu os investimentos”, sublinhou Vaquina, respondendo a uma questão colocada pela bancada da Renamo, que defendia a renegociação dos contratos dos mega-projectos com vista a reduzir-se os benefícios fiscais de que gozam actualmente.

Respondendo a perguntas de insistência, o Primeiro-Ministro lembrou que as regras de jogo definem-se antes do seu início, daí que o Executivo vai cumprir, na íntegra, com os contratos em vigor.

Referiu ser prioridade do Governo criar uma capacidade moçambicana robusta e competente para melhor lidar com a exploração dos recursos minerais e hidrocarbonetos, matéria esta tão sensível e tão estratégica para o desenvolvimento económico e social do país.

“Neste sentido, projecta-se até ao ano de 2027 a formação de cerca de 4120 especialistas moçambicanos na área mineira e de hidrocarbonetos. Temos presentemente 634 moçambicanos a beneficiar de formação específica no país e no estrangeiro”, frisou.

Alberto Vaquina disse ainda que a maximização dos benefícios vindos da exploração dos recursos naturais implica, entre outros factores, a continuação da criação de capacidades técnicas, de mecanismos legais e fiscais consentâneos com toda esta dinâmica de desenvolvimento, que acarreta não só oportunidades mas também desafios em várias áreas, com particular destaque para educação e formação técnico-profissional dos cidadãos; o reassentamento das populações, sobretudo nas áreas de implementação dos projectos; a responsabilidade social e corporativa; assim como no concernente às ligações empresariais para o fornecimento de bens e serviços pelas empresas moçambicanas.

Pouco antes do governante os deputados das três bancadas usaram da palavra para reiterarem as posições já manifestadas na quarta-feira em torno dos temas levantados nesta sessão, nomeadamente o impacto socioeconómico da exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos levantado pelas bancadas da Frelimo e da Renamo; e o processo de democratização do país, posta pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Para os parlamentares da Frelimo, o Governo está a trilhar o caminho certo, pois grande parte dos projectos que estão a ser explorados começa a surtir os efeitos desejados, tais como a geração de postos de trabalho e contribuição para as receitas do Estado através do pagamento de impostos.

Por seu turno, os parlamentares da Renamo, que abandonaram a sala de sessões momentos após o encerramento dos trabalhos, por considerarem que o Governo não respondeu cabalmente às suas questões, entendem que a exploração de recursos minerais e de hidrocarbonetos apenas beneficia os investidores estrangeiros “e uma restrita elite ligada ao partido no poder”.

O MDM, por sua vez, considera que o Partido Frelimo implantou no país um sistema de perseguição dos membros dos partidos da oposição de modo a intimidá-los de forma a não exercerem cabalmente o seu papel, daí que pediu ao governante para intervir de modo a se cumprir com a Constituição.



Primeiro-Ministro no Parlamento

As respostas do PM aos deputados da AR

O GOVERNO terminou ontem a sua “prova oral” no Parlamento, após cerca de dois dias em que prestou informações sobre o seu desempenho, em resposta as solicitações das bancadas da Frelimo, Renamo e MDM. No final da sessão e após as perguntas de insistência dos parlamentares, o Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, fez uma intervenção que, pelo seu interesse, achamos útil transcrever alguns dos seus excertos:

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

O sector mineiro empregou, em 2012, 18.308 trabalhadores só nas Províncias de Tete, Nampula, Cabo Delgado e Inhambane. No sector de hidrocarbonetos foram 1.870 trabalhadores. Por outras palavras, graças a esta indústria 20.178 jovens obtiveram emprego, o que contribuiu para dar mais esperança à sua vida e darem melhores condições de vida às suas famílias.

Importa igualmente esclarecer que não é verdade que os jovens de Tete são discriminados no acesso ao emprego. Porque, preocupado com as informações que eram postas a circular sobre a alegada exclusão dos jovens de Tete nas oportunidades de emprego, na minha anterior qualidade de Governador da Província de Tete, visitei todas as empresas mineiras, conversei com trabalhadores e com jovens em formação nas empresas. Durante essas visitas constatei pessoalmente que os dados de que o Governo dispunha eram reais e correctos. E são esses dados que foram partilhados por Sua Excelência a Ministra dos Recursos Minerais. Importa referir que do número de trabalhadores referido, estes são os factos!

Em 2010, foram empregados em Tete 11.145 moçambicanos no sector mineiro, dos quais 8.111 eram naturais de Tete, sendo 1.633 do Distrito de Moatize.

Portanto, com o relançamento do sector mineiro, cresceram as oportunidades de emprego no País, particularmente nas províncias onde já há uma dinâmica própria resultante da implantação de projectos de exploração e ou de pesquisa mineira e de hidrocarbonetos. Importa que os moçambicanos se apropriem dessas oportunidades. É salutar que os moçambicanos, independentemente do seu local de origem, ou seja, os locais e os doutras proveniências, encontrem nestes projectos iguais oportunidades de emprego.

Em Cateme, além das 750 casas construídas para as famílias reassentadas e a que nos referimos na nossa intervenção de ontem, decorre a asfatação dos mais de 8 km de ligação à Estrada Nacional N7. O transporte de passageiros é subsidiado, de modo a que 1 bilhete de passagem Tete/Cateme que normalmente custaria 50 meticais, os moradores de Cateme só pagam 20,00 meticais. Decorre, igualmente, um conjunto de acções importantes destacando-se a selecção de 256 e desenvolvimento de projectos de geração de rendimentos, como a criação de frangos. Gostaria de partilhar com Vossas Excelências que as duas primeiras famílias que aderiram ao programa de criação de frangos produziram uma receita de 300.000,00 meticais. Se metade desta receita foi reinvestida na produção seguinte, estas duas famílias geraram um lucro de 150.000,00 meticais que dividido pelas duas famílias produziu um lucro de 75.000,00 meticais por família só num mês. Portanto, há formas de tirar proveito da indústria mineira, sem trabalhar nas minas. Foram empregados até ao presente, 226 pessoas entre os membros da Comunidade de Cateme. Além disso, as cerca de 320 famílias de uma quinta modelo e extensionistas em dedicação exclusiva.

Quanto à questão correntemente veiculada de que a população está cada vez mais pobre, como se explica que hoje que a população está mais escolarizada, tem mais casas melhoradas, água potável, electricidade, hospitais, telefonia móvel seja mais pobre de que tempo em que 93%2525 da população era analfabeta, sem escolas, nem hospitais? É caso para perguntar que tipo de contas são feitas e a que tipo de sabedoria se recorre para tirar tais conclusões.

Tribalismo: A falsa questao

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Sua Excelência Deputado Francisco Maingue, da Bancada Parlamentar da Renamo, levanta uma outra ideia que é aliás, muito veiculada. É a de que os jovens de Tete são excluídos dos empregos em benefício dos jovens do Sul. Trata-se de uma ideia tanto falsa, como perigosa. Pretende-se colocar as populações de Tete, populações moçambicanas, contra outros moçambicanos. Pretende-se criar um ambiente de conflito que torne a exploração dos recursos naturais impraticável, como forma de Moçambique e os moçambicanos não avançarem na luta pelo seu desenvolvimento. Nós, moçambicanos, estamos espalhados pelo País inteiro, misturados uns com os outros. Há jovens de Tete que vivem em Maputo, em Cabo Delgado, no Niassa, em Nampula, onde trabalham. Da mesma forma os jovens do resto do País devem sentir-se à vontade quando vivem e trabalham em Tete. É a Unidade Nacional que nos torna cada vez mais donos do nosso País, de todo o País. Se desde proclamação da nossa independência nacional o investimento político foi na promoção da Unidade Nacional, donde vem estas mensagens que pretendem dividir-nos

De resto, Sua Excelência Deputado Francisco Maingue, tanto quanto julgo saber, é natural da Província de Sofala. Mas é Deputado pela Província de Tete. De acordo com o que se depreende do seu raciocínio quanto aos empregos que diz serem para pessoas doutras províncias, certamente estará a tirar lugar a um possível Deputado de Tete. Mas, no contexto do nosso Moçambique de Unidade Nacional, essa questão não se põe e nem sequer é motivo de conflito. Porque estando em Tete, Sofala, Maputo ou Nampula, está em Moçambique. E Moçambique é a casa de todos os moçambicanos.

Perguntava-me ainda Sua Excelência o Deputado Francisco Maingue, a dado passo da sua intervenção de ontem, se como antigo Governador de Tete achava que a população de Cateme estava satisfeita com as suas casas. Na minha intervenção procurei apenas mostrar os factos limitei-me a citar o que havia. Disse que havia casas melhoradas, escolas, centro de saúde, água, electricidade, etc. E isso é verdade.

Do conhecimento que tenho da Província de Tete, posso garantir que não existe em mais nenhum canto da Província uma outra comunidade rural que tenha as mesmas casas e infra-estruturas sociais e serviços públicos que Cateme tem. Se toda a população está satisfeita? Não sei dizer, Excelência. Da mesma forma que não sei dizer se todos estamos satisfeitos com o facto de termos estudado de forma gratuita. Não sei dizer se todos estamos satisfeitos com o facto de os serviços de saúde em Moçambique serem quase gratuitos. Não sei dizer se todos estamos satisfeitos com o facto de os nossos filhos receberem livros de distribuição gratuita.

E, a propósito do dia de hoje, dia da abertura da campanha agrícola, não sei dizer se todos os estão satisfeitos com o facto de os produtores terem semente melhorada praticamente gratuita, bovinos de fomento para a reprodução e tracção animal, tractores a preços bonificados e todas essas facilidades. Mas sei dizer que independentemente disso, o nosso Governo não se inibirá e continuará a lutar por melhores condições para todo o nosso Povo.

Governos sérios cumprem contratos

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Sua Excelência Deputado José Samo Gudo dizia que não era função das empresas construir escolas, hospitais, fontes de água potável, etc. Se as empresas não participam na construção de infra-estruturas públicas, diz-se que elas não trazem benefícios. Mas quando financiam a construção de infra-estruturas públicas, diz-se que é errado que o façam. Porque a solução seria aumentar os impostos às empresas, de modo a que com as receitas o Governo construísse as escolas, hospitais, etc. Por um lado, parece-nos claro que se as empresas financiam uma actividade, isso está de algum modo aliviar o peso do Orçamento do Estado. Por outro lado, as regras do jogo definem-se antes do seu início. Os contratos foram feitos em determinadas condições, pelo que um Governo sério e responsável nunca alteraria precipitadamente as condições na base dos quais atraiu os investimentos. Julgo que estamos de acordo que uma tal atitude pareceria atrair os investidores para uma cilada. Que imagem de Moçambique transmitiria o tal Governo se assim procedesse?

Saúdo e felicito Suas Excelências os Deputados da Bancada Parlamentar da FRELIMO, em particular aos que intervieram, pelas suas intervenção construtivas, as quais nos encorajam a continuarmos vigorosamente na luta contra a pobreza, batalha a que o Governo se dedica e continuará a dedica-se com todo o esforço e inteligência. Saúdo igualmente Suas Excelências os Deputados das Bancadas Parlamentares da Renamo e MDM que à sua maneira também nos encorajaram a continuarmos nos esforços em curso de luta contra a pobreza.

Relativamente às ligações empresariais, prosseguiremos com as actividades de promoção, formação e assistência técnica às pequenas e médias empresas na elaboração dos seus planos de negócios, bem como na formação de associações para que se tornem mais fortes, competitivas e sejam capazes de beneficiar de mais oportunidades de negócios. Continuaremos a incentivar a parceria local para a aquisição de bens e serviços e a criar mecanismos de certificação de produtos locais, como forma de garantia de qualidade dos produtos e serviços prestados pelas pequenas e médias empresas moçambicanos.

Mas, uma vez mais, os recursos minerais não vão resolver todos os nossos problemas. A agricultura, a pecuária, os recursos florestais e faunísticos são um grande potencial e devemos continuar a desenvolvê-los, em benefício de um desenvolvimento integrado e equilibrado.

Estamos certos de que com a sábia liderança de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República o nosso país continuará a caminhar imparavelmente para o desenvolvimento económico e social, com o impulso decorrente da exploração dos recursos naturais, em ambiente de paz, harmonia e de coesão social.

Vale a pena reiterar que a colheita na machamba não se realiza no dia em que se faz a sementeira, nem na altura em que se fazem as sachas. Com trabalho, determinação e paciência havemos de vencer a pobreza. O nosso destino é o bem-estar e a prosperidade. Já estivemos mais longe de vencer a pobreza do que hoje. Não podemos nem devemos desistir do nosso destino. Vencer a pobreza, em ambiente de Unidade Nacional, paz, ordem e tranquilidade

públicas é, provavelmente, o melhor presente que devemos deixar às futuras gerações. E a forma como os nossos filhos vão amanhã olhar para Moçambique, depende da forma como nós hoje olhamos para os nossos desafios e responsabilidades perante a nossa Pátria Amada. Tudo depende de nós. Porque o nosso futuro está nas nossas mãos.

NR - Os entre títulos são da responsabilidade do “Notícias”

Alberto Vaquina

Exploração de Recursos Minerais: Benefícios começam a chegar para o ano

A EXPLORAÇÃO de recursos minerais no país ainda não está a produzir lucros nem retorno dos investimentos realizados, tendo em conta o longo ciclo que caracteriza o processo. Ainda assim, dos cerca de 1.018 milhões de meticais de receitas previstos para o próximo ano, o Governo já decidiu que vai canalizar 28 milhões para as comunidades das zonas onde os recursos são explorados.

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

O impacto da expansão da actividade mineira em Moçambique foi o forte da informação que o Governo prestou ontem ao Parlamento, na capital do país, em cumprimento de um dos pontos da agenda da decorrente VI Sessão Ordinária da Assembleia da República.

A preocupação da bancada parlamentar da Frelimo está em saber da estratégia adoptada pelo Executivo para assegurar benefícios dos moçambicanos em programas de formação, emprego, prestação de serviços e melhoria da qualidade de vida das comunidades nas áreas adjacentes aos campos de exploração.

Por seu turno, a bancada da Renamo quis saber de aspectos ligados a contratos de exploração, mecanismos de adjudicação de licenças, contrapartidas do Estado bem como os benefícios das comunidades onde os projectos de exploração são implantados.

O pedido de informação da bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), cingiu-se a aspectos ligados ao ambiente político que se vive no país, nomeadamente a alegada obstrução das actividades dos partidos de oposição por parte das autoridades locais.

Na resposta às questões das bancadas, o Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, alertou para o facto de que a indústria mineira não pode ser vista como a solução para os problemas que o país enfrenta, tendo convidado os parlamentares, em particular, e aos moçambicanos, em geral, a olharem para a indústria mineira apenas como mais uma oportunidade de aceleração do desenvolvimento do país, e nunca como a única via para o efeito.

“Sendo os recursos minerais não renováveis, devemos começar a prepararmo-nos para a estruturação de uma economia robusta, baseada no desenvolvimento integrado dos diversos sectores de actividade”, disse Vaquina.

Na verdade, de acordo com o Primeiro-Ministro, a correcta gestão das oportunidades geradas pela indústria extractiva do gás natural de Inhambane, das areias pesadas de Moma, em Nampula, e do carvão mineral de Moatize, em Tete, associada a uma exploração sustentável dos recursos florestais e turísticos já está a impulsionar a economia nacional.

Ainda assim, segundo ele, continua sendo necessário aperfeiçoar o processo e, sobretudo, melhorar a comunicação e publicitação das realizações, de modo que as comunidades possam não só saber o que realmente se passa, como também possam, ser capazes de questionar com conhecimento de causa e defender as conquistas que pertencem a todos moçambicanos.

Chamada a complementar a informação, a Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, referiu-se ao esforço de formação, afirmando que ao abrigo de uma estratégia aprovada em 2010, está em curso a formação de 4120 moçambicanos a vários níveis, com o objectivo de aumentar a disponibilidade de profissionais qualificados e reduzir gradualmente a dependência de quadros estrangeiros, e assegurar o seu enquadramento e motivação.

Segundo ela, de 2010 a esta parte já foram formados 484 técnicos para o sector, estando presentemente outros 268 jovens em processo de formação nas áreas de engenharia de petróleos, segurança técnica e processamento mineiro, engenharia de minas, entre outras, em países como Malásia, Brasil, China, Estados Unidos, Portugal e Noruega.

Actualmente, a indústria extractiva emprega mais de 15000 trabalhadores em todo o país, dos quais 10716 em Moatize, em Tete; 2618 na província de Cabo Delgado; 1110 em Nampula, 649 na Zambézia e 504 na província de Maputo.

Edson Macuácuca

Parlamento: Recursos naturais polarizam debates

A BANCADA parlamentar da Frelimo mostrou-se ontem satisfeita com as acções levadas a cabo pelo Governo no sentido de fazer reflectir os resultados positivos da exploração dos recursos naturais na melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos.

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

Porém, a Renamo não pensa da mesma maneira. Para a segunda maior bancada da AR, a exploração da madeira, carvão mineral, pedras preciosas, gás natural, arreias pesadas e até petróleo beneficia apenas aos investidores estrangeiros e uma elite nacional ligada ao partido no poder.

De acordo com o deputado Edson Macuácuá, da bancada maioritária, Moçambique constitui, para o mundo, um exemplo de referência paradigmática em matéria de distribuição da riqueza nacional, a qual operacionaliza-se através das políticas públicas, com destaque para o plano económico e social e o orçamento do Estado.

“Mas, para traduzir em termos simples, nós em Moçambique fazemos a distribuição da riqueza nacional através do investimento público na área social, com realce para a saúde e educação, isto é, no desenvolvimento do capital humano fazemos a distribuição da riqueza nacional através dos investimentos do Governo nos serviços públicos, nas infra-estruturas públicas, que são património público, fazemos a distribuição da riqueza nacional através da distribuição de mais de sete milhões de meticais para cada distrito, distribuição gratuita do livro escolar, tratamento gratuito nos hospitais públicos para doenças como a malária, tuberculose, sida, cólera, lepra, entre outras (...). Estes e outros programas são exemplos concretos de distribuição de riqueza nacional”, frisou.

De acordo com Macuácuá, a Frelimo está a promover políticas públicas claras de distribuição da riqueza nacional, sendo que todas as acusações que a oposição “arremessa quanto à utilização dos recursos naturais e à distribuição da riqueza nacional só denunciam aquilo que seriam as práticas da oposição se estivessem do lado oposto, isto é, querem o poder para servir-se do poder e não para servir o povo e é por isso mesmo que o povo em todos os pleitos eleitorais renova a sua confiança na Frelimo, pois só com a Frelimo, e só a Frelimo é que realiza a distribuição da riqueza nacional, pois a FRELIMO promove a justiça e o bem-estar almejado por todos os cidadãos”.

Por seu turno, a deputada Ricardina Suia, também do círculo eleitoral de Gaza pelo partido do “batuque e maçaroca”, congratulou-se com o facto de o Executivo estar a realizar um trabalho didáctico e pedagógico na divulgação dos projectos de exploração de recursos naturais.

“O Governo tem estado a explicar aos moçambicanos que a descoberta e exploração de recursos naturais, com destaque para os hidrocarbonetos, não significa a transformação imediata destes em riqueza do país. É preciso dar tempo para que estes sejam devidamente explorados; devidamente colocados no mercado para depois gerarem lucro”, referiu.

Por outro lado, a mesma parlamentar refutou as alegadas perseguições a alguns membros de partidos da oposição por parte de simpatizantes do partido maioritário.

Recordou ser do conhecimento de todos os moçambicanos o trabalho que a Frelimo está a fazer para a consolidação do processo democrático no país. “Mas o trabalho da Frelimo não basta, é preciso que todos os partidos políticos se comprometam com o mesmo processo e trabalhem para o reforço da cultura democrática no país”, referiu.

“Quero lembrar que para alguns partidos a questão da vandalização das suas sedes é uma estratégia política de vitimização para atrair a imprensa e por falta de um programa convincente para mobilização do eleitorado. Em minha opinião, as queixas sobre as perseguições são levantadas com o objectivo de justificar as derrotas do passado e as futuras que se prevêem. Por exemplo, em Xai-Xai vimos alguns membros de partidos a encenarem uma situação de assalto à sua própria sede porque queriam estar na atenção da mídia, tentando por essa via manchar a Frelimo”, denunciou.

Dividir melhor as oportunidades - defende a Renamo

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

Para o grupo parlamentar da Renamo, o Governo deve trabalhar no sentido de criar uma política nacional que reflecta uma maior divisão de oportunidades de negócio e emprego para os moçambicanos, particularmente os que se encontram a viver nas áreas de exploração dos recursos naturais.

Carlos Manuel, deputado daquela bancada pelo círculo eleitoral de Nampula, disse, a-propósito, que os recursos naturais que estão a ser explorados naquela província do norte do país não estão a beneficiar a população local.

“Vou falar aqui, por exemplo, das arreias pesadas de Moma. É um grande projecto económico que só está a beneficiar os investidores estrangeiros. Ali são poucos, mas muito poucos mesmo, os moçambicanos que conseguem lá trabalhar”, afirmou.

Referiu-se, por outro lado, à exploração de madeira, dizendo que com este recurso Moçambique também não está a beneficiar em nada. “Como se explica que continuemos a ter nas escolas crianças sentadas no chão? Que as portas das nossas casas continuem a ser feitas de “contraplacados e que os moçambicanos que outrora trabalhavam em empresas de corte de madeira estejam agora sem emprego?”, questionou.

Por seu lado, o deputado José Samo Gudo, do círculo eleitoral de Maputo-província, disse não estar contra os mega-projectos. “Somos, isso sim, contra políticas e estratégias que apenas beneficiam um punhado de moçambicanos em detrimento da maioria do povo”.

De acordo com ele, o Estado, como responsável pela criação das condições primárias inerentes ao bem-estar do povo, encontra nos impostos que cobra às empresas e aos cidadãos o meio para a prossecução daqueles objectivos.

“É na construção e disponibilização de infra-estruturas, tais como hospitais, escolas, maternidades, postos de saúde, estradas, pontes, transportes públicos, etc... que o Estado realiza a sua nobre missão de garantir o bem-estar das populações”, sublinhou.

Neste contexto, afirmou que o Estado moçambicano não se deve dar ao luxo de distribuir incentivos fiscais por todos os mega-projectos que se queiram instalar no país só porque estes encontram em Moçambique as condições ideais para a sua implantação e no dia seguinte está de mão estendida junto à comunidade internacional a pedir ajuda para o Orçamento do Estado.

José Manuel de Sousa

Perseguições são caso sério - refere o MDM

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

Segundo a bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), na voz do deputado José Manuel de Sousa, do círculo eleitoral de Sofala, a alegada perseguição a membros de partidos da oposição “é séria” e compromete o desempenho das actividades destes.

“Trata-se de acções generalizadas protagonizadas por membros do partido no poder usando a capa de autoridades administrativas locais e de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM)”, indicou.

Ele disse ainda que o Governo Central, na pessoa do Primeiro-Ministro, tem conhecimento de tais alegações, informando ainda que as autoridades administrativas da cidade de Chimoio, em Manica, teriam emitido recentemente uma deliberação que condiciona as acções de partidos políticos naquele ponto do país.

“Estas atitudes visam minar a democracia e fazer com que Moçambique adopte o modelo chinês de democracia, baseada na existência de apenas um único partido”, acusou o único deputado do MDM que ontem usou da palavra na sessão da AR dedicada às informações do Governo.

Sectores estratégicos da economia: Oferta de emprego acima dos 215 mil

MAIS de 215 mil novos empregos deverão ser criados ao longo do próximo ano no país, segundo projecções oficiais inscritas no Plano Económico e Social, que vai a debate na decorrente sessão ordinária do Parlamento a decorrer desde esta segunda-feira em Maputo.

Maputo, Quinta-Feira, 25 de Outubro de 2012:: Notícias

Do universo de postos de trabalho projectados para 2013, perto de 54 mil serão gerados com a intervenção do sector público, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), do Plano Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU) e do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

A participação do sector privado deverá resultar na criação de perto de 162 mil empregos em todo o país, dos quais 15,3 mil serão gerados no âmbito da implementação de dez projectos de investimento nas áreas de agricultura e agro-indústria, energia, transportes e comunicações e indústria transformadora.

No total, os investimentos do sector privado vão ultrapassar os seis mil milhões de dólares norte-americanos, sendo a área de energia aquela que não só vai representar o maior investimento,

com cerca de 2,7 mil milhões de dólares, como também vai gerar mais empregos – 4380 – sendo 4040 na fase de construção dos empreendimentos e 340 na fase de operação.

Trata-se de investimentos moçambicanos, angolanos, brasileiros e dos Emirados Árabes Unidos a serem implantados na província de Tete, na construção e operação de uma central termoelétrica movida a partir do carvão de Moatize; a Central Hidroelétrica de Lupata, com capacidade para gerar 416 Mega Watts (Mw), e a Central Hidroelétrica de Boroma, com capacidade para gerar 210Mw de energia elétrica.

As áreas de agricultura e agro-indústria deverão absorver 1,2 mil milhões de dólares em três projectos de produção de açúcar, etanol e energia elétrica, com fundos moçambicanos, sul-africanos, polacos e ingleses. Segundo projecções, estes empreendimentos vão abrir um total de 8300 postos de trabalho nos distritos de Massingir, em Gaza, Caia, em Sofala e Mopeia, na Zambézia.

Enquanto isso, na vertente de transportes e comunicações estão projectados investimentos na ordem dos 1,1 mil milhões de dólares norte-americanos, com capitais moçambicanos e brasileiros, na construção e operação das linhas férreas ligando Moatize e Nacala-à-Velha, passando pelo vizinho Malawi, e o terminal petrolífero de Pemba, na província de Cabo Delgado.

O primeiro empreendimento deverá empregar 1930 trabalhadores, 1250 dos quais na fase de construção e os restantes na operação, enquanto o terminal petrolífero se espera venha a empregar 300 trabalhadores.

Na área industrial, o fabrico de fertilizantes e gasolina a partir do gás natural e a construção e exploração de uma fábrica de cimento nas províncias de Inhambane e Sofala, respectivamente, vão marcar a intervenção do sector privado ao longo do próximo ano, com um investimento que deverá atingir os 976,5 milhões de dólares americanos, gerando 231 novos postos de trabalho. Entretanto, e com vista a melhorar a empregabilidade dos moçambicanos no mercado do trabalho, cerca de 43 mil alunos deverão ser inscritos no próximo ano lectivo em instituições de Ensino Técnico-Profissional, nos turnos laboral e pós-laboral. Deste universo, segundo projecções do Executivo, 4770 serão inscritos no nível elementar/profissional, 26665 no básico e 11632 no nível médio.

Em 2013 o Ensino Técnico-Profissional vai funcionar em 60 instituições públicas, mais 2 em relação aos que funcionam no presente ano lectivo.

Informações do governo ao Parlamento: Bancadas divergem

AS TRÊS bancadas parlamentares divergem quanto à oportunidade e pertinência das informações prestadas pelo Governo na sessão que a Assembleia da República dedicou para interagir com o Executivo em torno da implementação de projectos de exploração mineira e do exercício das liberdades políticas no país.

Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

Com efeito, o Executivo, liderado pelo Primeiro-ministro, Alberto Vaquina, esteve quarta e quinta-feira na Assembleia da República para uma “prova oral” em torno das estratégias que adoptou para assegurar os benefícios dos moçambicanos nos programas de formação, emprego e prestação de serviços às empresas multinacionais, no âmbito da expansão da actividade mineira e de hidrocarbonetos, uma questão colocada pelo grupo parlamentar da Frelimo.

Partindo da ideia de que os recursos naturais são fundamentais e de vital importância para o desenvolvimento económico do país e que o seu usufruto deve se mostrar sustentável para as gerações vindouras, a bancada da Renamo questionou, por sua vez, sobre como são feitos os contratos de concessão com vista a explorar e comercializar a actividade mineira no país; de que modo é feita a exploração de tais recursos e que benefícios têm as comunidades, bem como as respectivas regiões onde a exploração dos recursos em referência ocorre ou se localiza.

O pedido de informação da bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) cingiu-se a aspectos ligados ao ambiente político que se vive no país, nomeadamente a alegada obstrução das actividades dos partidos de oposição por parte das autoridades locais.

Na resposta às questões, o Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, alertou para o facto de a indústria mineira não poder ser vista como a solução para os problemas que o país enfrenta, tendo convidado os parlamentares, em particular, e aos moçambicanos, em geral, a olharem para a indústria mineira apenas como mais uma oportunidade de aceleração do desenvolvimento do país, e nunca como a única via para o efeito.

“Sendo os recursos minerais não renováveis, devemos começar a prepararmo-nos para a estruturação de uma economia robusta, baseada no desenvolvimento integrado dos diversos sectores de actividade”, disse Vaquina.

Balanço positivo – defende bancada da Frelimo

Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

Para a bancada parlamentar da Frelimo, o balanço dos dois dias de interacção entre o Parlamento e o Governo é “completamente positivo”.

De acordo com o porta-voz deste grupo da AR, Galiza Matos Júnior, esta classificação resulta do facto das respostas prestadas pelo Governo terem sido “objectivas, aprofundadas e completamente didácticas”.

“Não ficou nada de fora. Todas as questões colocadas foram respondidas com pormenores que não esperávamos”, disse, congratulando-se com as intervenções feitas pelos parlamentares que, segundo referiu, também conseguiram retratar as preocupações dos respectivos círculos eleitorais. Sobre os benefícios que os moçambicanos estão a ter com a implementação de projectos de exploração de recursos minerais, Galiza Matos manifestou a satisfação do seu grupo parlamentar por se ter constatado que mais de 11 mil moçambicanos estão a beneficiar de emprego directo em projectos de prospecção de gás natural, só na bacia do Rio Rovuma, para além do facto das empresas mineradoras, no âmbito da sua responsabilidade social, estarem a construir e/ou reabilitar escolas, hospitais, centros de saúde, fontanários, entre outras infra-estruturas que contribuem para o melhoramento da qualidade de vida das populações.

“Contudo, não nos devemos esquecer que no que respeita à exploração de hidrocarbonetos, muitas empresas estão ainda na fase de prospecção, ainda não estão a explorar o gás e outros recursos. No nosso ponto de vista, os ganhos dos moçambicanos com esta actividade vão levar tempo”, alertou, mostrando-se confiante numa contribuição significativa que estes projectos darão para alavancar a economia nacional.

Tal optimismo, segundo explicou, tem a ver com o facto de o Governo ter anunciado que estão a ser investidos mais de 60 biliões de dólares anuais para a prospecção de gás e petróleo no país. No que concerne à questão colocada pelo MDM, sobre o ambiente político no país, o porta-voz da Frelimo na AR corroborou com o Governo ao afirmar que “não existem dúvidas que o país possui um ambiente político para os cidadãos exercerem, livremente, as suas actividades políticas”.

“O quadro legal no nosso país abre espaço para que os partidos políticos trabalhem à vontade, sem qualquer tipo de constrangimentos”, enfatizou aquele parlamentar da posição.

Arnaldo Chalaua

Governo não satisfaz – afirma Renamo

Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

Para o grupo parlamentar da Renamo as informações dadas pelo Governo não satisfizeram as preocupações que os seus membros tinham quando decidiram levantar a questão sobre a implementação, comercialização e os benefícios que a exploração mineira traz para o país.

“Não ficámos satisfeitos porque as respostas trazidas pelo Executivo, na pessoa do Primeiro-ministro, Alberto Vaquina, foram evasivas e superficiais. Na nossa óptica, o Primeiro-ministro preocupou-se em usar o palco da Assembleia da República para fazer política partidária em vez de agir como governante”, afirmou Arnaldo Chalaua, porta-voz da segunda maior bancada.

A fonte referiu ainda que a sua bancada decidiu levantar a questão da exploração mineira no país porque os seus deputados, em trabalho de círculo eleitoral, constataram que as empresas que se dedicam à exploração desta actividade em nada contribuem para a melhoria das condições de vida das populações dos locais de exercício desta actividade.

“Os deputados da Renamo constataram que as empresas de mineração não estão a ser social e economicamente interventivas, como deveriam ser”, afirmou Chalaua.

Neste contexto, lamentou as políticas levadas a cabo pelo Governo para interagir com os investidores destas áreas, e apelou para que, de forma urgente, o Executivo proceda à renegociação dos contratos de modo a “obrigar” as mineradoras não só a privilegiarem os trabalhadores moçambicanos nos seus quadros de pessoal, como também beneficiar, em primeiro

lugar, as populações que vivem nos locais de exploração de carvão, gás natural, pedras preciosas, entre outros recursos.

“O argumento de que é preciso esperar 40 ou 50 anos para a exploração de recursos minerais beneficiar os moçambicanos não é convincente. Sabemos que existem moçambicanos que em muito pouco tempo e à custa destes projectos estão a ficar cada vez mais ricos e outros, a maioria, estão cada vez mais pobres”, sublinhou o deputado da oposição.

José Manuel de Sousa

Queremos ser alternativa – diz MDM

Maputo, Sábado, 27 de Outubro de 2012:: Notícias

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) também não se mostrou satisfeito com as respostas dadas pelo Governo, sobretudo no que respeita às alegadas perseguições que diz estar a ser alvo por parte de agentes da Polícia e da autoridade local em alguns distritos do país. Segundo o seu porta-voz, José Manuel de Sousa, o seu partido vai continuar a trabalhar para constituir uma alternativa à Frelimo na governação do país, apesar das dificuldades que lhe são impostas com a perseguição dos seus membros, destruição das suas sedes ou o queimar dos seus símbolos.

“Não nos sentimos intimidados. Vamos continuar a trabalhar para que Moçambique seja para todos”, enfatizou.

Apelou, entretanto, ao Executivo, na pessoa do Primeiro-ministro, para que intervenha no sentido de se parar com as alegadas perseguições e destruições que os seus membros e sedes estariam a ser alvo, e que se observe a Constituição e demais leis que garantem o exercício das liberdades políticas dos moçambicanos.

“Comprometemo-nos a agir dentro dos ditames da lei. Somos pela legalidade e nada nos vai intimidar na realização do nosso trabalho. O povo moçambicano quer mudanças verdadeiras. Os jovens querem mudanças”, frisou.

Mussá Mohomed

World Bank

ASSISTÊNCIA - Banco Mundial defende agência para regular gás

O LÍDER sectorial do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Moçambique, Ivo Imparato admitiu a possibilidade do nosso país vir a necessitar de uma agência reguladora da exploração de gás natural no país.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Segundo a fonte, que falava há dias, em Maputo, numa mesa redonda que juntou quadros seniores do Banco Mundial e a comunicação social, à semelhança da agência reguladora do gás a ser criada eventualmente, as instituições actualmente existentes, entre as quais o Instituto Nacional do Petróleo (INP), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e o próprio Ministério dos Recursos Minerais deverão fortalecer a sua capacidade acção para lidar com os fluxos de recursos, contratos envolvidos na exploração do gás.

“Quando olhamos para os principais sectores como, por exemplo, os transportes, energia, mineração e gás, recursos hídricos, abastecimento de água, desenvolvimento urbano, verificamos que em todos eles há um processo acelerado de desenvolvimento em Moçambique e o Governo está engajado em gerar todo um arcaboiço institucional legal regulador para apoiar o desenvolvimento desses mesmos sectores”, disse Imparato.

Aquele quadro sénior do Banco Mundial, referiu que as pressões em Moçambique são grandes, porque por exemplo, “no campo dos recursos minerais, há reservas muito importantes recentemente descobertas e que já estão a ser desenvolvidas”.

“O Governo precisa de criar as condições para o desenvolvimento desses sectores ao mesmo tempo em que são desenvolvidos esses marcos institucionais e legais. Então, esse processo tem que ser visto como sendo gradual”, frisou.

Ivo Imparato explicou também que o Banco Mundial juntamente com outros parceiros do desenvolvimento está engajado em apoiar a criação de um Instituto Nacional dos Transportes Terrestres.

“Trata-se de uma agência reguladora de todos os transportes terrestres e já existe um comité que está encarregue de estabelecer essa nova agência. O Banco Mundial, juntamente com outros parceiros de desenvolvimento, está envolvido no apoio ao Ministério dos Transportes para a criação da referida agência utilizando modelos já comprovados de sucesso em outras parte do mundo”, disse.



Apoio à agricultura não é marginal - afirma Laurence Clarke
Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

O DIRECTOR do Banco Mundial para Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Laurence Clarke, afirmou que o apoio da sua instituição ao desenvolvimento da agricultura no nosso país “não é marginal” e que o banco tem apoiado este sector de forma integrada.

Clarke, que falava há dias numa mesa redonda que juntou quadros seniores do Banco Mundial e a comunicação social disse ser difícil quantificar qual a contribuição da instituição financeira passados 10/20 anos dado a integração do sector da agricultura a outras áreas da economia.

“Se quisermos quantificar o impacto do nosso investimento neste sector temos que observar que este é um sector muito integrado. Por isso, não somente sobre recursos dirigidos ao Ministério da Agricultura. Estamos a fazer muitos progressos em termos de infra-estruturas no geral, pelo que muitos destes investimentos vão beneficiar o sector da agricultura”, disse Laurence Clarke.

Na ocasião foi referido que de desde que Moçambique aderiu ao Grupo do Banco Mundial em 1984, recebeu mais de quatro mil milhões de dólares norte-americanos em investimentos, e, de 1991 até agora, o sector agrícola beneficiou directamente de financiamento na ordem de 230 milhões de dólares.

Foi igualmente anunciado que do grupo de 19 países e instituições financeiras que apoiam mais de metade do orçamento moçambicano, o Banco Mundial é o principal doador, desembolsando anualmente 110 milhões de dólares.

“É importante frisar que investimentos na agricultura não são só sementes, fortalecimento da capacidade técnica. Quando prestamos apoio para construir novas estradas, portagens, instituições de educação indirectamente estamos a fortalecer o sector da agricultura”, referiu o director do Banco Mundial.



50 milhões de USD para o ‘Plano Mestre’
Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

O LÍDER sectorial do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Moçambique, Ivo Imparato, afirmou estar em curso a preparação um projecto de assistência técnica em mineração

e gás para o Governo de Moçambique, e que a sua instituição se propõe a conceder um crédito no valor de 50 milhões de dólares norte-americanos para apoiar a criação do referido projecto. “Esperamos levar a proposta ao nosso conselho de administração ainda neste ano fiscal, ou seja, antes de Junho de 2013. São recursos que devem estar disponíveis para o Governo de Moçambique num prazo de 8 meses”, disse.

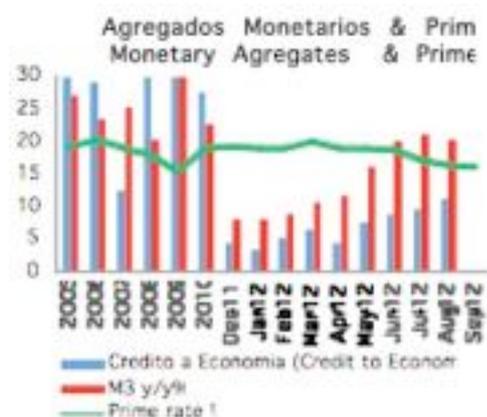
Os recursos a aprovar pelo Banco Mundial, segundo a fonte, irão financiar estudos e actividades de fortalecimento institucional necessários para o desenvolvimento do sector do gás.

“Temos esse projecto de assistência técnica cuja entidade executora será o Ministério dos Recursos Minerais, interagindo com um projecto de assistência técnica para o desenvolvimento espacial das diversas regiões do país, cuja agência executora é o Ministério dos Transportes e Comunicações, bem como o projecto integrado de pólos de crescimento, que vai focalizar o desenvolvimento de partes específicas do território nacional que podem gerar desenvolvimento económico inclusivo e emprego”, disse.

Ainda de acordo com a fonte, com esse trabalho, o Banco Mundial pretende auxiliar o Governo na identificação de oportunidades e necessidades de investimento, bem como a realizar estudos de pré-viabilidade e de viabilidade de investimentos seleccionados.

“Além disso temos outros projectos com doações e, enfim, estamos presentes em todos esses sectores de infra-estruturas com uma visão de longo prazo e nesse entendimento que os desafios são enormes e que estamos aqui para auxiliar o Governo juntamente com os outros parceiros”, afirmou.

Economic results



LEITURAS - Inflação atinge nível mais baixo de 2011

O IPC anual de Moçambique subiu de 1.41 por cento a/a em Agosto para 1.55 por cento a/a em Setembro, o que muito provavelmente indica que a inflação terá atingido em Agosto o nível mais baixo do ano, prevendo-se que aumente nos próximos meses, devido essencialmente a factores sazonais.

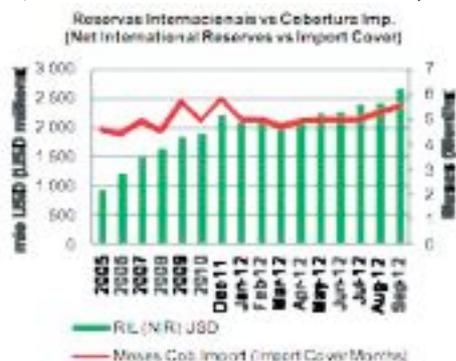
Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

A inflação média anual manteve a tendência decrescente que se observa desde Setembro de 2011, tendo baixado para 4.05, de 4.73 por cento em Agosto. A recente proposta do Governo de Plano Económico e Social prevê para este ano, uma inflação média, medida pelo IPC Maputo, de 3 e um aumento para 7.5 por cento em 2013, fixando-se acima das projecções iniciais de 5.6 por cento para o período de 2013-2015 do Cenário Fiscal de Médio Prazo.

Após cortes na ordem dos 600 pb-pontos base desde Agosto de 2011 para o nível de 10.5 por cento, o Banco Central manteve inalterada em Setembro, a taxa de juro dos empréstimos overnight aos bancos comerciais, FPC. Espera-se que os dados benignos da inflação e a necessidade de estimular o crédito à economia permitam um corte adicional na FPC de 100pbs para o nível de um dígito.

Pelo quinto mês consecutivo, o Metical registou em Setembro, uma depreciação mensal face ao Dólar norte-americano, desta vez mais ténue, de 0.24 por cento m/m, fechando o mês ao nível de 28.76 MZN/USD. As perdas da moeda nacional estenderam-se ao Euro e ao Rand, com depreciações mensais de 2.74 m/m e 1.76 por cento m/m, para níveis de 37.17 MZN/EUR e 3.48

MZN/ZAR, respectivamente. Em termos anuais, o Metical registou em Setembro, depreciações de 6.1 por cento a/a contra o Dólar, 1.7 por cento a/a face ao Euro e 3.6 por cento a/a contra o Rand. Notamos por parte de alguns “agentes económicos”, um certo receio de uma “derrapagem” do Metical. Em nossa opinião, a julgar pelo forte influxo de investimento directo estrangeiro e pelo nível confortável de Reservas Internacionais Líquidas, que atingiram um novo máximo histórico de U\$2.7 mil milhões em Setembro, mantêm-se as premissas para a estabilidade cambial.



Relativo isolamento do país nos mercados

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Num contexto em que o FMI reviu este mês em baixa as previsões de crescimento da economia mundial para 3.3 por cento em 2012 e 3.6 por cento em 2013, prevê-se para Moçambique, um aumento do crescimento do PIB, de um nível esperado de 7.5 por cento em 2012 para 8.4 por cento em 2013. Esta situação reflecte por um lado, o relativo isolamento de Moçambique dos mercados globais e da instabilidade macroeconómica e financeira que esses mercados transportam, e por outro lado, a continuidade de perspectivas positivas sobre a produção local e investimento directo estrangeiro.

O Governo moçambicano divulgou recentemente a sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2013, que se espera que seja discutida brevemente no Parlamento, onde se propõe um aumento da Receita do Estado de 19.3 por cento, para Mt113,962 milhões (23.1 por cento do PIB) e um crescimento da despesa global de 7.3 por cento para Mt174,955 milhões (36.2 por cento do PIB), resultando num deficit global antes dos donativos de Mt60,993 milhões (12.6 por cento do PIB, contra 16.3 por cento em 2012). Projecta-se uma redução dos donativos na ordem dos 42.9 por cento para Mt19,811 milhões, passando a financiar 32.5 por cento do défice contra os anteriores 51.4 por cento. O remanescente do deficit é financiado por créditos externos na ordem dos Mt37,609 milhões (um aumento de 26.9 por cento) e um empréstimo obrigacionista de Mt3,573 milhões.

A recente proposta do Governo de Plano Económico e Social prevê para este ano, uma inflação média, medida pelo IPC Maputo, de 3 por cento e um aumento para 7.5 por cento em 2013, fixando-se acima das projecções iniciais de 5.6 por cento para o período de 2013-2015 do Cenário Fiscal de Médio Prazo.

Excesso de liquidez no mercado monetário

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

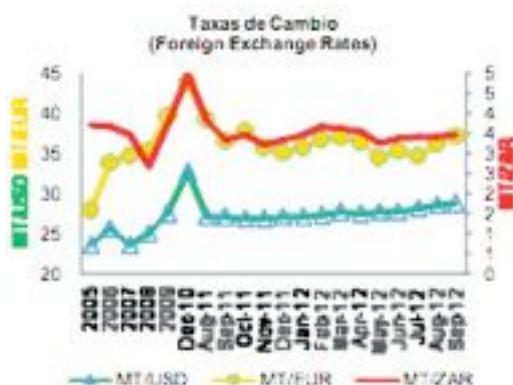
Após cortes na ordem dos 600 pb-pontos base desde Agosto de 2011 para o nível de 10.5 por cento, o Banco Central manteve inalterada em Setembro, a taxa de juro dos empréstimos overnight aos bancos comerciais, FPC.

Espera-se que os dados benignos da inflação e a necessidade de estimular o crédito à economia permitam um corte adicional na FPC de 100pbs para o nível de um dígito.

O excesso de liquidez no mercado monetário associado à redução da oferta de Bilhetes do Tesouro (BT's), continuou a pressionar para baixo as taxas de juro destes títulos, fixando-se no mínimo histórico de 3por cento para o prazo de 91 dias em Setembro.

Dados provisórios sobre as contas monetárias referentes ao mês de Agosto indicam uma expansão do crédito a economia de 11.9 por cento a/a, saldando-se em Mt105,169.7 milhões (expansão de 12.1 por cento a/a em moeda nacional e 11.4 por cento a/a em moeda externa), situando-se ainda muito abaixo da meta de 22.8 por cento a/a.

O rácio geral de conversão de depósitos em crédito fixou-se em 74.3 por cento, sendo o de moeda nacional, 81.4 por cento, superior ao da moeda externa, de 58.4 por cento. Prevê-se que a tendência decrescente das taxas de juro continue a estimular a expansão do crédito. O crescimento da massa monetária para o mesmo período fixou-se em 20.4 por cento a/a, marginalmente acima da meta de 20.2 por cento a/a prevista para este ano. A expansão do M3 foi devido essencialmente ao forte crescimento dos depósitos, de 22.5 por cento a/a (27.6 por cento em moeda nacional e 12.4 por cento a/a em moeda externa). As notas e moedas em circulação expandiram 6.2 por cento a/a.



Perdas do metical estenderam-se ao euro

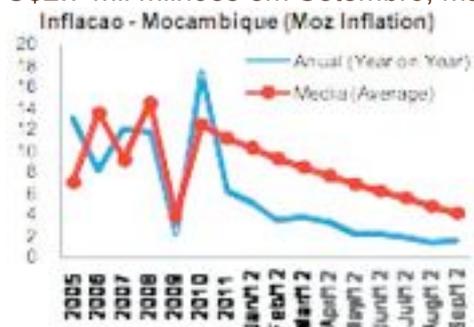
PELO quinto mês consecutivo, o Metical registou em Setembro, uma depreciação mensal face ao Dólar norte-americano, desta vez mais ténue, de 0.24 por cento m/m, fechando o mês ao nível de 28.76 MZN/USD.

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

As perdas da moeda nacional estenderam-se ao Euro e ao Rand, com depreciações mensais de 2.74 por cento m/m e 1.76 por cento m/m, para níveis de 37.17 MZN/EUR e 3.48 MZN/ZAR, respectivamente.

Em termos anuais, o Metical registou em Setembro, depreciações de 6.1 por cento a/a contra o Dólar, 1.7 por cento a/a face ao Euro e 3.6 por cento a/a contra o Rand. Notamos por parte de alguns “agentes económicos”, um certo receio de uma “derrapagem” do Metical.

Em nossa opinião, a julgar pelo forte influxo de investimento directo estrangeiro e pelo nível confortável de Reservas Internacionais Líquidas, que atingiram um novo máximo histórico de U\$2.7 mil milhões em Setembro, mantêm-se as premissas para a estabilidade cambial.



Perspectivas positivas sobre produção local

Maputo, Sexta-Feira, 26 de Outubro de 2012:: Notícias

Num contexto em que o FMI reviu este mês em baixa as previsões de crescimento da economia mundial para 3.3 em 2012 e 3.6 por cento em 2013, prevê-se para Moçambique, um aumento do crescimento do PIB, de um nível esperado de 7.5 por cento em 2012 para 8.4 por cento em 2013. Esta situação reflecte por um lado, o relativo isolamento de Moçambique dos mercados globais e da instabilidade macroeconómica e financeira que esses mercados transportam, e por outro lado, a continuidade de perspectivas positivas sobre a produção local e investimento directo estrangeiro.

O Governo moçambicano divulgou recentemente a sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2013, que se espera que seja discutida brevemente no Parlamento, onde se propõe um aumento da Receita do Estado de 19.3 por cento, para Mt113,962 milhões (23.1

porcento do PIB) e um crescimento da despesa global de 7.3 por cento para Mt174,955 milhões (36.2 por cento do PIB), resultando num deficit global antes dos donativos de Mt60,993 milhões (12.6 por cento do PIB, contra 16.3 por cento em 2012).

Projecta-se uma redução dos donativos na ordem dos 42.9 por cento para Mt19,811 milhões, passando a financiar 32.5 por cento do déficit contra os anteriores 51.4 por cento. O remanescente do deficit é financiado por créditos externos na ordem dos Mt.37,609 milhões (um aumento de 26.9 por cento) e um empréstimo de Mt3,573 milhões.

Este documento foi preparado pelo Economista do Standard Bank, Fáusio Mussa, com base em informação de fontes que o Grupo Standard Bank acredita e são confiáveis.

Apesar de todo o cuidado ter sido tomado na elaboração deste documento, nenhum analista ou membro do Grupo Standard Bank fornece qualquer garantia ou aceita qualquer responsabilidade sobre a informação contida neste documento.

Fáusio Mussa

Suspeitas no norte do país: Carência de cimento pode ser acção deliberada

A CARÊNCIA de cimento no mercado a nível das províncias da região norte pode não resultar da incapacidade das fábricas localizadas na cidade de Nacala-Porto, em Nampula, em garantir a oferta, mas sim de uma acção combinada de um sindicato organizado que açambarca o produto como forma de pressionar a sua procura e conseqüente subida do preço de venda para tirar proveitos financeiros. Maputo, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2012.: Notícias

Esta suspeição foi feita pelo Ministro da Indústria e Comercio, Armando Inroga, na sequência de informações que recebeu recentemente dos produtores em Nampula, tendo adiantado que o seu pelouro vai recorrer dos mecanismos legais para penalizar os implicados dessas operações ilícitas que prejudicam sobretudo a população.

Na visita que efectuou esta semana a uma das duas unidades fabris da Cimentos de Moçambique em Nacala-Porto, Inroga ouviu da respectiva direcção que apesar da forte procura de cimento registada a partir de Agosto último, influenciada pelas empresas que executam grandes obras inseridas nos projectos de reabilitação de infra-estruturas de estradas, pontes, incluindo barragens a nível da região norte, incluindo a Zambézia, de algum modo a oferta de cimento ao mercado não ficou comprometida.

“As nossas unidades fabris produzem cerca de 30 mil toneladas de cimento ao mês e apesar da grande procura que se verifica por parte das empresas envolvidas nas obras de construção civil as quais colocamos cimento apropriado, registamos vendas em volumes consideráveis aos distribuidores de cimento nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia. Como tal não compreendemos o que concorre para a alegada escassez de cimento que justifica preços especulativos na sua comercialização no mercado” - disse Marcelino Manhera, director da Cimentos de Moçambique em Nacala-Porto.

Na circunstância, a nossa Reportagem apurou que a Cimentos de Moçambique colocou há dias no mercado 77 mil sacos de cimento da qualidade usada pelos particulares para obras de infra-estruturas habitacionais e comerciais. Entretanto, segundo Marcelino Manhera, o mercado ressentente-se da falta de cimento facto revelador de que há uma tendência de açambarcamento, estratégia usada por alguns operadores económicos com o intuito de inflamar o preço face à procura gerada para dela tirar dividendos financeiros.

À porta da fabrica o saco de cimento de cinquenta quilogramas é vendido ao preço de 251.50 meticais sendo aceitável que chegue ao mercado a menos que 300 meticais, contra o custo de 420 na província de Nampula, 500 em Cabo Delgado e 700 meticais no Niassa, a mesma unidade do produto, o que significa margem de lucros avultados que os açambarcadores arrecadam com as suas manobras.

Na altura em que decorria a visita à fábrica em Nacala-Porto não havia nenhuma fila de camiões para efectuar carregamento de cimento como alegam os comerciantes e transportadores do produto, facto que sensibilizou o governante de que algo anda mal no comércio daquela matéria-prima para a indústria de construção civil.

Ele entende que é tempo de começar a controlar as transacções dos distribuidores de cimento através de mecanismos previstos cuja responsabilidade em relação à sua implementação cabe à Inspeção Nacional das Actividades Económicas.

“Temos que passar para a dianteira e acompanhar o comportamento do mercado face à oferta de cimento porque o risco de perpetuar o sofrimento da população que quer construir as suas habitações entre outras infra-estruturas é maior” – explicou Inroga.

Carlos Tembe

More agriculture

MANICA - Delimitação de terras em oito províncias vai consumir 7,8 milhões de USD

A INICIATIVA para Terras Comunitárias (ITC) vai investir, até 2014, pouco mais de 7,8 milhões de dólares norte-americanos na delimitação de terras comunitárias em oito das dez províncias do país.

Maputo, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2012:: Notícias

O facto foi revelado esta segunda-feira na cidade de Manica, província do mesmo nome, urbe que acolhe até hoje o seminário de capacitação dos jornalistas da zona centro do país em matéria do ambiente, organizado por aquela organização não-governamental.

O Coordenador Nacional da ITC, Joaquim Sidónio Langa, que revelou o facto, disse que, com este montante, foram realizadas 43 delimitações de parcelas e legalizadas outras 70, o correspondente a um milhão, 98 mil e 563 e 10 mil hectares de terras, respectivamente.

As províncias de Manica (sede da ITC), Sofala, Zambézia, Tete, no centro do país; Nampula, Cabo Delgado e Niassa, no norte e Gaza, no extremo sul, são as que se beneficiaram, em duas fases, desta iniciativa que, entretanto, ainda não abrangeu apenas as províncias de Inhambane e Maputo.

Este trabalho, de acordo Sidónio Langa, beneficiou, até ao momento, 128 associações agropecuárias, 71 comités de gestão e 250 comunidades nas oito províncias abrangidas pelos projectos da ITC.

Para a realização destas actividades, a ITC conta com apoio financeiro de seis países europeus, incluindo instituições financeiras, com destaque para Millenium Challenger Acout Moçambique, Reino dos Países Baixos, Irlanda, Dinamarca, Suíça e Suécia.

O montante a ser investido ao longo deste período vai ser desembolsado em duas fases, compreendendo a primeira, que partiu de 2007, ano da fundação da ITC, até 2011, período durante o qual foram investidos 3.6 milhões de dólares norte-americanos.

A segunda fase, considerada fase de extensão até 2014, de acordo com Sidónio Langa, a ITC tem assegurado um financiamento de 4.2 milhões de dólares norte-americanos, com os quais pretende potenciar acções nas províncias da Zambézia e Sofala.

O seminário que hoje termina, debateu, entre outros temas, a protecção do ambiente em Moçambique e sua evolução, conceitos e fundamentos do meio ambiente, mudanças climáticas: causas e efeitos e a participação das comunidades na gestão dos recursos naturais.

Participam no encontro jornalistas representando as quatro províncias do centro do país, sendo de destacar a presença acentuada de profissionais das rádios comunitárias, consideradas como sendo aquelas que, em última instância, poderão divulgar os objectivos e promover a protecção do ambiente nas suas regiões de cobertura.

Víctor Machirica

Preço de algodão divide empresas e produtores

Produtores e fomentadores do algodão, reunidos sexta-feira em Pemba, sob a égide do Instituto de Algodão de Moçambique (IAM), não chegaram a consenso sobre o preço indicativo de compra daquela cultura a vigorar na próxima campanha.

Maputo, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2012:: Notícias

A razão da divergência reside no facto de as propostas apresentadas por cada uma das partes envolvidas não ter fundamentação.

As empresas de fomento defendem um preço de oito meticais por quilograma, portanto, uma queda de dois meticais em relação aos 10 meticais da presente safra, quando os produtores exigem no mínimo a manutenção da actual tabela.

Por seu turno, o IAM defende a realização de um estudo para a fixação do preço indicativo que esteja em consonância com o praticado no mercado internacional.

O preço indicativo serve de base para a fixação do valor de compra na altura de comercialização. O encontro de Pemba foi mais uma reunião anual de balanço do subsector algodoeiro, segundo Norberto Mahalambe, director nacional do IAM.

Na ocasião, Norberto Mahalambe defendeu que uma vez falhado o consenso das partes, a sua instituição vai analisar os elementos que norteiam a actividade, tendo em conta a oscilação do preço no mercado internacional.

Enquanto isso, alguns camponeses e administradores de distritos potenciais produtores daquela cultura, denunciaram que há certas empresas fomentadoras com destaque para Plexus que até à data não tinham iniciado a comercialização, continuando, o algodão, nas mãos dos camponeses, numa altura em que as chuvas começam a cair criando transtornos aos praticantes da cultura, tal como disse Absalão Chabela, administrador de Gorongosa em Sofala.

“Estamos preocupados com este fenómeno sobretudo quando estamos na época de chuvas. No meu distrito os camponeses nem sequer receberam sacos para ensacar o algodão que se poderá deteriorar com as chuvas, o que vai prejudicar os camponeses”, disse Chabela, corroborado por Arcanjo Cassia, administrador de Montepuez em Cabo Delgado.

“Penso que a empresa Plexus devia ter consideração para com os camponeses porque o que está acontecer é inaceitável; está a humilhar os camponeses. A população já cumpriu com a sua obrigação contratual mas a Plexus não está a comprar o algodão, não sabemos se por falta de capacidade”, referiu Cassia.

Ainda sobre a demora do início da comercialização, a administradora de Balama, Elsa Rodolfo, também presente na reunião disse estar a ser pressionada pelos produtores que exigem explicações sobre a demora da comercialização. Penso que a empresa que não tem capacidade devia unir-se com outras”, sugeriu.

Empresas serão responsabilizadas

Maputo, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2012:: Notícias

O director nacional do IAM responsabiliza as empresas fomentadoras pelo atraso da comercialização.

Norberto Mahalambe disse que todo algodão fomentado deve ser comercializado antes de Dezembro sob pena da produção se deteriorar com as chuvas. Acrescentou que toda a compra deve ocorrer nas datas previstas.

“Fizeram planos com prazos e o camponês já cumpriu com a sua parte, vocês também devem cumprir comprando atempadamente toda produção”, disse Mahalambe, para depois advertir que a fomentadora que não comprar toda produção verá a sua concessão redimensionada.

“Temos que reflectir profundamente sobre este aspecto porque parece que há empresas que detêm grandes áreas de concessão, promovem a produção mas não conseguem comprar. Se a coisa continuar, vamos repartir as concessões a meio”, advertiu.

Entretanto, a Plexus a maior fomentadora de algodão em Moçambique e detentora de grande concessão no país operando nas províncias de Nampula e Cabo Delgado diz-se em condições de manter a área concedida e garante que vai comprar todo algodão.

“Vamos comprar todo o algodão deste ano e vamos gastar cerca de 450 milhões de meticais e já iniciamos com o processo e há dias reforçamos a nossa frota de camiões”, disse John Hullet director-geral da Plexus.

Na campanha prestes a terminar o sector da agricultura tinha como meta a colheita de cerca de 85 toneladas de algodão caroço em todo o país, quantidade que na prática foi superada para mais de 100 toneladas

Ainda assim, a FONPA - Fórum Nacional dos Produtores de Algodão está preocupada com o aumento da produção de algodão e da crescente queda do preço de compra do algodão caroço no mercado internacional o que constrange os praticantes daquela cultura.

Sobre este aspecto, o director nacional do IAM diz que a intensificação da produção do algodão nos últimos anos no país, não pode ser martírio nem para os produtores que devem ficar meses à espera que seja comprada a sua colheita e nem muito menos para os fomentadores que podem se sentir surpreendidos com a produção requisitada.

Zé Campos

Relação produtores/açucareiras: Estado quer saber mais sobre o negócio da cana

ENCONTRA-SE na fase final de elaboração o estudo sobre o sistema de pagamento de cana-de-açúcar, um instrumento que visa, entre outros objectivos, aprofundar e dar recomendações sobre as relações que se estabelecem entre os produtores de cana sacarina e as empresas produtoras do açúcar em Moçambique.

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

Acredita-se que o aprofundamento do sistema de pagamento de cana-de-açúcar possa vir a melhorar as relações de produção e comercialização daquela importante matéria-prima para as açucareiras.

A conclusão deste estudo, que segundo soubemos está para breve, também poderá permitir que o Estado possa dispor de um conhecimento profundo sobre as relações que se estabelecem na comercialização da cana sacarina.

Para além da produção concentrada nas próprias unidades industriais, a cana sacarina tem sido uma importante fonte de rendimento de muitas outras empresas privadas, associações ou camponeses que, de forma individual, produzem e vendem o seu produto às açucareiras.

Estima-se que até ao final do primeiro semestre deste ano a produção global das quatro açucareiras actualmente em funcionamento em Moçambique tenha atingido 102.256 toneladas de açúcar e 34.233 toneladas de melaço a partir de um total de 964.430 toneladas de cana sacarina moída.

A realização do estudo, actualmente na fase final, deverá permitir que Moçambique passe a ter um quadro institucional sobre o sistema de pagamento de cana-sacarina.

Inicialmente, a elaboração deste importante instrumento para o sector açucareiro nacional deveria ter sido concluído durante o primeiro semestre, mas tal não foi possível devido à indisponibilidade manifestada por algumas empresas para prestarem a informação necessária.

Actualmente, funcionam no país quatro empresas de produção de açúcar em Moçambique, nomeadamente, Marromeu, Mafambisse, Xinavane e Maragra.

Nas suas mais recentes estimativas sobre esta campanha, as empresas indicaram que esperam produzir até ao final do ano 3,9 milhões de toneladas de cana, 470.000 toneladas de açúcar e 154.684 toneladas de melaço.

Se estas previsões se concretizarem, a campanha açucareira de 2012 registará um aumento na ordem de 13 por cento, 21 por cento e 7 por cento na produção de cana, açúcar e melaço, respectivamente, numa área 11 por cento maior em relação à área cortada no ano 2011.

Com esta produção, o país estará em boas condições para satisfazer as necessidades do mercado nacional e produzir volumes consideráveis de excedentes para exportação.

Com efeito, o país espera aumentar as exportações do açúcar como resultado dos aumentos previstos na produção de açúcar, sem, contudo, aumentar a procura doméstica. Está prevista uma exportação total de 250.000 toneladas.

Em princípio, todo o açúcar será destinado para a União Europeia, onde existem duas opções no mesmo mercado, nomeadamente, no âmbito do acordo dos APes (Acordos de Parceria Económica) e no âmbito da Iniciativa EBA (Tudo Menos Armas).

Parliament and plan (PES)

Exportações mantêm tendência de crescer

AS exportações do país deverão render mais de 3,5 mil milhões de dólares americanos ao Estado no próximo ano, cifra que representa um crescimento em cerca de 14 por cento, comparativamente ao plano aprovado para o corrente ano. Segundo projecções de uma fonte do

Governo, do total das receitas previstas 2,7 mil milhões de dólares serão assegurados pelos projectos de exploração de recursos naturais, sobretudo do carvão produzido na província de Tete.

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

Nos termos da proposta do Plano Económico e Social (PES) para 2013, já remetido à Assembleia da República para debate e aprovação, o crescimento das exportações é uma das metas que o Governo definiu para o próximo ano, entre as quais se destacam também o alcance de um crescimento económico na ordem dos 8,4 por cento; a contenção da taxa de inflação média anual em cerca de 7,5 por cento e a constituição de reservas internacionais líquidas orçadas em 281 milhões de dólares, elevando o saldo para 2.719 milhões de dólares, suficientes para cobrir perto de cinco meses de importação de bens e serviços.

Como um dos fundamentos do plano o Governo sustenta que, em 2013, o volume de transacções de bens e serviços a nível mundial vai crescer em cerca de 5,1 por cento, nos furos abaixo da tendência que se manifesta em 2012. Esta situação, segundo a fonte, será motivada pela rigidez da procura mundial dos produtos e pelo facto dos preços das mercadorias ainda se manterem a níveis elevados.

Relativamente às importações, o executivo espera que haja um aumento em 10 por cento em 2013, para um total de 4,8 mil milhões de dólares, a ser determinadas pelos grandes projectos que se espera tenham um crescimento de onze por cento derivado dos investimentos em curso na área de exploração de recursos naturais.

Face às variações previstas para 2013, o peso dos grandes projectos no total das importações deverá manter-se na ordem dos 34 por cento, tal como o previsto para este ano.

Com efeito, o Plano de produção da indústria extractiva para 2013 prevê um crescimento global de cerca de 18,6 por cento comparativamente às previsões do corrente ano, cenário que encontra suporte no aumento que se regista na produção de turmalinas, brita e carvão mineral, mormente com a expansão da produção nos empreendimentos de Moatize, Benga e Cahora Bassa, na província de Tete.

Com uma produção de carvão a ascender as seis milhões de toneladas de carvão coque e 1,5 milhões de toneladas de carvão térmico, as autoridades acreditam que aquelas duas componentes vão registar um crescimento de 20 e 61,2 por cento, respectivamente.

Ainda na área de exploração de recursos minerais está previsto um decréscimo na ordem dos 11 por cento na produção de zircão e 30 por cento de rutilio no projecto das areias pesadas de Moma. A produção de iliminite, por seu turno, deverá registar um crescimento de 44,1 por cento. Relativamente à tantalite, cuja produção foi reiniciada em 2011, no distrito do Ile, na província da Zambézia, prevê-se que se mantenham os níveis de produção deste ano, fixados em 982 mil quilogramas.

Para 2013: Governo prevê crescimento económico e mais emprego

AS COMISSÕES de especialidade da Assembleia da República iniciaram na semana corrente a apreciação das propostas de Lei do Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) para o próximo ano, as quais prevêem um assinalável crescimento económico e a criação de mais postos de trabalho.

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

Para o efeito, o Governo acaba de submeter ao órgão legislativo os dois documentos que visam orientar a actividade governativa na área social, económica, política e financeira nos próximos doze meses.

O PES, cuja cópia o “Notícias” teve acesso, define como principais objectivos a alcançar um crescimento económico de 8.4 por cento; conter a taxa de inflação média anual em cerca de 7.5 pontos percentuais; atingir um nível de 3.558 milhões de dólares norte-americanos, em exportações de bens, o que representará um crescimento de 14 por cento, comparativamente ao montante previsto para 2012.

São também objectivos para o próximo ano, constituir Reservas Internacionais Líquidas no montante de 281 milhões de dólares norte-americanos, elevando o saldo para 2.719 milhões, o equivalente a 4,8 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais.

O Executivo prevê ainda prosseguir com a criação de oportunidades de emprego e de um ambiente favorável ao investimento privado e desenvolvimento do empresariado nacional,

salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente, melhorar, em quantidade e qualidade os serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia, para além de consolidar uma Administração Local do Estado e Autárquica ao serviço do cidadão. Todavia, o Governo reconhece que o desenvolvimento humano joga um papel preponderante no alcance do objectivo central de combate à pobreza através da provisão de serviços de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, água e saneamento, habitação e pela protecção social e produtiva.

“Neste contexto, em 2013, o Governo pretende aumentar a taxa de cobertura das vacinações completas a crianças menores de 12 meses de idade, de 73,2 para 78 por cento; a cobertura do Planeamento Familiar de 23 para 26 pontos percentuais, assim como incrementar para 95 por cento a percentagem de mulheres grávidas que recebem, pelo menos, uma rede mosquiteira na consulta pré – natal; aumentar a taxa de despiste da tuberculose de 49 para 62 por cento e o número de adultos e Crianças que recebem o Tratamento Anti-retroviral”.

Na Educação, o Executivo de Armando Guebuza pretende elevar a taxa líquida de cobertura de escolarização aos 6 anos na 1ª classe, situando-a nos 76 por cento, contra os 71,8, de 2012, o que vai significar que no total passará a 74 por cento (71,9 por cento em 2012) para a rapariga. O rácio aluno por professor no EP1 será de 61 contra os 63 observados em 2012.

Já no Ensino Geral (diurno) prevê-se que o número de alunos registre um crescimento de 5,3 por cento, passando de cerca de 5,8 para 6,2 milhões. O Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1) e o 2º Ciclo (ESG2), com 6,1 pontos percentuais e 13,8 por cento, respectivamente, são os que, em termos relativos, poderão registar maiores níveis de crescimento. Para o efeito, a rede de escolas será incrementada em 5,0 por cento, com maior destaque para o EP2 que, depois de ter registado um crescimento de 15,4 por cento em 2012, em 2013 irá aumentar em 11,7 pontos percentuais. Do mesmo modo, o Executivo projecta que cerca de 43 mil alunos sejam inscritos no Ensino Técnico Profissional (diurno e nocturno), representando um crescimento de cerca de 20,9 por cento. Destes 4.770 serão para o nível elementar/profissional, 26.665 para o básico e 11.632 para o nível médio. O Ensino Técnico Profissional irá funcionar em 60 instituições públicas, mais 2 em relação a 2012.

Mais empregos

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

RELATIVAMENTE ao mercado do emprego, o PES para o próximo ano faz uma previsão de criação de 215.592 postos de trabalho, sendo 53.898 através de intervenções do sector público (INEFP, PERPU e FDD), 161.694 pelo sector privado, onde 15.341 empregos serão criados no âmbito da implementação de 10 Projectos de Investimentos com benefícios fiscais, nos sectores de Agricultura e Agro-Indústria (3), Energia (3), Transportes e Comunicações (2) e indústria transformadora (2).

Com a construção de 975 fontes de água e a reabilitação de 526 fontes, o número de fontes de água operacionais nas zonas rurais será de 19.071. No que se refere à água urbana, serão construídos 287 fontanários, reabilitados e expandidos 19 sistemas de abastecimento de água nas cidades e efectuadas 45.528 novas ligações domiciliárias.

No sector de energia espera-se que em 2013 sejam efectuadas 125 mil novas ligações domésticas, o que irá influenciar no aumento do número total de consumidores domésticos da energia da Rede Eléctrica Nacional que se prevê passar de 1.049.021 em 2012 para 1.174.021 em 2013, o que representará um aumento de 12 por cento. A estes valores deverá ser acrescida a contribuição das energias renováveis a qual passará dos actuais três milhões de consumidores para 3.5 milhões de consumidores domésticos, o que representa um aumento de 17 por cento entre 2012 e 2013. Deste modo, a percentagem da população com acesso à energia será de 36.4 por cento, dos quais 24.1 por cento serão cobertos pela Rede Eléctrica Nacional e 12.3 por cento por fontes renováveis.

Produção global em crescimento

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

JÁ no que respeita à produção global para 2013, o Plano Económico e Social aponta para um crescimento de 8.6 pontos percentuais. Esta projecção é fundamentada pelo desempenho positivo dos sectores de Construção, Transportes e Comunicações, Indústria, Comércio, Agricultura e Pesca e o desempenho do Sector Financeiro, onde se regista o aumento do volume do crédito

concedido á economia. A dinâmica do sector financeiro espelha o comportamento esperado no sector produtivo.

O aumento da produção agrícola irá resultar da intensificação da produção de alimentos, através de investimentos em infra-estruturas e equipamentos (irrigação e máquinas), sementes, pesticidas, pesquisa e extensão agrárias, num contexto de boas expectativas climatéricas.

Espera-se, por outro lado, um crescimento da produção industrial com a contribuição das indústrias alimentar e de bebidas, minerais não metálicos (fabricação de cimento), indústria metalúrgica de base e da indústria de tabaco, chá, açúcar, algodão, caju, madeira e mel.

Contudo, o PES não avança, em termos numéricos, os valores de tal crescimento.

No sector dos Transportes e Comunicações, os crescimentos previstos resultarão do escoamento do carvão de Moatize, na província de Tete, início da cabotagem marítima e pelo desempenho esperado na telefonia móvel dentre outros investimentos nas infra-estruturas daquele sector.

O crescimento previsto no sector das Pescas resultará dos efeitos de melhoria esperada no desempenho da pesca artesanal em particular na captura do peixe.

No contexto da produção global, o PES destaca as estimativas de crescimento da produção agrícola, onde se espera um crescimento de 3.7 por cento, particularmente nas culturas de rendimento, reflectindo os impactos da intensificação da produção pelas acções do Sector público e privado. As previsões definidas para a campanha 2012/13 são baseadas nos pressupostos de condições meteorológicas favoráveis e a disponibilização atempada de sementes e outros factores de produção, no quadro da implementação do Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Sector Agrário.

O Orçamento do Estado

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

A ATUAÇÃO das finanças públicas estará orientada para o alcance dos objectivos do Plano Económico e Social, em matéria de crescimento económico e controle da inflação e sustentabilidade da dívida pública. Para a implementação das acções constantes no presente plano, o Governo contará com um Orçamento de 174.955 milhões de MT, dos quais 67,2 por cento correspondem a Recursos Internos e 32,8 por cento a Recursos Externos, entre donativos e créditos.

O Governo prevê, no Orçamento para 2013 uma receita de 113.962,0 milhões de MT, representando cerca de 23,6 pontos percentuais do PIB contra 23,1 por cento do PIB de 2012, ou seja, um crescimento de 0.5 pontos percentuais do PIB.

Esta previsão assenta na implementação de acções com vista a arrecadação de receitas de forma sustentável; o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação através do Projecto Janela Única Electrónica; a modernização e o fortalecimento da Administração Tributária, onde se destaca a construção de 12 novos postos de cobranças.

Por outro lado, neste orçamento está previsto um défice de 60.992.970,05 mil Meticais, montante que deverá ser coberto através de empréstimos e doações internacionais. Esta verba resulta das necessidades financeiras que o país tem para o próximo ano, onde as receitas, no valor global de 113.961.985,81 mil Meticais, mais uma vez, não irão cobrir as despesas situadas em 174.954.955,86 mil Meticais.

Segundo a fundamentação desta proposta de lei, a política tributária e orçamental para 2013 continuará a cumprir os objectivos de alocação de recursos, estabilização macroeconómica e redistribuição do rendimento. A curto prazo, o padrão de alocação de recursos visa garantir a expansão e a diversificação da oferta de bens públicos, o aumento da produtividade e competitividade dos factores produtivos domésticos e o desenvolvimento da iniciativa privada.

Para o efeito, prosseguir-se-á a priorização da afectação de recursos para o fortalecimento de infra-estruturas socioeconómicas básicas, aumento da produção e produtividades agrárias, dinamização da indústria transformadora e o reforço dos programas de protecção social.

O Orçamento do Estado para o próximo ano é elaborado tendo em conta uma envolvente macroeconómica e financeira internacional caracterizada pela previsão de recuperação lenta da procura mundial, pelo espectro de incerteza associada à propagação dos efeitos da crise da dívida soberana na zona do euro sobre as economias emergentes e pela volatilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional.

Neste contexto, as linhas gerais de política orçamental e tributária para 2013 são a manutenção da estabilidade macroeconómica; o prosseguimento de acções centradas no combate à pobreza e na promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo; o reforço dos padrões de

economia, eficácia e eficiência da despesa pública, garantindo um ritmo de alteração na sua composição estrutural, incluindo padrão de execução orçamental que permitam fortalecer o ritmo de acumulação interna, ancorar as expectativas inflacionárias e aumentar a competitividade dos bens transaccionáveis;

Fazem também parte da política orçamental o incremento da equidade na afectação de recursos públicos e a consolidação do processo de descentralização financeira; o prosseguimento de reformas na área tributária e aduaneira tendente a aumentar e diversificar a carteira fiscal, melhorar os padrões de equidade (horizontal e vertical) e justiça fiscais; e o reforço do rigor e racionalidade na realização da despesa pública.

Orçamento para 2013: Governo estará atento à estabilidade de preços

O GOVERNO intensificará, em 2013, as acções tendentes à promoção do crescimento económico real e à estabilidade do índice geral dos preços e das taxas de câmbio.

Maputo, Segunda-Feira, 22 de Outubro de 2012:: Notícias

Segundo a proposta da Lei do Orçamento, documento a ser debatido e aprovado brevemente pela Assembleia da República, a despesa pública privilegiará projectos de infra-estruturas de energia e transporte, que permitirão a dinamização de actividades do sector privado nacional e o aumento do investimento directo estrangeiro.

Para o próximo ano, a receita do Estado está fixada em 113.961.985,81 de meticais, para uma despesa de 174.954.955,86, representando um défice estimado em 60.992.970,05 de meticais. Paralelamente, de acordo com o documento, o Governo propõe-se a continuar a pautar pela implementação de medidas de austeridade e racionalização da despesa pública, implementando acções que contribuam directamente para a redução da pobreza, com destaque para a operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) e mais incentivo da produção familiar através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de insumos.

Constituirão também prioridades o incremento dos investimentos nos sectores complementares da indústria extractiva, transportes, electricidade, hotelaria, turismo e parque habitacional.

A construção de infra-estruturas de água e saneamento relacionadas com a implementação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) e a manutenção das vias de acesso às zonas com alto potencial produtivo constituem outras prioridades.

Destacam-se igualmente acções na área da promoção do emprego, para o aumento da produtividade e da provisão de bens e serviços, tendo em vista um crescimento socioeconómico cada vez mais sustentável e inclusivo.

A nível da receita, as atenções estarão viradas para a ampliação do número de registo de contribuintes, através da expansão territorial do programa de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), que permitirá maior controlo dos contribuintes e alargamento da base tributária.

Ainda na componente de receitas, o Governo propõe-se a priorizar a massificação das campanhas de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, garantindo a assunção das obrigações fiscais por todos, induzindo ao pagamento voluntário e promovendo a cidadania fiscal, bem como a intensificação das acções de auditoria e fiscalização, incluindo as auditorias pós-desembaraço e a fiscalização de mercadorias em circulação, com incidência particular para os grandes impostos.

A prestação de assistência e expansão dos serviços de atendimento aos agentes económicos e demais contribuintes (incluindo os potenciais), mediante a introdução dos “call centers”, é outra prioridade do Governo no âmbito da receita.

Mining

MINERAÇÃO - Kenmare avança para a fase II

A Kenmare anunciou que está a completar o seu projecto da fase II de expansão das suas instalações em Topuito, no distrito de Moma, devendo a nova fase estar operacional no início do próximo ano.

Actualmente foram contratados 1.326 trabalhadores para a construção deste projecto. Iguualmente, está no período de conclusão, os trabalhos para a instalação de novas infra-estruturas e equipamentos da fase II.

A actividade do projecto está agora concentrada na montagem de tubagem e equipamento eléctrico.

Fonte da Kenmare refere que a produção da tubagem na África do Sul foi mais lenta do que o esperado, mas agora está substancialmente completa, aguardando o respectivo transporte para Topuito.

A greve no sector de transportes rodoviários de mercadorias na África do Sul terá dificultar a operação de transporte da tubagem o que terá criado um impacto multiplicador sobre o prazo de conclusão da obra.

PRODUÇÃO - Procura global de areias continua a ser fraca

AS OPERAÇÕES de mineração do empreendimento de Areias Pesadas da Kenmare em Topuito, distrito de Moma, registaram melhoria no terceiro trimestre de 2012, uma produção de 229.100 toneladas de concentrado de minerais pesados (HMC), o que representa um aumento de 16 por cento em relação ao segundo trimestre.

Maputo, Sexta-Feira, 19 de Outubro de 2012:: Notícias

A produção de Ilmenite no terceiro trimestre foi de 174.100 toneladas, significando um aumento de 21 por cento em relação ao segundo trimestre.

O Ilmenite alcançou um recorde em Agosto passado com 73.400 toneladas, demonstrando a capacidade da operação para alcançar e superar as metas.

Em Setembro último, registaram-se algumas perturbações no fornecimento de energia eléctrica em resultado do trabalho de actualização efectuado pela EDM – Electricidade de Moçambique, o que afectou os níveis de produção.

Porém, as melhorias introduzidas pela EDM foram um sucesso e resultaram numa oferta de energia consideravelmente menos flutuante, estando previsto para Dezembro próximo a realização de trabalhos que permitirão melhorar ainda mais o fornecimento de electricidade ao empreendimento de Topuito.

Foram realizados progressos significativos na optimização do circuito de Rutilo e prevê-se que o nível de recuperação deste mineral possa vir a aumentar durante o quarto trimestre.

A produção trimestral e as transferências durante 2012 estão resumidas conforme o quadro em anexo.

Alguma incerteza nos preços de mercado

Maputo, Sexta-Feira, 19 de Outubro de 2012:: Notícias

A procura do pigmento nos Estados Unidos manteve-se relativamente bem no primeiro semestre de 2012, mas começou a deteriorar-se no segundo semestre. A procura na Europa contraiu-se este ano, enquanto o crescimento da procura chinesa tem vindo a diminuir.

As melhorias sazonais esperadas na procura de pigmento no segundo e terceiro trimestres não se concretizaram, levando à pressão descendente sobre os preços de pigmento. Numa tentativa de diminuir o fosso entre a oferta e a procura, os produtores de pigmentos começaram a reduzir a produção em meados do ano, tornando menores as reservas na cadeia de abastecimento internacional.

A Kenmare finalizou um cronograma de entrega de Ilmenite para o 2º Semestre de 2012 com base na fixação negocial de preços. A empresa negocea agora semestralmente os preços de Ilmenite. Assim, a maioria dos preços para o primeiro semestre de 2013 será negociada com os clientes nos próximos meses.

A Kenmare espera que as quebras de reservas na cadeia internacional de fornecimento fiquem concluídas no início de 2013, o que é susceptível de ser seguido por um período de reabastecimento do mercado.

A procura global de Zircão continua a ser fraca, especialmente na China e no sul da Europa, que são os principais mercados desta matéria-prima. Os principais produtores de Zircão reduziram a sua oferta no mercado, resultando num acúmulo de reservas desses mesmos produtores. Tal facto criou alguma incerteza nos preços de mercado a curto prazo.

A produção de Zircão da Kenmare é relativamente baixa e, por isso, a empresa continua a colocar com sucesso no mercado os volumes de produção deste mineral ao preço vigente.

Excesso de reservas

Maputo, Sexta-Feira, 19 de Outubro de 2012:: Notícias

As perspectivas de negócio de curto prazo têm sido afectadas pelos mercados menos consumidores de matérias-primas de produtos de Titânio e de Zircão. Em relação aos minerais de Titânio, a Kenmare vê esse facto como uma situação temporária causada pela geral desaceleração económica global e, particularmente, face à redução de actividade nos sectores de habitação e da construção.

A Kenmare, segundo soubemos, está confiante de que a relação entre a oferta e a procura por produtos de Titânio permanece favorável a médio e longo prazo. O mercado actual Zircão é confrontado com reservas significativas dos produtores, que terão de escoar o produto antes que a produção estar de volta aos seus níveis anteriores.

Este excesso de reserva vai continuar a criar alguma incerteza nos preços a curto prazo, até que a procura retorne para níveis mais normais.

Com a entrada em funcionamento da Fase II de Expansão, a Kenmare perspectiva aproveitar a esperada recuperação do mercado imobiliário dos Estados Unidos e da China para a obtenção de melhores rendimentos na operação do empreendimento de areias pesadas de Moma.

More agriculture

Megaprojectos sem consultas públicas recomendadas

CABO DELGADO - Não há consultas públicas na implementação de projectos

Membros da sociedade civil em Cabo Delgado consideram haver irregularidades nas consultas públicas que têm sido levadas a cabo por alguns megaprojectos para a implementação dos seus empreendimentos, havendo casos em que chegam a enganar as comunidades sobre os locais da sua implantação, uma situação que ocorre ante o olhar cúmplice das autoridades governamentais.

Maputo, Sábado, 20 de Outubro de 2012:: Notícias

Estas constatações foram feitas há dias na cidade de Pemba no decorrer de uma mesa-redonda sobre o tema “Consultas Comunitárias, Consentimento Prévio e Informado na Atribuição de Terras para os Investimentos Externos”, um evento que foi organizado pela Iniciativas de Terras Comunitárias (ITC).

Samanta Remane, da Terra Viva, uma das oradoras no encontro, denunciou que há casos em que alguns investidores chegam às comunidades e induzem os líderes comunitários ou membros dos conselhos locais para assinar actas que anunciam a realização de consultas públicas sem que tenham sido envolvidos em nenhuma discussão.

“Há também a questão de falsas promessas, para além de que não há harmonia nessa coisa de consultas públicas porque é feita de diferentes formas em cada local, o que propicia muita aldrabice por parte dos investidores, porque a lei não é clara quanto a isso. Ora, a acta da reunião quem assina lá nas comunidades são os líderes comunitários ou membros do Conselho Consultivo, portanto, não há regra e isso atrapalha as comunidades” - denunciou.

Por seu turno, um funcionário ligado à Geografia e Cadastro na Direcção Provincial de Agricultura presente na mesa-redonda, denunciou que há investidores que aparecem na sua instituição para fazer pedido do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) mas com licenças de exploração já passadas centralmente.

“Fica muito complicado gerir situações destas. Temos um exemplo da empresa que explora rubi em Namanhumbir, que neste momento está em conflito com a comunidade local e a gente não sabe onde pegar o assunto deles porque não houve uma consulta pública prévia. Assim é difícil” - disse.

As constatações sobre a pertinência das consultas públicas em Cabo Delgado acontecem numa altura em que a província tem sido palco da entrada de vários investidores atraídos pelas recentes descobertas de gás natural na bacia do Rovuma, fruto de prospecção de hidrocarbonetos levado a cabo por multinacionais que, entretanto, dizem estar a fazer auscultações às comunidades locais para implantação dos seus projectos.

ZÉ CAMPOS

Investimento avança produção agrária no país

DIVERSAS empresas agro-industriais pretendem incrementar o seu volume de investimentos para avançar a produção agrícola no país nos próximos anos, no âmbito da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Maputo, Sábado, 20 de Outubro de 2012:: Notícias

Um conjunto de sete empresas privadas do ramo já manifestaram a sua intenção em relação à nova aliança, que prevê o envolvimento público/privado em acções combinadas que permitirão que três milhões de pessoas saiam da pobreza até 2022.

Neste quadro, a Corvus Investment International (CII), uma empresa com sede na África do Sul, está actualmente envolvida na planificação (como conselheira e como investidora) em três projectos no país com um âmbito de investimento colectivo de 140 milhões de dólares.

A empresa tenciona expandir futuramente as suas operações bem como estabelecer parcerias potenciais com outras na produção de arroz, grãos, frutas tropicais e hortaliças nos “corredores” da Beira, Nacala e Maputo.

Ao longo dos próximos 8 anos a CII pretende aumentar a sua carteira de investimento agrícola em Moçambique para 500 milhões de dólares norte-americanos.

Por seu turno, a ENICA, criada por um grupo de moçambicanos com o fim de investir no sector da banana no norte do país para o mercado regional e internacional, projecta uma plantação a situar-se na província de Cabo Delgado onde começará com o plantio de 300 hectares no próximo ano, podendo crescer até 1000 hectares.

Até 2015, segundo apurámos, esta empresa planeia produzir 12 mil milhões de toneladas métricas por ano e conseguir um modelo de produção forte que possa ser usado como uma âncora para a área maior, incluindo acordos de escoamento da produção até 13,5 mil milhões de toneladas métricas.

A ENICA pretende contratar anualmente 400 trabalhadores, ampliando as suas relações comerciais e parcerias com até 15 empresas parceiras locais e causando impacto nos pequenos agricultores locais por meio de técnicas agrícolas melhoradas e novas culturas.

Por seu turno, a João Ferreira dos Santos, o mais antigo grupo em Moçambique, com 115 anos, está a investir na expansão da produção de algodão para 22.000 toneladas métricas, bem como no aumento da capacidade de descaroçamento para 30.000 toneladas métricas por ano até final deste ano.

A companhia também está a avaliar a sua aspiração de investir na capacidade de produção e purificação de óleo a partir do caroço em Moçambique. Como parte dessas acções, a JFS planeia fazer parte da Iniciativa para o Melhor Algodão (Better Cotton Initiative (BCI) e disseminar a mesma a todos os seus pequenos agricultores até 2015.

A Khulima Púnguè Agricultura e Serviços (KPAS) está envolvida na produção agrícola no “Corredor da Beira”. Na fase de produção a empresa concentrar-se-á nas cadeias de valor da soja, milho, batata e fruta, com retornos a curto e longo prazos.

Tete resettlement

Uma das escolas construídas pela Vale em Cateme. (R. Siteo)

Cateme e a guerra dos reassentados: Há acções palpáveis para melhorar a vida no centro

AS condições de vida no Centro de Reassentamento de Cateme, no distrito de Moatize, na província de Tete, ainda não são das melhores.

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

Cateme é uma região que de há algum tempo à esta parte existem denúncias de alegada falta de condições dignas de sobrevivência, casas mal construídas, fome e promessas que a Vale Moçambique, subsidiária da multinacional brasileira Vale, que está a explorar as minas de carvão de Moatize, a Vale, alegadamente não está a cumprir.

O “Notícias” esteve recentemente em Cateme, com um grupo de jornalistas nacionais que visitaram aquele centro de reassentamento à convite da assessoria de comunicação e Imagem da

empresa Vale Moçambique. O objectivo da visita era o de permitir que os jornalistas observassem 'in loco' o ponto de situação do reassentamento.

Embora subsistam algumas reclamações pelo facto de alegadamente a compensação oferecida pelo Vale Moçambique aos expropriados dos seus meios de vida, na zona onde actualmente se encontram as minas, no município de Moatize, não ser justa, é bem visível o esforço da mineradora em procurar melhorar as condições das suas habitações.

Na verdade, a Vale está a procurar melhorar as condições das habitações dos reassentados, as quais, não raras vezes, apresentam, entre outras irregularidades, maus acabamentos na sua edificação, o que se traduz em infiltrações de água das chuvas, para além da ameaça do seu desabamento.

De referir que as condições de vida em Cateme, já originaram manifestações por parte da população ali reassentada desde finais de 2009, devido a sua precariedade.

Para "apaziguar" o seu relacionamento com os reassentados, a empresa Vale Moçambique, encetou, entre outros aspectos, uma campanha com o objectivo de garantir os direitos de cidadania das crianças de Cateme, mas também permitir a sua participação em qualquer actividade desportiva e social.

Prevê-se que a campanha de capacitação desportiva abranja ainda 11 escolas do distrito de Moatize. Para além de registar os jovens, o projecto, alinhado com o Governo distrital, vai numa segunda etapa, capacitar professores e associações desportivas para organizar as actividades, reunir competidores e prepará-los para os jogos escolares de 2013.

Está igualmente projectada a reabilitação de quatro campos de futebol em Moatize e Cateme. Passamos de seguida a transcrever extractos de declarações de alguns dos intervenientes no processo de reassentamento em Cateme.

Existe potencial para desenvolver avicultura – segundo Afonso Salari, beneficiário

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

AFONSO Salari, um dos dois beneficiários de um lote de 100 pintos para desenvolver a avicultura, afirmou que o negócio tem condições para prosperar em Cateme.

Em declarações aos jornalistas, Salari afirmou ter recebido um segundo lote que vendeu de forma satisfatória.

"Contamos com o apoio de técnicos da direcção provincial da Agricultura. Actualmente, existem mais pessoas reassentadas que pretendem apostar no negócio de criação e venda de aves, muitos deles animados pelos nossos resultados", disse Salari.

A fonte afirmou ainda que o desenvolvimento de negócios está a contribuir para ocupar pessoas que, de outra forma, perturbariam a ordem pública e a tranquilidade.

"Há um bom mercado e com perspectivas de futuro", afirmou.

Relativamente à reabilitação das casas, Afonso Salari afirmou que onde há muita gente é comum haver pessoas que agem de má fé.

"É provável que nem todos estejam a gostar, porque o que a população acha é que a Vale deveria reabilitar estas casas ou construir novas, porque estas casas estão a criar grandes problemas.

Mas também não deixa de ser verdade que a população necessita, de facto, de novas casas e não estas que estão a ser reabilitadas", disse o nosso interlocutor.

Afonso Salari afirmou ainda que gostaria de aumentar a sua capacidade para 3.000 pintos, os quais vende cada unidade ao preço de 100 meticais.

"Inicialmente pensávamos que aqui não havia pessoas que comem frangos, mas já aparecem interessados, pois aqui temos professores, trabalhadores e a população em geral que nos pressionam bastante para vendermos frangos. Temos também dificuldades com ração, pois somos novos e ainda não sabemos como adquirir a ração para a criação de frangos", garantiu Salari.

Nem tudo são rosas

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

Angelina Fulane é uma das pessoas que não está satisfeita com o processo de reassentamento em Cateme.

"Estamos a sofrer aqui. Na minha anterior zona tinha uma machamba extensa com cerca de quatro hectares. Dedicava-me à agricultura com o meu marido e tínhamos três celeiros cheios da produção. Vendíamos o milho para aqueles que não produziam nas suas machambas, mas agora, eu que era vendedora estou a comprar agora o milho", disse. Angelina.

Afirmou ainda ter recebido há bastante tempo três quilos de sal, 12 de açúcar, 12 litros de óleo, 15 quilos de feijão e uma quantidade não especificada de farinha de milho, que deveria cobrir um período de três meses, e que, infelizmente, tudo já acabou.

Casas são tecnicamente seguras - reage Osvaldo Adachi, da Vale Moçambique

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

OSVALDO Adachi, da Vale Moçambique, reagiu às preocupações levantadas por Angelina Fulane nos seguintes termos:

“Entendo que sempre haverá reclamações, mas tecnicamente estas casas são seguras e estão construídas obedecendo todas as normas de construção. Além disso, ela tem um laudo próprio de um especialista”, disse Osvaldo Adachi.

A fonte acrescentou que no que respeita aos acabamentos, “em qualquer construção civil, num local quente como Tete, elas vão ter problemas de contracção do concreto e isso vai originar problemas de acabamento, que são pequenas fissuras”.

Avançando com a explicação técnica, Osvaldo Adachi afirmou que o tipo de viga usado na construção das casas para os reassentados de Cateme faz parte de um método amplamente conhecido e utilizado nas construções industriais.

“Mas como disse, devido a alta temperatura que caracteriza a província de Tete, o acabamento, particularmente o piso, sofre algumas fissuras devido a contracção do concreto, portanto, questões de acabamento”, realçou Adachi.

A fonte declinou a responsabilidade da Vale Moçambique na determinação do valor da indemnização a pagar às famílias afectadas.

“A avaliação foi feita por uma comissão de reassentamento formada pela Vale, Comunidade e membros do Governo. Portanto, foram mapeados os moradores; os seus locais de origem; que tipos de casa tinham, para que se fizesse justiça no momento das indemnizações”, referiu a nossa fonte.

Osvaldo Adachi, afirmou ainda que a Vale Moçambique já reabilitou 104 casas, de um total previsto de 700.

“Queremos imprimir um ritmo de 60 casas por mês, o que significa que esperamos concluir toda a reabilitação nos próximos 10 meses”, garantiu.

Cursos de formação

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

Por seu turno, Horácio Frederico, chefe de departamento no Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional, afirmou que a sua agremiação, em colaboração com a Vale Moçambique, organizou três cursos de formação profissional para os reassentados.

“Trata-se dos cursos para pedreiros; restaurante e bar; e o terceiro é o de corte e costura.

Houve necessidade de dar alguma qualificação aos companheiros que foram reassentados, pois saíram das áreas onde as minas estão a funcionar para aqui e não tinham qualquer qualificação profissional”, disse Horácio Frederico.

A fonte frisou que parte dos formandos será empregue em projectos em curso na zona, enquanto que a outra parte irá para o auto-emprego.

“Nos três cursos temos 48 formandos nas três especialidades, partindo do princípio que as nossas turmas comportam cada uma delas 16 formandos”, afirmou Frederico.

Bairro dos reassentados de Cateme

TETE - Factores e insumos agrícolas para reassentados de Cateme

Cento e vinte e quatro famílias retiradas das áreas de operação da empresa Vale Moçambique, no distrito de Moatize, em Tete, e reassentadas na região de Cateme, estão desde o passado dia 8 do mês em curso a receber parcelas de terra e insumos agrícolas para a produção de comida e de culturas de rendimento na próxima campanha agrícola, uma iniciativa daquela mineradora.

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

Cada família, de acordo com Açucena Paul, gerente de Comunicação da Vale Moçambique, recebe meio hectare de campo de produção no interior da fazenda modelo da mineradora localizada junto à zona residencial dos reassentados.

Acrescentou que, numa primeira fase, os reassentados vão receber a título de um crédito simbólico sementes de cereais como milho e mapira, feijão bóer, para além de culturas de rendimento concretamente de gergelim e girassol.

“A terra que está a ser distribuída foi objecto de uma preparação prévia pela Vale que inclui, igualmente, a disponibilização dos insumos de produção como semente de diversas culturas de alta qualidade para a próxima campanha agrícola” - disse Açucena Paul.

De recordar que a acção enquadra-se no plano de execução de um pacote de reivindicações dos reassentados, em Cateme, que no passado dia 10 de Fevereiro do ano em curso se amotinaram, exigindo o melhoramento das condições de vida.

A manifestação de Cateme, resultou na paralisação durante 24 horas de quatro comboios carregados de carvão produzido na mina da Vale Moçambique na bacia carbonífera de Moatize para o porto da Beira acarretando prejuízos consideráveis para a mineradora.

O administrador distrital de Moatize, Manuel Guimarães, que presenciou o acto da distribuição das parcelas disse que a iniciativa da Vale Moçambique, enquadra-se na materialização de um memorando de entendimento assinado entre o governo da província e a direcção da empresa para o cumprimento de um rol de exigências da população fixada naquela região rural do distrito.

Ainda no quadro das exigências da população, em Cateme, cerca de 12 famílias estão, neste momento, envolvidas na criação de galinhas para a comercialização de carne de frango, para o que a Vale disponibilizou os primeiros 300 pintos para a reprodução e a respectiva ração para a alimentação das aves.

O chefe provincial dos Serviços de Pecuária na direcção de Agricultura, em Tete, Cláudio Gule, disse que os avicultores, antes do seu envolvimento na criação de galinhas, receberam treinamento elementar sobre os cuidados básicos a ter no tratamento das galinhas.

O governo, de acordo com o chefe provincial de Pecuária, em coordenação com a Vale, efectua visitas periódicas aos pavilhões o que possibilita um acompanhamento directo da evolução desta actividade que já está a trazer resultados positivos, uma vez que grande dos criadores iniciaram, em finais do primeiro semestre do presente ano, a venda do primeiro lote de galinhas recebidas.

Por outro lado, ainda no âmbito da materialização das exigências dos reassentados de Cateme, 240 jovens estão, desde o primeiro trimestre do ano em curso, a receber uma formação técnica profissional nas áreas de carpintaria, construção civil e serralharia, no Centro de Formação Profissional da KENTZ, na cidade de Tete, cuja acção é financiada pela Vale Moçambique.

O grosso destes jovens, segundo o cronograma, após a sua formação, vai ocupar postos de trabalho disponibilizados pelas mineradoras Vale, Rio Tinto e outras empresas envolvidas no vasto programa de produção de carvão em vários pontos da província de Tete.

Bernardo Carlos

Other

Sofala: Assassinato de idosos atinge níveis alarmantes

PELO menos 30 idosos foram assassinados no primeiro semestre deste ano, na província de Sofala, em consequência de 59 casos criminais de violência perpetrada na família.

Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

O facto que preocupa sobremaneira as autoridades administrativas foi tornado público recentemente na vila do Búzi, durante a VI sessão do Conselho Coordenador da Mulher e Acção Social ao nível daquela região.

Falando em representação do governador daquela província, a directora de Saúde em Sofala, Marina Karagianes, indicou que apesar dos êxitos alcançados pelo sector é importante sublinhar que, no terreno, famílias e comunidades esperam dos assistentes sociais daquela região maior entrega e dedicação, destacando visibilidade da violência.

Chamou ainda particular atenção à necessidade do sector virar ângulos no combate da persistência do drama dos casamentos prematuros que, no seu entender, comprometem a sobrevivência e o desenvolvimento normal da rapariga, violação sexual de menores, a destruição crónica e a questão da integração efectiva das pessoas com deficiência na sociedade.

“Ao fazê-lo, estarão a marcar diferença na construção do Estado de direito, que tem no seu coração a não-violência, a igualdade de oportunidades, a dignidade humana e a segurança social básica”- fundamentou.

Karagianes acrescentando disse que é somente consolidando estes princípios e valores que darão passos decisivos em direcção à construção de uma sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um é condição para o desenvolvimento de todos.

Por seu turno, o director da Mulher e Acção Social em Sofala, José Diquissone Tole, indicou naquele encontro que decorreu sob lema “Unidos pela Segurança Social Básica, Igualdade e Equidade de Género, em Benefício da Família” que para atenuar o impacto de constrangimentos das pessoas vulneráveis, o sector assistiu até Setembro último 56.265 mulheres contra meta fixada em 78.064, no âmbito do desenvolvimento da mulher e família.

Na circunstância, o governante precisou ainda que neste período foram beneficiadas 44.008 pessoas no programa da promoção da justiça social, 26.075 no subsídio social básico, sendo 1.666 novos beneficiários e 3.286 na assistência a pessoa idosa.

Além disso, foram atendidos 2.547 deficientes e realizadas 39 palestras de divulgação de Leis que promovem e protegem os direitos da mulher.

De modo particular, Diquissone destacou que este ano é marcado na província de Sofala pelo lançamento oficial do Programa da Acção Social Produtiva, que abrangeu os distritos de Muanza, Machanga, Caia, Chemba e Marromeu a coberto do qual 5.600 famílias estão a ser integradas em actividades de utilidade pública, em troca da sua potenciação económica e requalificação produtiva na comunidade onde vive.

Finalmente, o director nacional de Acção Social, Miguel Maússe, defendeu a necessidade do sector melhorar cada vez mais a vida das pessoas vulneráveis, numa altura em que a área conhece transformações profundas como da integração destas actividades no ramo da Saúde nos distritos, aumento da cobertura de assistência social cujos resultados serão visíveis com o empenho de todos.

Horácio João

Primeira-dama pede fim da violência contra idosos

O País SEXTA, 26 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Maria da Luz Guebuza

Em Magude, província de Maputo.

A primeira-dama de Moçambique, Maria da Luz Guebuza, lançou, na última quarta-feira, em Magude, província de Maputo, um forte apelo às famílias para não violentarem os idosos e fazerem um esforço para cumprirem a parte que lhes cabe como células da sociedade, cuidando dos seus idosos.

Falando num encontro popular, Maria da Luz Guebuza disse que os idosos possuem familiares, isto é, filhos e netos que têm a obrigação de lhes amparar e acarinhar até ao fim de suas vidas.

Maria da Luz Guebuza explica que, nos tempos que correm, são frequentes relatos de assassinatos e outros tipos de violência praticados por pessoas adultas e jovens contra seus pais e avós, acusando-os de prática de feitiçaria.

“Não podemos abandonar os nossos idosos sob pretexto de que o Governo tem a obrigação de cuidar deles, porque eles é que são a nossa origem”, disse Maria da Luz, à AIM, para de seguida questionar como é possível, hoje, acusarmos os nossos pais de feiticeiros, quando foram precisamente eles que nos educaram durante toda a vida, até à fase de adultos.

A esposa do Presidente da República reconheceu que os idosos são um património cultural e memórias do passado que não podem ser esquecidas, porque são detentores do conhecimento sobre o passado, que é um legado importante para perspectivar o futuro.

Janela Única Electrónica esclarece dúvidas a despachantes aduaneiros

O País QUINTA, 18 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

No prosseguimento das acções com vista a esclarecer dúvidas e prestar apoio necessário para garantir a utilização eficiente das funcionalidades da Janela Única Electrónica (JUE), as Alfândegas de Moçambique e a equipa de implementação do sistema reuniram-se, recentemente, em Maputo, com os despachantes aduaneiros.

O encontro dirigido pelo director-geral-adjunto das Alfândegas, Miguel Nhane, serviu, igualmente, para auscultar as preocupações daqueles operadores aduaneiros, de modo a melhorar ainda mais o desempenho do sistema, imprimindo assim uma nova dinâmica, para que os despachantes maximizem os ganhos pelo uso da JUE no processo de desembaraço aduaneiro.

Da lista dos pontos abordados na reunião, destaca-se o cancelamento dos despachos, o tratamento dado aos importadores com direito à descarga directa, a falta do sistema derivada de falhas de internet, contra-marcas das mercadorias, scan de verbetes, saída antecipada de produtos frescos, avaliação das viaturas, autorização de saída de mercadorias, casas decimais na factura, entre outros.

Falando momentos após o encontro, Ilídio Gonçalves, gestor das Alfândegas, explicou que “a nossa intenção visava perceber as principais preocupações que os despachantes têm e que avaliação fazem acerca da Janela Única Electrónica, tendo em conta que já estamos a um ano de implementação do sistema”.

“Pretendíamos também dar, da nossa parte, informação sobre os novos pacotes a serem introduzidos no sistema”, referiu o gestor das Alfândegas.

Despachantes intercedem por eficiência no uso da JUE

O CANCELAMENTO dos despachos, o tratamento dado aos importadores com direito à descarga directa, a falta do sistema derivada de falhas de internet, encontram-se entre as preocupações levantadas recentemente em Maputo, num encontro que juntou técnicos responsáveis pela implementação do sistema da Janela Única Electrónica (JUE), Alfândegas de Moçambique e despachantes aduaneiros com vista a maximizar a eficiência, pelos operadores, da JUE.

Maputo, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2012:: Notícias

No encontro, que se enquadra no conjunto de acções levadas a cabo pela Autoridade Tributária com vista a esclarecer dúvidas e prestar apoio necessário para garantir a utilização eficiente das funcionalidades da JUE, foram ainda apresentadas preocupações relativas a contra-marcas das mercadorias, scan de verbetes, saída antecipada de produtos frescos, avaliação das viaturas, autorização de saída de mercadorias, casas decimais na factura, entre outros.

O encontro foi dirigido pelo director-geral adjunto das Alfândegas, Miguel Nhane e tinha ainda como objectivo imprimir uma nova dinâmica no desempenho do sistema de modo a que os despachantes maximizem os ganhos pelo uso da JUE no processo de desembaraço aduaneiro. Falando momentos após o encontro, Ilídio Gonçalves, gestor das Alfândegas, explicou que “a nossa intenção visava perceber quais as principais preocupações que os despachantes têm e que avaliação fazem acerca da Janela Única Electrónica, tendo em conta que já estamos a um ano de implementação do sistema”.

“Pretendíamos também dar, da nossa parte, informação sobre os novos pacotes a serem introduzidos no sistema”, segundo referiu o gestor das Alfândegas, realçando que “recolhemos algumas contribuições bastante válidas, para aquilo que será o futuro da JUE, uma vez que todos queremos que seja um sucesso, tanto a Autoridade Tributária de Moçambique, como os operadores aduaneiros”.

Por seu vez, Adriana Savanguana, despachante aduaneira da Arnaldo Guibunda and Associados, disse ter ficado com boa impressão do encontro, pois “foram levantadas muitas questões pertinentes, cuja maior parte já foi esclarecida”. “Estamos numa fase em que praticamente todos estamos a tatear e acredito que, a médio ou longo prazo, superaremos os problemas, apesar de às vezes nos debatermos com problemas, resultante da falta do sistema à semelhança do que sucedeu recentemente e não sabíamos onde estava a encalhar”, indicou a despachante aduaneira, ressaltando que “de um modo geral, é um bom sistema e vale a pena apostar nele”. Em representação da CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique, Kekobal Patel, presidente do Pelouro de Política Fiscal e Aduaneira, disse que a organização tem recebido reclamações dos operadores económicos e pretende que os problemas sejam minimizados o mais rápido possível: “A CTA faz parte do projecto, no sentido de resolver os

problemas que afligem o sector privado, porque queremos melhorar o ambiente de negócios no país, facilitando o comércio”, finalizou Patel.

Despachantes Alfândegas debatem “Janela Única”

As Alfândegas de Moçambique e a equipa de implementação da Janela Única Electrónica do reuniram-se, recentemente, em Maputo, com os despachantes aduaneiros, no âmbito do processo da divulgação do funcionamento daquele dispositivo de desembaraço aduaneiro. Maputo, Quinta-Feira, 18 de Outubro de 2012:: Notícias

O encontro dirigido pelo director-geral adjunto das Alfândegas, Miguel Nhane, serviu igualmente para auscultar as preocupações daqueles operadores aduaneiros, de modo a melhorar ainda mais o desempenho do sistema, imprimindo assim uma nova dinâmica de modo a que os despachantes maximizem os ganhos pelo uso da JUE no processo de desembaraço aduaneiro.

Da lista dos pontos abordados na reunião, destaca-se o cancelamento dos despachos, o tratamento dado aos importadores com direito à descarga directa, a falta do sistema derivada de falhas de internet, contra-marcas das mercadorias, scan de verbetes, saída antecipada de produtos frescos, avaliação das viaturas, autorização de saída de mercadorias, casas decimais na factura, entre outros.

Falando momentos após o encontro, Ilídio Gonçalves, gestor das Alfândegas, explicou que “a nossa intenção visava perceber quais as principais preocupações que os despachantes têm e que avaliação fazem acerca da Janela Única Electrónica, tendo em conta que já estamos a um ano de implementação do sistema”.

“Pretendíamos também dar, da nossa parte, informação sobre os novos pacotes a serem introduzidos no sistema”, segundo referiu o gestor das Alfândegas, realçando que “recolhemos algumas contribuições bastante válidas, para aquilo que será o futuro da JUE, uma vez que todos queremos que seja um sucesso, tanto a Autoridade Tributária de Moçambique, como os operadores aduaneiros”.

Por sua vez, Adriana Savanguana, despachante aduaneira da Arnaldo Guibunda e Associados, disse ter ficado com boa impressão do encontro, pois “foram levantadas muitas questões pertinentes, cuja maior parte já foi esclarecida”.

“Estamos numa fase em que praticamente todos estamos a tactear e acredito que, a médio ou longo prazo, superaremos os problemas, apesar de às vezes nos debatermos com problemas resultantes da falta do sistema à semelhança do que sucedeu recentemente e não sabíamos onde estava a encalhar”, indicou a despachante aduaneira, ressaltando que “de um modo geral, é um bom sistema e vale a pena apostar nele”.

Em representação da CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique, Kekobal Patel, presidente do Pelouro de Política Fiscal e Aduaneira, disse que a organização tem recebido reclamações dos operadores económicos e pretende que os problemas sejam minimizados o mais rápido possível: “A CTA faz parte do projecto, no sentido de resolver os problemas que afligem o sector privado, porque queremos melhorar o ambiente de negócios no país, facilitando o comércio”, finalizou Patel.

Dhlakama aquartela-se em Gorongosa mas reitera não à guerra

O LIDER da Renamo, Afonso Dhlakama encontra-se desde a passada segunda-feira aquartelado no povoado de Vandúzi, na Serra da Gorongosa, distrito do mesmo nome, em Sofala. Em

declarações a imprensa, Dhlakama, justificou o aquartelamento como forma de pressão ao Governo para a revisão do Acordo Geral de Paz (AGP) com incidência para o capítulo atinente ao enquadramento dos seus antigos guerrilheiros.

Maputo, Sexta-Feira, 19 de Outubro de 2012:: Notícias

Disse também que pretende que o Parlamento acomode as suas reivindicações quanto a alguns aspectos que figuram na Lei Eleitoral, referindo-se ainda a questões relativas a alegada partidarização do Estado pela Frelimo.

Todavia, reiterou que não vai retornar a guerra, a despeito de estar aquartelado com um efectivo de 800 antigos guerrilheiros do ex-movimento rebelde e equipados com uniforme novo e numa situação considerada militarmente de prontidão combativa.

Explicou que a decisão de residir em Gorongosa, resulta duma alegada pressão de militantes do partido e da ala dos seus antigos guerrilheiros, advertindo, porém, que não se responsabilizaria por quaisquer actos de violência armada pelos seus homens.

Entretanto, na referida base militar situada a 30 quilómetros da vila-sede distrital de Gorongosa, oncretamente junto as matas onde morreu André Matsangaise, já estão em treinamento militar seis grupos de ex-guerrilheiros, sendo dois compostos por mulheres e os restantes por homens, perfazendo um total de 800 homens.

Para Dhlakama, a reactivação da sua antiga base militar, faz parte de uma nova estratégia daquela formação política visando dar sequencia a propalada revolução que pretende por fim ao que chamou de regime comunista da Frelimo.

Deu garantias de estar aberto ao diálogo, embora condicionando que tal diálogo ocorra no seu aquartelamento, em Gorongosa.

Plano económico e social 2013: Salários e remunerações com forte peso na despesa

AS despesas totais do Estado vão atingir 175 mil milhões de meticais em 2013, mais 12 mil milhões em relação às estimativas para o ano em curso, segundo projecções inscritas na proposta do Plano Económico e Social, já remetido ao Parlamento para aprovação.

Maputo, Quarta-Feira, 17 de Outubro de 2012:: Notícias

O agravamento das despesas de funcionamento, segundo o documento, tem fundamento no previsível incremento dos encargos com salários e remunerações, como resultado da necessidade de expansão dos serviços sociais de Educação e Saúde, que prevêm admitir 8500 novos professores e 1500 quadros diversos, respectivamente.

Do total da despesa prevista para o próximo ano pouco mais de 98 mil milhões de meticais, o correspondente a 56,1 por cento, serão absorvidos na rubrica funcionamento, que corresponde aos gastos com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços, transferências correntes, subsídios, entre outras.

Em contrapartida, de acordo com a proposta do Executivo, pouco mais de 68,5 mil milhões de meticais, correspondentes a 39,2 por cento do total de despesas previstas para 2013, serão aplicados na componente de investimento, que inclui todas aquelas ligadas ao planeamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, entre outras.

Entretanto, segundo projecções do Governo, em 2013 haverá uma redução do financiamento externo, situação que se vai reflectir no peso relativo do volume do investimento, cujo montante, ainda assim, irá aumentar de 65,5 mil milhões de meticais em 2012, para 68,5 mil milhões de meticais no próximo ano.

Apenas 8,2 mil milhões de meticais, equivalente a 4,7 por cento do total da despesa, serão destinados a operações financeiras, realizadas com o objectivo de gerar recursos financeiros, a exemplo dos empréstimos bancários.

Segundo a nossa fonte, a actuação das finanças públicas estará orientada para o alcance do crescimento económico, controlo da inflação e sustentabilidade da dívida pública.

Com efeito, o Estado espera colher receitas na ordem dos 113,9 mil milhões de meticais, meta para cujo alcance já estão em curso diversas acções com vista à arrecadação de rendas de forma sustentável; nomeadamente através da implementação do Projecto Janela Única Electrónica e a modernização e fortalecimento da Administração Tributária, com destaque para a construção de 12 novos postos de cobrança.

Para 2012, o Orçamento do Estado estabeleceu um volume global de recursos de 163 mil milhões de meticais, dos quais 95,5 mil milhões são de receitas próprias. As despesas totais foram fixadas em 163 mil milhões de meticais, resultando um défice de 66,9 mil milhões, coberto por donativos, empréstimos externos e internos.

O balanço de execução do PES 2013 referente ao primeiro semestre do ano, destaca que a arrecadação da receita do Estado atingiu os 43,5 mil milhões de meticais.

Alberto Vaquina treme, mas não cai!

O País SEXTA, 26 OUTUBRO 2012 00:00 JOSÉ BELMIRO

Alberto Vaquina intervindo no pódio do Parlamento

Estreia do primeiro-ministro na Assembleia da República.

Quando o primeiro-ministro, Alberto Vaquina, discursava ontem no Parlamento, a Renamo abandonou a sala do plenário no Parlamento, em protesto contra as respostas apresentadas pelo Governo aos deputados.

Tremeu mas não caiu! É desta forma que se pode classificar a performance do primeiro-ministro, Alberto Vaquina, na sua estreia no Parlamento. Mas também não era para menos. Vaquina tinha a missão de fazer a coordenação política do discurso de um Governo que acabava de integrar, há menos de três semanas. Há que referir que, entre a sua tomada de posse e ida ao Parlamento, Alberto Vaquina tomou parte em apenas duas sessões do Conselho de Ministros!

Logo na quarta-feira, primeiro dia da sessão plenária de perguntas e respostas, o deputado Saimone Macuiana, da Renamo, pôs à prova a serenidade de Alberto Vaquina. A discussão levantada por Macuiana era em torno de uma alegada má interpretação, por parte do primeiro-ministro, das questões levantadas pelos deputados. Para resolver o impasse, a presidente da Assembleia da República chamou as chefias das bancadas para uma concertação e Alberto Vaquina foi de novo chamado ao pódio, para se explicar melhor... e o nervosismo era evidente.

Produção agrícola cresce, mas fome aumenta

O País SEGUNDA, 22 OUTUBRO 2012 00:07 REDACÇÃO

Nuno Castel-Branco, economista

Segundo Nuno Castel-Branco.

A pressão política ao Governo pode ser uma terapia a este mal, a avaliar pela experiência bem sucedida de alguns países africanos, casos do Ruanda e da Etiópia.

A produção agrícola cresce rapidamente, mas há cada vez mais gente com fome em Moçambique. Quem o diz é o economista Carlos Nuno Castel-Branco, que aponta a falta de pressão política ao Governo como uma das causas do fenómeno.

É a este propósito que o Instituto de Estudos Económicos Sociais (IESE), do qual Castel-Branco é director e investigador) junta investigadores internacionais, num workshop para a discussão de questões de economia agrária e procurar resolver um velho problema: a exclusão da maior parte da população dos benefícios do crescimento económico, e, neste caso, da produção agrícola, cuja consequência é o agudizar da pobreza. “Em países como Moçambique e Tanzânia, temos situações em que a produção agrícola cresce, mas não resolve os problemas da pobreza. Resolve os problemas de acumulação de capital por alguns grupos específicos, e não os problemas mais abrangentes da pobreza, do acesso à comida e do acesso a bens básicos a baixo preço”, disse o economista em conferência de imprensa, à margem do workshop, que teve lugar, sexta-feira última, em Maputo.

Na ocasião, o director do IESE sugeriu que a pressão política aos governos pode ser uma terapia a este mal, a avaliar pela experiência bem sucedida de alguns países africanos. “A diferença entre os países depende das condições históricas e das políticas internas. Por exemplo, nos casos de Ruanda e Etiópia, há uma forte pressão política interna, que constitui ameaça aos governos estabelecidos, onde a disputa política é muito forte, obrigando esses governos a adoptarem políticas favoráveis à grande massa da população”, afirmou.

MPD vai recrutar 100 extensionistas para dinamizar sector agrícola no país

O País SEGUNDA, 15 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

O ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) pretende recrutar mais 100 extensionistas, para dinamizar o sector agrícola.

A informação foi avançada pelo secretário permanente, Salim Valá, que aponta a industrialização como chave para a competitividade do sector. “Vamos recrutar mais 100 extensionistas para o plano económico e social de 2013, porque notamos que a investigação e extensão rural são elementos determinantes para o desenvolvimento da agricultura no país”, disse Salim Valá,

acrescentando que “os extensionistas recrutados serão submetidos a treinos, e receberão meios para actuar na luta contra a pobreza e fome nas zonas rurais”.

De acordo com o secretário permanente, neste momento, o Estado moçambicano conta com cerca de 900 extensionistas públicos e 1215 instituições privadas, que agem em conjunto, no sentido de disseminar a tecnologia. O responsável reconhece que este número de extensionistas ainda está aquém da procura, porque não consegue cobrir a todos os agricultores.

Guebuza apela ao envolvimento de todos para o sucesso da campanha agrícola 2012/2013

O País SEXTA, 26 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

No âmbito de sua visita de trabalho a Nampula.

O Presidente da República, Armando Guebuza, diz que todas as forças vivas da sociedade devem dar a sua contribuição para o sucesso da campanha agrícola 2012/2013.

Este apelo foi feito ontem, no distrito de Monapo, província de Nampula, durante o lançamento oficial do ciclo de produção no país. Para Guebuza, tal trabalho passa pela implementação, pelo executivo, partidos políticos, líderes locais e a sociedade civil, da Estratégia de Irrigação; do Programa de Fortalecimento da Cadeia de Sementes; do Programa Estratégico de Fertilizantes; bem como do Programa Intensivo de Transferência de Tecnologias Agrárias.

“Devemos, todos, ao longo da campanha 2012/13, participar na operacionalização deste quadro de políticas, tendo em vista assegurar um crescimento em 9,1% da produção global, correspondente a 15 milhões de toneladas de culturas alimentares, e de 14,3% de culturas de rendimento”, exortou.

Na ocasião, Armando Guebuza anunciou a contratação de mais 387 extensionistas, totalizando 1 384 em todo o país; a disponibilização de semente de cereais, leguminosas e oleaginosas de qualidade; bem assim a melhoria da capacidade de preparação da terra, através da disponibilização de mais maquinaria, animais para tracção e respectivos suplementos.

“Estado está a entregar as principais obras a empresas estrangeiras”

O País SEXTA, 12 OUTUBRO 2012 00:29 REDACÇÃO

Quem tem razão?

Os empreiteiros dizem que o Estado está a entregar as principais obras a empresas estrangeiras, e que das duas 2 mil construtoras nacionais, só restaram 400. O presidente da Federação dos Empreiteiros diz que a culpa é de alguns dirigentes de entidades públicas, que interpretam mal o regulamento de contratação de empreitada. O ministro do pelouro reage e diz que não tem conhecimento da situação.

Ciclo eleitoral deverá ser sempre na primeira quinzena de Outubro

O País TERÇA, 16 OUTUBRO 2012 00:00 ANDRÉ MANHICE

Plenário da Assembleia da República

Novidades da revisão da lei eleitoral.

A data será marcada por decreto presidencial, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições. As eleições gerais, das assembleias provinciais e autárquicas passarão a ser realizadas de forma fixa na primeira quinzena de Outubro de cada ano eleitoral. A proposta é da Comissão parlamentar da Administração Pública, Poder Local e da Comunicação Social e está a ser incluída no pacote eleitoral, no âmbito da revisão em curso na Assembleia da República.

De acordo com o presidente deste grupo de trabalho, Alfredo Gamito, a ideia é facilitar o calendário de preparação dos partidos políticos para os processos eleitorais. “Nós achamos que,

desta forma, os partidos vão saber que estão a trabalhar para Outubro sempre que tivermos eleições, e será fácil para eles a preparação dos requisitos necessários”, explicou Gamito.

Assim, a data exacta da votação será marcada por decreto do Presidente da República, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições.

A comissão vai propor, igualmente, o alargamento do período para os partidos submeterem as suas candidaturas, uma forma de amainar o “barulho” que se cria quando estas formações políticas não conseguem os documentos necessários para o efeito. “Para além disso, nós detalhamos ponto por ponto os requisitos e todos os procedimentos específicos para as candidaturas, para evitar interpretações dúbias desta matéria”, acrescentou.

MDM elege esta semana delegados ao seu I congresso

O País TERÇA, 16 OUTUBRO 2012 00:00 FRANCISCO BENE

A ter lugar em Dezembro, na Beira.

Serão conhecidos esta semana os delegados que irão representar a província de Nampula no I congresso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), a ter lugar em Dezembro próximo, na cidade da Beira, província de Sofala.

Trata-se de 40 delegados que serão eleitos em representação de todos os distritos daquela província, no decurso da reunião política provincial, que terá como palco a cidade de Nampula. O anúncio foi feito pelo membro da comissão política nacional Carlos Bernardo, à margem da reunião distrital de quadros do MDM a nível da cidade de Nacala-Porto.

Bernardo disse, ainda, que a reunião de Nampula tem a particularidade de acontecer pouco depois da sua formação política ter realizado “com sucesso” o processo de divulgação e debate das teses que irão nortear a reunião magna do partido.

Guebuza defende adiamento do acordo de parceria SADC e UE

O País QUINTA, 18 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Para 2016.

O presidente da República, Armando Guebuza, manifestou, em Bruxelas, capital da Bélgica, o seu desejo de ver adiada, para 2016, a implementação dos novos Acordos de Parceria Económica (APE) entre os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e União Europeia (UE).

A UE insiste que os países que não ratificarem os respectivos APE até Janeiro de 2014 irão perder parte considerável de potenciais benefícios do acesso preferencial aos mercados daquela comunidade.

“A nossa preferência é que seja 2016. está tudo em negociação e, enquanto isso, aguardamos pelos resultados”, disse Guebuza, quando questionado sobre uma preocupação levantada, segunda-feira, durante um encontro mantido com os embaixadores dos países da SADC acreditados na Bélgica.

Falando durante o referido encontro e citado pela AIM, o embaixador namibiano e decano do corpo diplomático acreditado na Bélgica, Hanno Rumpf, deplorou as posições adoptadas pelo actual Comissário Europeu para o Comércio, Karel De Gucht, que exige a conclusão dos APE, não obstante a existência de assuntos pendentes e que preocupam a maioria dos países da região África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Damião José cede funções de porta-voz da bancada da Frelimo a Galiza Matos Jr.

O País SEGUNDA, 22 OUTUBRO 2012 00:09 REDACÇÃO

Decisão da direcção do partido e da chefia da bancada.

O deputado Damião José já não é porta-voz da bancada parlamentar da Frelimo. Para o seu lugar, foi indicado o jovem deputado Edmundo Galiza Matos Jr.

A decisão foi anunciada esta sexta-feira pela chefia da bancada durante a reunião de preparação deste grupo parlamentar para a sessão que hoje inicia. A mesma decorre da eleição de Damião José ao cargo de secretário do Comité Central para Mobilização e Propaganda e, cumulativamente, porta-voz da Frelimo.

Segundo fontes do partido, a direcção do partido achou por bem aliviar o deputado destas funções para se concentrar nas suas funções a nível central do partido.

Em contacto com o “O País”, Damião José, que esteve como porta-voz da bancada parlamentar da Frelimo por dois anos e meio, disse sair com sentimento de missão cumprida e com vontade de servir cada vez melhor o partido a nível central.

Dependência externa reduz para cerca de 33% em 2013

O País SEGUNDA, 22 OUTUBRO 2012 00:09 REDACÇÃO

De acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2013.

As despesas totais, incluindo operações financeiras programadas para o ano de 2013, serão de 174.955,0 milhões de meticais, sendo 98.163,7 milhões de meticais de despesas de funcionamento; 68.525,0 milhões de meticais de investimento; e 8.266,3 milhões de meticais de operações financeiras. Assim, as despesas totais são iguais ao volume total de recursos totais, ficando salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

O défice orçamental previsto para 2013 é de 60.99,0 milhões de meticais, equivalente a 12,6% do PIB, o que se traduz numa redução de 3,7 pontos percentuais (pp) do PIB face ao nível do défice em percentagem do PIB previsto para 2012.

De acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2012, a dependência do Orçamento do Estado em relação a recursos externos reduz, passando de 39,5% em 2012, para 32,8% em 2013, isto é, a cobertura de despesas totais com recursos internos aumenta, passando de 60,5% para 67,2% em 2012 e 2013, respectivamente.

Em 2013, o défice orçamental equivalente a 12,6% do PIB será coberto por donativos equivalentes a 4,1% do PIB, por créditos externos correspondente a 7,8% do PIB e pelo crédito interno, equivalente a 0,7% do PIB.

Linhas gerais do orçamento 2013:

Manutenção da estabilidade macroeconómica;

Prosseguimento das acções centradas no combate à pobreza e na promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo...

Reforço dos padrões de economia, eficácia e eficiência da despesa pública, garantido num ritmo de alteração da composição estrutural da despesa pública, incluindo padrões de execução orçamental que concorram para fortalecer o ritmo de acumulação interna, a contenção das expectativas inflacionárias e o aumento da competitividade dos bens transaccionáveis;

Incremento da qualidade na afectação de recursos públicos e a consolidação do processo de descentralização financeira;

Prosseguimento de reformas na área tributária e aduaneira tendentes a aumentar e diversificar a carteira fiscal, melhorar os padrões de equidade e justiça fiscal;

Reforço do rigor e racionalidade na realização da despesa pública.

Equilíbrio orçamental

O envelope de recursos totais programados para 2013 é de 174.955,0 milhões de meticais, dos quais, 113.962,0 milhões de meticais representarão receitas do Estado, 3.573,3 milhões de meticais são recursos que advirão da contratação do financiamento interno, e 57.419,7 milhões de meticais serão recursos provenientes do financiamento externo.

As despesas totais, incluindo operações financeiras programadas para o ano de 2013, serão de 174.955,0 milhões de meticais, sendo 98.163,7 milhões de meticais de despesas de funcionamento, 68.525,0 milhões de meticais de investimento e 8.266,3 milhões de meticais de operações financeiras. Assim, as despesas totais são iguais ao volume total de recursos totais, ficando salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

Receitas do estado

O Governo prevê que em 2013 a receita do Estado poderá situar-se em 113.962,0 milhões de meticais, correspondente a 23,6% do PIB, que representa um acréscimo de 0,5 pp do PIB comparativamente a 2012.

O crescimento real das receitas do Estado para 2013 é de 11,8% face a 2012 e será em grande medida impulsionado pelas receitas correntes que totalizam 111.144,8 milhões de meticais, correspondentes a 23,0% do PIB, um incremento em 0,6 pp face a 2012. Estão inclusas nesta categoria as receitas fiscais, não fiscais e as receitas consignadas.

Dinheiro dos recursos naturais

O Governo perspectiva ainda, na proposta do Orçamento 2013, a consignação de 2,75% das receitas advenientes do imposto de produção de actividade de exploração mineira e petrolíferas, das areias pesadas de Moma, Pande, Temane, Vale e Rio Tinto, estimadas em 30 milhões de meticais para as localidades de Moatize, Govuro e Moma, nos termos da Lei 12/2007 de 27 de Junho.

Peso das receitas fiscais

Numa análise da proposta do Orçamento do Estado para 2013, conclui-se que as receitas fiscais são as que têm maior peso na certaíra fiscal, representando 83,8%. As receitas não fiscais, incluindo as próprias, poderão atingir 8.895,7 milhões de meticais, o correspondente a 7,8%, e as outras receitas, que incluem as consignadas e as de capital, no montante de 9.573,9 milhões de meticais, cerca de 8,4 % respectivamente.

Recursos externos

A previsão dos recursos externos para 2013 situa-se em 57.419,7 milhões de meticais, contra os 64.347,3 milhões de meticais previstos para 2012. Em percentagem do PIB, regista-se uma redução de cerca de 3,6 pp face a 2012, devido aos problemas e instabilidade financeira que se têm verificado em vários países da Europa. Prevê-se as seguintes tendências nas principais fontes de financiamento externo:

Redução do Apoio Directo ao Orçamento em 0,2 pp em 2013 face a 2012, explicada pela não confirmação do desembolso por parte de alguns Parceiros de Apoio Programático, nomeadamente, Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha e Suíça. Porém, o documento refere que, apesar desta redução, houve um incremento do financiamento do Banco Mundial de 110 milhões de dólares americanos em 2012, para 210 milhões de dólares americanos em 2013, na modalidade de créditos para o Apoio Directo ao Orçamento, sendo 110 milhões de dólares americanos a serem disponibilizados ao abrigo do Programa de Crédito para o Alívio à Pobreza, 50 milhões de dólares americanos para o programa de apoio às mudanças climáticas e 50 milhões de dólares americanos para o sector da agricultura.

Redução dos donativos em 2,7 pp do PIB em programas especiais (Fundos Comuns) em cerca de 0,7 pp do PIB, respectivamente, como resultado da redução do financiamento para os fundos do FASE, PROSAÚDE, combate ao HIV/SIDA, estradas e para projectos externos.

“Benefícios de recursos naturais não são distribuídos em forma de dinheiro”

O País QUINTA, 25 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Alberto Vaquina

Primeiro-ministro no Parlamento.

O governo foi, esta quarta-feira, à Assembleia da República para responder a três perguntas dos partidos com assentos parlamentares. Na ocasião, as questões sobre a gestão e benefícios dos recursos minerais, feitas pela Frelimo e Renamo, acabaram virando o centro do debate.

No seu primeiro discurso oficial como primeiro-ministro, Alberto Vaquina disse que o país precisa de desfazer a ideia de que os benefícios da exploração dos recursos naturais devem ser em dinheiro vivo.

“Gostaríamos de esclarecer que os benefícios não são distribuídos, na forma de dinheiro, directamente às pessoas. Esta ideia pode fazer com que as pessoas e famílias reduzam a sua entrega ao trabalho, endossando às empresas ou ao governo o dever de lutar de forma digna, decente e honesta, para melhorar as suas próprias condições de vida”, sublinhou Vaquina.

Para Vaquina, a reclamação das empresas nacionais pela inclusão nas actividades minerais deve ser acompanhada pela formação e criação de capacidade para responder às necessidades deste tipo de projectos.

“Os empresários nacionais devem estar preparados para dar respostas à altura das necessidades dos mega-projectos, mas isso implica uma melhor preparação e capacitação”, afirmou Vaquina, acrescentando que, “assim, a ideia de redistribuição imediata da riqueza que, muitas vezes, se pretende associar à indústria extractiva, é enganosa. A indústria mineira não vai resolver todos os problemas dos moçambicanos, sendo que esta actividade deve ser encarada como uma oportunidade para se acelerar o desenvolvimento e não como a única via para tal”.

Oposição critica discurso de Vaquina

A Renamo e o MDM, bancadas minoritárias no Parlamento, dizem que o discurso de estreia do primeiro-ministro, Alberto Vaquina, para responder às perguntas dos deputados, não convence, é evasivo e longe das preocupações.

Preço de cimento vai estabilizar até Dezembro

O País QUINTA, 18 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Armando Inroga

“O agravamento se deveu a uma avaria registada em Agosto último na Cimentos de Moçambique, a maior fábrica de produção de cimento”

O ministro moçambicano da Indústria e Comércio, Armando Inroga, disse, ontem, em Maputo, que o preço de cimento poderá estabilizar-se até Dezembro próximo, com a normalização da produção nacional.

Nos últimos meses, o preço de cimento subiu consideravelmente em Moçambique, tendo passado dos anteriores 215 meticais (7,6 dólares americanos) nos mercados de Maputo, a capital do país, para os actuais 240 meticais.

Em algumas províncias do país, nomeadamente, Sofala (centro), Nampula, Cabo Delgado e Niassa (norte), os preços chegam a ultrapassar 350 meticais e, na província de Manica, cerca de 500 meticais.

Falando ontem a jornalistas, Inroga disse que o agravamento se deveu a uma avaria registada em Agosto último na Cimentos de Moçambique, a maior fábrica de produção de cimento, aliada a uma redução das importações deste produto, devido ao aumento do preço no mercado internacional. “Nós acreditamos que, a partir de Novembro ou Dezembro, mesmo com o aumento do volume de procura de cimento para responder

à quantidade de infra-estruturas desenvolvidas pelo governo e pelo sector privado, havemos de retornar a uma situação de relativa estabilidade de preço do cimento”, disse o governante. Segundo o ministro, normalmente, a produção nacional de cimento ronda as 170 a 200 mil toneladas mês, mas, com os problemas registados em Agosto e Setembro, o volume de cimento disponível no mercado baixou para entre 130 a 97 mil toneladas. Há dois anos, o governo anunciou uma estratégia visando promover a indústria de cimento de forma a reduzir o nível de preços deste produto. Inroga considera que houve um crescimento de empresas que entraram para o mercado de produção de cimento, o que resultou no equilíbrio dos preços.

Jobs

Economia informal não combate desemprego

O Pais SEXTA, 12 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Matola realizou, ontem, o IV Fórum Empresarial, com foco na atracção de investimento. O vice-governador do Banco Central, Pinto de Abreu, lançou um repto: “Não podemos ficar satisfeitos com o emprego no sector informal, porque é uma falácia no longo prazo”.

O sector informal não resolve o problema de desemprego no país, porque as pessoas podem vender os seus produtos e serviços hoje e obter rendimentos, mas o mesmo não acontecer no futuro. A posição é defendida pelo vice-governador do Banco de Moçambique, António Pinto de Abreu, que falava, ontem, na cidade da Matola, durante a sua apresentação, no IV Fórum Empresarial da Matola.

“Não podemos ficar satisfeitos, porque as pessoas estão empregues ou trabalham no sector informal, porque as pessoas vendem hoje e não sabem se amanhã venderão”.

De acordo com o vice-governador, para reduzir o nível de desemprego, é necessário “garantir que haja instituições estáveis, eficientes e funcionais” no país. Para o responsável, o sector informal “é uma falácia no longo prazo”, daí que não se pode pensar que o mesmo vai resolver os problemas do desemprego em Moçambique.

As observações do segundo homem mais forte do banco central não param por aí. Pinto de Abreu critica os economistas que defendem uma forte depreciação da moeda, visando estimular as exportações. O vice-governador do Banco de Moçambique considera esta aposta um erro, e, por isso, o banco central não tem aderido a esta tese.

“A depreciação forte da moeda é necessária em certas fases do ciclo económico de um país, não sempre. O mais importante para os empresários é inovar os seus produtos e serviços, aumentar a competitividade, produtividade e racionalidade, bem como descobrir novos mercados”, apontou Pinto de Abreu.

=====

<http://www.ey.com/ZA/en/Issues/Business-environment/2012-Africa-attractiveness-survey>

Ernst & Young's 2012 Africa attractiveness survey Building bridges May 2012

Mozambique

"After emerging from two decade of civil war, Mozambique has consistently been one of the fastest growing economies in the world for longer than ten years. Significant improvements have been made to the education system and the country's infrastructure, albeit from a low base. Mozambique's key attraction for investors is resources such as coal, iron ore, and, in particular, natural gas, reserves of which already stand at over 127b cubic meters.

From 2003-11, more than 2/3rds of FDI went into extractive activities."

"FDI flows to Mozambique are forecast to average about US\$1.4b p.a. over the next five years, with approximately 8,000 new jobs created as a result."

ANÁLISE - África está na mira de investidores estrangeiros

África tem vindo a atrair um nível crescente de interesse. Uma história de reformas políticas, regulamentares e sociais, de progresso e crescimento, coloca o continente como uma alternativa viável face a outros destinos de investimento em mercados emergentes. Maputo, Sexta-Feira, 12 de Outubro de 2012:: Notícias

O Produto Interno Bruto (PIB) africano quase triplicou desde 2003 e, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), sete das dez economias mundiais de maior crescimento nos próximos cinco anos são africanas.

A contribuir para o melhor desempenho económico está o forte declínio dos conflitos políticos e a disseminação da democracia. O aumento de 42 por cento registado no Investimento Directo Estrangeiro (IDE) intra-africano desde 2007 revela também uma mudança de mentalidade e um aumento de autoconfiança e optimismo entre os africanos.

A inflação está a ser controlada, a dívida externa e o défice orçamental reduzidos, as empresas públicas privatizadas, os sistemas reguladores e jurídicos fortalecidos e muitas economias africanas abriram-se ao comércio internacional. Existe também uma crescente aposta na criação de mercados maiores, resultado da integração regional. Um exemplo está patente no acordo entre 26 Estados-membros para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre, que representará um mercado de 600 milhões de pessoas (valor ultrapassado apenas pela China e pela Índia) e uma taxa de crescimento do PIB acima dos 5 por cento a longo prazo.

Atendendo ao crescimento recente, não surpreende que o retorno do investimento em África seja dos mais elevados, senão mesmo o mais elevado do mundo. E as perspectivas continuam a ser positivas: segundo o FMI, entre 2011 e 2015, as economias africanas no seu todo tenderão a crescer mais do que as asiáticas. Três indicadores dão conta de que as taxas de crescimento em África são sustentáveis a prazo: melhorias nos índices de desenvolvimento humano, níveis crescentes de rendimento disponível e diversificação contínua do IDE.

Existe, no entanto, segundo o estudo "Construindo Pontes" conduzido este ano pela Ernst and Young, uma diferença de percepção sobre África: enquanto os empresários que já fazem negócios no continente acreditam no seu potencial, os que ainda não investiram em África continuam a associar o destino a instabilidade, a conflito, a corrupção e, conseqüentemente, a um maior risco face a outras regiões.

Esta diferença de percepção está a dificultar a atração de IDE para o continente, e a prova disso está no rácio de apenas 5,5 por cento de projectos de IDE global que África atraiu em 2011, valor que, segundo a Ernst and Young, não reflecte fielmente a história de crescimento daquela região.

Aspectos a melhorar

Maputo, Sexta-Feira, 12 de Outubro de 2012:: Notícias

Existem ainda desafios a vencer para desbloquear o enorme potencial humano e económico de África. Importa reforçar a aposta na integração regional, na estabilidade política, na redução da corrupção, no aumento da facilidade em desenvolver negócios, na melhoria de acesso local ao financiamento, e num conjunto de factores relativos a uma integração regional mais coerente, como postos fronteiriços agregados e harmonização fiscal.

As barreiras não tarifárias são, de resto, as que mais inibem o comércio intra-regional. A falta de integração dos sistemas leva a demoras desnecessárias nas fronteiras africanas, dificultando o movimento de pessoas, bens e serviços. A falta de diversidade industrial inviabiliza as trocas

comerciais, e as fracas infra-estruturas representam um grande factor de subdesenvolvimento de África: estradas, caminhos-de-ferro e instalações eléctricas deficitárias abrandam o transporte de mercadorias, levando a que países costeiros consigam importar produtos mais baratos do outro lado do oceano.

Entre 2003 e 2011, quase 40 por cento do capital investido em África e 13 por cento dos novos projectos de IDE dirigiram-se para actividades relacionadas com as infra-estruturas, sector que foi também responsável por 25 por cento do emprego criado nesse período.

É o investimento em infra-estruturas que impulsionará a tão necessária integração regional, acelerando e sustentando o crescimento e desenvolvimento de África. As estimativas apontam para necessidades de investimento anual no sector na ordem dos 93 mil milhões de dólares entre 2010 e 2020.

Angola: economia de grande potencial
Maputo, Sexta-Feira, 12 de Outubro de 2012:: Notícias

Nos últimos anos, a economia angolana está entre as que mais crescem em África e no mundo: 11,1 por cento entre 2001 e 2010, à frente de mercados emergentes como a China. Angola é também um dos principais destinos do capital de IDE em África, tendo conseguido atrair mais de 58 mil milhões de dólares americanos entre 2003 e 2011.

Naquele período, Portugal foi o país que mais investiu em novos projectos de IDE em Angola, enquanto, em sentido inverso, o investimento de Angola em Portugal registou um acréscimo de 100 por cento entre 2007 e 2011, números que evidenciam a crescente proximidade entre os dois países.

Prevê-se que os fluxos de entrada de IDE em Angola atinjam, em média, e ao longo dos próximos cinco anos, 7,6 mil milhões de dólares americanos por ano, conduzindo à criação de aproximadamente 30 mil postos de trabalho.

Como é um dos 26 Estados-membros africanos que faz parte da Zona de Comércio Livre, Angola pode ser encarada como porta de entrada naquele imenso mercado de 600 milhões de pessoas.

Os investidores devem ter presente que, apesar do progresso registado nos últimos anos, continua a não ser fácil fazer negócios em Angola. O país está posicionado na 172.^a posição no "Doing Business 2012" do Banco Mundial. A corrupção continua a ser um grande desafio à realização de negócios naquele país e à atracção de IDE, em paralelo com as fracas infra-estruturas que representam, em simultâneo, uma oportunidade de investimento a considerar.

Moçambique, outra economia a considerar
Maputo, Sexta-Feira, 12 de Outubro de 2012:: Notícias

Moçambique é, há mais de dez anos, uma das economias que mais cresce no mundo. O país regista melhorias consideráveis no sistema educativo e nas infra-estruturas e apresenta como factores mais apelativos para os investidores recursos como o carvão, minério de ferro e gás natural. Nos próximos cinco anos, os fluxos de entrada de IDE em Moçambique deverão atingir 1,4 mil milhões de dólares americanos por ano, conduzindo à criação de cerca de **8000 postos de trabalho**.

Por Ernst and Young

Cenário fiscal de médio prazo (2013-2015): Governo projecta criação de 172 mil novos empregos

MOÇAMBIQUE projecta a criação, nos próximos três anos, de mais de 172 mil empregos, segundo projecções do cenário fiscal de médio prazo (2013-2015), recentemente divulgado pelo Governo. Maputo, Segunda-Feira, 8 de Outubro de 2012:: Notícias

Estes novos empregos resultarão da dinâmica de investimentos previstos para aquele período, abrangendo sobretudo as áreas de indústria, agricultura, exploração mineira, energia, processamento de produtos agrícolas.

De acordo com o cenário descrito, até finais de 2015 prevê-se que sejam implantados 946 projectos de investimento em todo o país, sendo 248 em 2013; 310 em 2014 e 388 em 2015.

Relativamente aos empregos a serem gerados nesses empreendimentos, o documento revela que no próximo ano serão abertos 29.625 postos de trabalho, contra 51.844 do ano seguinte e 90.727 previstos para 2015.

Entretanto, as regiões Centro e Norte do país vão receber um maior volume de investimentos comparativamente à zona Sul, particularmente a cidade e província de Maputo, tradicionalmente privilegiada tanto em termos de quantidade e valor dos projectos, como em termos de empregos criados. Segundo as previsões, tal vai resultar do facto de ser no Centro e Norte disporem de potencial em recursos naturais e oferecer maiores oportunidades de negócio a curto e médio prazos.

“A elevação dos níveis de investimento vai contribuir para a diversificação das fontes de financiamento do investimento público e privado, e desta forma reduzir a dependência do país na ajuda externa. Igualmente, vai permitir a criação de novos postos de emprego directos e indirectos, facilitar a transferência de tecnologias, impulsionar a produção nacional, catalizar o desenvolvimento do capital humano e estimular o aumento das exportações e o acesso a novos mercados”, fundamenta o documento.

No período em referência, espera-se que o sector de agricultura atinja um crescimento anual na ordem dos 6,5 por cento; a Indústria Extractiva, 15,7 por cento, Electricidade e Água, 9,2 por cento; Construção: 8,8 por cento; Transportes e Comunicações, 9,2 por cento, e serviços financeiros 17,7 por cento.

De acordo com o documento, o crescimento do sector agrícola a médio prazo será impulsionado pela operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) e pelo aumento de incentivos à produção familiar, através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de insumos.

Por seu turno, o crescimento previsto no sector da indústria extractiva continuará a ser impulsionado pela produção e exportação de carvão de Benga e de Moatize e, indirectamente, através do estímulo a outros sectores complementares como transporte, electricidade, hotelaria e turismo e parque habitacional;

Para os sectores de energia e infra-estruturas, o crescimento previsto continuará relacionado com a implementação do projecto de electrificação rural e de expansão da rede eléctrica nacional e, com a implementação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), respectivamente.

Por outro lado, com a prevista melhoria das economias avançadas, espera-se um maior influxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique, contribuindo para o aumento do investimento total. Dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) indicam que o investimento total, incluindo as Parcerias Público-Privadas, deverá atingir os 3 897 milhões de dólares americanos em 2013.

“Políticas implementadas tiveram eficácia limitada”

SEGUNDA, 08 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Moçambique sem dados estatísticos sobre emprego

Revela estudo da ABIODE sobre emprego jovem.

Moçambique continua sem dados para avaliar o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio no capítulo de “garantia de um emprego decente para todos, incluindo mulheres e crianças até 2015”.

Um estudo de “avaliação das políticas nacionais do emprego visando promover iniciativas de geração de emprego para jovens”, produzido pela Associação para Desenvolvimento Sustentável (ABIODE), revela que, apesar de Moçambique não possuir estatísticas actualizadas sobre o emprego dos jovens, a magnitude do desemprego dos jovens constatada pelo primeiro e único inquérito oficial de emprego (IFTRAB 2004/5), sugere que a implementação dos instrumentos de política de emprego, na componente particular de promoção de oportunidades de emprego para os jovens, “teve uma eficácia bastante limitada.” Isto é, um em cada três jovens de 15-19 anos de idade estava desempregado entre 2004 e 2005, contra um em cada dez adultos de 35-39 anos de idade, no mesmo período.

Por outro lado, o desemprego dos jovens reduzia à medida que se avançava na estrutura etária e as mulheres jovens apresentavam os níveis de desemprego mais elevadas entre todas as faixas etárias da população jovem e adulta.

“Moçambique não possui um documento específico de política nem de estratégia de promoção de oportunidades de emprego para os jovens”, refere o relatório, acrescentando que “retrato completo do posicionamento estratégico do Governo com relação à promoção de oportunidades de emprego para os jovens, bem como o plano de acção que definiu as estratégias públicas implementadas para o efeito, foi reconstituído a partir da análise dos instrumentos como Política da Juventude; Estratégia Integral da Juventude; Plano Quinquenal do Governo (PQG) e Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP).

Uma das constatações do relatório revela que a baixa empregabilidade dos jovens está ligada à baixa qualidade do ensino formal, à baixa qualidade da formação profissionalizante e à exiguidade de estágios profissionais para os candidatos ao emprego.

Os empregadores, refere, notam nos graduados do ensino geral, técnico e profissional e superior a falta de habilidades técnicas e conceptuais para a execução de tarefas básicas na produção de bens e de serviços, sobretudo na primeiro contacto com o mercado de emprego. Isto é, a capacidade dos jovens de traduzir os conhecimentos teóricos e práticos assimilados ao longo do processo de aprendizagem em habilidades para realizar tarefas concretas cuja finalidade é a produção de bens ou de serviços é avaliada como limitada pelos empregadores. “Tarefas básicas como manejar, montar, desmontar, classificar, calcular, observar, interpretar, analisar, sintetizar, entre outras, no acto do desenvolvimento da solução de uma situação-problema específica representam um grande desafio para os jovens graduados do nosso sistema de ensino”, escreve-se no relatório.

Por estas razões, o recrutamento de jovens graduados sem experiência é percebido pelos empregadores como um investimento adicional em factores de produção, que requer acompanhamento e dedicação de técnicos experientes, o que pode contribuir para a quebra da produção, pelo menos durante um certo período inicial, sendo por isso adiado frequentemente por um momento futuro.

Refere ainda que, do lado da oferta da mão-de-obra, nota-se uma desarticulação entre os conteúdos do sistema de ensino e formação e as necessidades do mercado de emprego e a maior parte de instituições de ensino e formação nasceu como resposta ao baixo nível de investimento em áreas de letras, humanidades, ciências sociais, direito e cursos afins e não como resposta a uma necessidade de habilidades por parte do mercado de emprego.

Do lado da procura de mão-de-obra, “é provável que a escala e profundidade das fragilidades dos subsistemas de ensino primário, secundário e ensino técnico e profissional e a falta de estágios

profissionais tenham resultado na erosão dos níveis de empregabilidade dos jovens que procuram o primeiro emprego. A questão da baixa empregabilidade dos jovens pode ter evoluído de problema objectivo para uma percepção negativa dos empregadores com relação ao emprego dos jovens, agravado pela falta de medidas concretas que compensassem o risco de empregar jovens e assim estimular a procura pela mão-de-obra jovem, por parte do Governo.”

“Moçambique é refém de si mesmo”

SEGUNDA, 08 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco em entrevista à “Deutsche Welle”.

No final da década de 1980, Moçambique ocupava o último lugar do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Com os dividendos da paz, o país conseguiu diminuir a pobreza, facilitando o acesso à saúde e à educação, por exemplo. Contudo, na segunda década de paz, a pobreza rural não diminuiu ou piorou. Em 2011, Moçambique encontrava-se no lugar 184 entre 187 países do mesmo Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD. Como explica esta situação?

(...) Os grandes projectos, que marcaram a segunda década, o grande investimento para toda a área do complexo mineral energético, não geram os níveis de emprego nem geram as ligações necessárias com o resto da economia para poder dinamizar a economia como um todo: nós, nos últimos dez anos, tivemos um aumento rapidíssimo do investimento directo estrangeiro em Moçambique. Mas, ao todo, 80% do investimento vão para infra-estruturas e serviços ligados ao complexo mineral energético, ou, no caso da agricultura, ligados à exportação de bens primários sem processamento, que é o caso das florestas, o caso do tabaco, o algodão e o caju. Ora, ao gerar uma economia de tipo extractivo, as actividades económicas não se ligam umas com as outras. Outro problema é que a economia também não retém a riqueza que gera, então, por exemplo, apesar de a economia de Moçambique continuar a crescer entre 7 e 7,5% ao ano, a nossa dependência relativamente a fluxos de recursos externos aumentou neste período – não só no que diz respeito a financiamento do Estado, mas, sobretudo, no que diz respeito a financiamento de investimento privado. 95% do investimento privado são financiados por fluxos externos de capital.

A ajuda externa financia cerca de 40% do Orçamento do Estado de Moçambique. Até que ponto acha que o Estado continua, ou continuava, até à vinda dos mega-projectos, dependente desta ajuda externa?

Na minha opinião, quando o grande capital internacional começou a ficar, o elemento determinante do desenvolvimento da economia nacional, nos últimos 12, 15 anos, a ajuda externa passou a jogar um papel interessante, que é o papel de financiar este grande capital: o Estado dá incentivos fiscais enormes ao grande capital. O Estado entraria em colapso político se desse estes incentivos fiscais ao grande capital e não tivesse ajuda externa, porque a ajuda externa permite ao governo prestar serviços e permite ao governo prestar esses serviços, apesar do facto de as políticas nacionais serem de todo o apoio ao grande capital internacional, incluindo o favorecimento da saída de capitais de Moçambique. Ora, em incentivos redundantes que nós estamos a dar a multinacionais, Moçambique está a perder 240 milhões de dólares por ano. Nós é que estamos a fazer o dinheiro sair do país, com as políticas que estamos a seguir. É verdade que aqueles 240 milhões de dólares não dão para todas as necessidades de Moçambique, mas dão para muita coisa. São 10% do Orçamento do Estado. Além disso, nós estamos a acelerar a entrega de recursos a grandes empresas internacionais e estamos, neste momento, a permitir a saída de 7 a 9% do PIB em fuga lícita e ilícita de capitais todos os anos. Então, como é que somos reféns dos doadores? Nós somos reféns de nós próprios. É paradoxal que, enquanto nos últimos dez anos o Produto Interno Bruto de Moçambique pouco mais do que duplicou, a produção alimentar per capita no país diminuiu no mesmo período. Então, isto tem reflexos directos: primeiro, a maioria das pessoas, de facto, não está a participar tão activamente no processo de recuperação económica; segundo, o principal bem de consumo básico, que é a comida, está a ficar mais caro, e isso necessariamente afecta a distribuição real de rendimento,

contra as pessoas pobres. E os mega-projectos precisam de infra-estruturas extremamente caras, de grande escala, grande envergadura, mas que não servem para diversificar e ligar o país.

Quais são, então, os benefícios dos mega-projectos para o país?

Os benefícios são marginais. Ainda. Com base fiscal, estamos a reter menos do que 4% das receitas brutas destes projectos, que é um nível de retenção muito limitado. A Mozal emprega um pouco mais que 1 500 trabalhadores. Mas se nós pensarmos que o investimento que a Mozal fez em Moçambique é equivalente a um quarto do PIB, nós, com um quarto do PIB, empregamos 1 500 pessoas! Com todo o PIB, este custo por posto de trabalho, nós iríamos empregar 6 000 pessoas num país que tem 23 milhões... Então, não é uma estratégia viável para gerar emprego! A economia não pode continuar a gerar postos de trabalho com esse tipo de custo por posto de trabalho. Estimulou algum tipo de formação, mas este é muito reduzido, de muito pouco alcance, gerou riqueza, mas esta riqueza não é absorvida pela economia, gerou nome para Moçambique como uma zona no continente africano onde grande investimento internacional é seguro e pode vir, mas, por outro lado, isso não beneficia o desenvolvimento do país.

Empresa Vale Moçambique enfrenta novas reivindicações

Diario Publicado em segunda, 08 outubro 2012

As famílias deslocadas das suas áreas de residência para dar lugar ao projecto de extracção do carvão mineral pela empresa Vale Moçambique, em Moatize, Tete, estão desde há dias a reivindicar a uniformização das indemnizações.

Esta é uma nova reivindicação, envolvendo também novos reassentados, que receberam o que se chamou de indemnização assistida.

Trata-se de 106 famílias que, em vez da construção de casas novas para elas, como aconteceu em Cateme e no bairro 25 de Setembro, receberam de valores monetários para a compra de habitações dentro da vila autárquica de Moatize.

A sua exigência obrigou as autoridades distritais, lideradas por Manuel Guimarães, a efectuar reuniões à procura de consenso entre as famílias e a empresa Vale Moçambique.

Marcela Tamele, directora do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas em Moatize, explicou ao "Diário de Moçambique" que o problema surgiu quando a Vale Moçambique desembolsou 250 mil meticais para a compra de uma casa para uma família numerosa e com muitas infra-estruturas, mas, em contrapartida, as outras 106 apenas beneficiaram de habitações no valor de 112 mil meticais.

Antes, aliás, as casas das referidas famílias tinham sido compradas por 87.500 meticais e que mais tarde viu-se que as mesmas deveriam custar 112 mil meticais. Assim, as famílias beneficiaram de diferença calculada em 24.500 meticais.

Depois de ouvir que há uma outra família que recebeu uma casa avaliada em 250 mil meticais, levantam o barulho, exigindo que a indemnização seja uniformizada, ou seja, reivindicam o pagamento da diferença no valor de 138 mil meticais.

Para além disso, eles afirmam que não foram indemnizadas pela perda das suas machambas, tendo, no encontro havido, apresentado a lista dos lesados.

Foi acordado que deve ser feito um levantamento para a confirmação das reivindicações, devendo ser feitas posteriormente medições para se calcular os valores, com base na tabela aprovada, que estipula que para um hectare deve ser pago um valor de 119 mil meticais, sem incluir as culturas que possam existir.

O assunto das machambas também é levantado pelas mais de 100 famílias reassentadas no bairro 25 de Setembro, de acordo com Marcela, que adiantou que ficou acordado que o trabalho de levantamento deve envolver o Governo distrital, a Vale Moçambique e os próprios reassentados que se acham lesados.

Há ainda um outro grupo, que exige também a realização de novos cálculos para o pagamento das indemnizações, porque aquela empresa mineradora apenas deu a cada família quatro mil meticais, em vez dos 119 mil meticais multiplicados pelo número de hectares que uma machamba possuir.

Casos há de outros que não receberam nada, tendo o Governo no referido encontro determinado que também se deve dar seguimento deste assunto, para que as pessoas sejam devidamente compensadas.

Marcela afirmou que a Vale, na pessoa do director das Operações, diz que as indemnizações foram justas, mas mesmo assim prometeu levar o assunto à direcção-geral da empresa para a sua análise e no próximo dia 15 as três partes envolvidas voltarão à mesa para avaliar o estágio do trabalho que já está a ser feito para que as pessoas reassentadas tenham as suas reivindicações satisfeitas, o tratamento tem que ser igual para todos.

País não deve marginalizar sector agrário

Diario Publicado em sábado, 29 setembro 2012

O vice-presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, disse ao “Diário de Moçambique”, em Maputo, que a economia do país nos próximos cem anos será dominada, essencialmente, pelo sector industrial. Segundo a sua previsão, a extracção de hidrocarbonetos vai fazer correr, pelo país, avultadas somas de dinheiro que serão usadas para investir na indústria. Por isso, salientou que é importante que o Governo tome a consciência de que o sector agrário no país é deficitário e carece de atenção especial. De acordo com as suas palavras, o país deve continuar a olhar para a economia agrária como base do desenvolvimento, atendendo que está abraços com a insuficiência alimentar, provocada pela ineficiência da produção agrícola, ou seja incapaz de produzir alimentos em quantidades satisfatórias para o consumo interno do país.

“A actividade agrícola no país ainda continua a ser a base de sobrevivência de muitas famílias moçambicanas e carece de investimentos que o país não tem conseguido responder devido às restrições orçamentais para cobrir as necessidades do sector. Por isso, há que apostar tudo para o aumento da produtividade”, explicou.

Vuma disse que o país não deve marginalizar o sector agrário a favor da indústria extractiva no sentido de prioridade de investimento porque os dois sectores são fundamentais para o crescimento do país.

Explicou que os recursos naturais recém-descobertos são esgotáveis e “há que pensar na economia de hoje e do futuro”.

“Apelo ao Governo para que possa conciliar, num nível homogéneo, a injeção dos investimentos para a indústria e a agricultura. Destacar que o que está em causa são as gerações vindouras que precisarão de economia estável e de desenvolvimento sustentável”, frisou.

Agostinho Vuma destacou que a agricultura no país é basicamente rudimentar, precária e enfrenta muitas dificuldades como de modernização, aquisição tecnológica e da falta de regadios, o que contribui para a baixa produção agrícola.

Considerou inconcebível que o país tenha que importar produtos agrícolas da África do Sul quando há todas as condições para produzir internamente, nomeadamente a abundância de solo arável (36 milhões de hectares de terra) por explorar, água e força de trabalho.

Exemplificou que o país importa tomate, arroz, batata reno e outros que podiam ser produzidos ao nível local, beneficiando do clima e do solo fértil disponíveis para tal. “Infelizmente tem de se importar porque se produz muito pouco no país”, disse.

O economista salientou também que é importante que o país seja altamente competitivo, a nível regional e mundial, em termos de exportação de produtos agrícolas, facto que só poderá ser possível mediante esforços do Governo, centrando os seus objectivos na aposta tecnológica e na modernização do sector.

“A produção agrícola no país deve estar em pé de igualdade com a dos países da região. Ainda estamos muito atrasados no que se refere à aquisição de tecnologias avançadas para a modernização do processo produtivo. Há a necessidade de mobilizar os agricultores para permutarem a prática da agricultura de consumo pela do mercado e só deste modo é que poderemos alcançar o mercado regional e mundial”, disse.

Empresa Vale Moçambique enfrenta novas reivindicações

Diario de Moç Publicado em segunda, 08 outubro 2012

As famílias deslocadas das suas áreas de residência para dar lugar ao projecto de extracção do carvão mineral pela empresa Vale Moçambique, em Moatize, Tete, estão desde há dias a reivindicar a uniformização das indemnizações.

Esta é uma nova reivindicação, envolvendo também novos reassentados, que receberam o que se chamou de indemnização assistida.

Trata-se de 106 famílias que, em vez da construção de casas novas para elas, como aconteceu em Cateme e no bairro 25 de Setembro, receberam de valores monetários para a compra de habitações dentro da vila autárquica de Moatize.

A sua exigência obrigou as autoridades distritais, lideradas por Manuel Guimarães, a efectuar reuniões à procura de consenso entre as famílias e a empresa Vale Moçambique.

Marcela Tamele, directora do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas em Moatize, explicou ao “Diário de Moçambique” que o problema surgiu quando a Vale Moçambique desembolsou 250 mil meticais para a compra de uma casa para uma família numerosa e com muitas infra-estruturas, mas, em contrapartida, as outras 106 apenas beneficiaram de habitações no valor de 112 mil meticais.

Antes, aliás, as casas das referidas famílias tinham sido compradas por 87.500 meticais e que mais tarde viu-se que as mesmas deveriam custar 112 mil meticais. Assim, as famílias beneficiaram de diferença calculada em 24.500 meticais.

Depois de ouvir que há uma outra família que recebeu uma casa avaliada em 250 mil meticais, levantam o barulho, exigindo que a indemnização seja uniformizada, ou seja, reivindicam o pagamento da diferença no valor de 138 mil meticais.

Para além disso, eles afirmam que não foram indemnizadas pela perda das suas machambas, tendo, no encontro havido, apresentado a lista dos lesados.

Foi acordado que deve ser feito um levantamento para a confirmação das reivindicações, devendo ser feitas posteriormente medições para se calcular os valores, com base na tabela aprovada, que estipula que para um hectare deve ser pago um valor de 119 mil meticais, sem incluir as culturas que possam existir.

O assunto das machambas também é levantado pelas mais de 100 famílias reassentadas no bairro 25 de Setembro, de acordo com Marcela, que adiantou que ficou acordado que o trabalho de levantamento deve envolver o Governo distrital, a Vale Moçambique e os próprios reassentados que se acham lesados.

Há ainda um outro grupo, que exige também a realização de novos cálculos para o pagamento das indemnizações, porque aquela empresa mineradora apenas deu a cada família quatro mil meticais, em vez dos 119 mil meticais multiplicados pelo número de hectares que uma machamba possuir.

Casos há de outros que não receberam nada, tendo o Governo no referido encontro determinado que também se deve dar seguimento deste assunto, para que as pessoas sejam devidamente compensadas.

Marcela afirmou que a Vale, na pessoa do director das Operações, diz que as indemnizações foram justas, mas mesmo assim prometeu levar o assunto à direcção-geral da empresa para a sua análise e no próximo dia 15 as três partes envolvidas voltarão à mesa para avaliar o estágio do trabalho que já está a ser feito para que as pessoas reassentadas tenham as suas reivindicações satisfeitas, o tratamento tem que ser igual para todos.

Justice

52912E PAULINO SWORN IN FOR SECOND TERM

Maputo, 14 Sep (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza on Friday swore Augusto Paulino into office for a second five year term as Attorney-General.

Prior to becoming Attorney-General, Paulino was a senior judge, achieving fame by sentencing the six men convicted of the murder of investigative journalist Carlos Cardoso to lengthy prison terms.

Speaking at the Friday ceremony, Guebuza praised Paulino’s commitment and dedication. “When he took office in 2007, Augusto Paulino swore publicly to serve faithfully the Mozambican state and

motherland, aware that the sector he was to head was crucial and fundamental to our national agenda in the struggle against poverty, in which the fight against crime, and against corruption in particular, occupies a prominent position”, said the President.

One of the great challenges facing Paulino in 2007 was to implement the goals laid down in the “Vision of Justice” launched the previous year.

After five years, the challenges involved in making those goals a reality remain pertinent said Guebuza, “because this is a continual process based on the assumption that building a society of peace, prosperity and social justice involves a convergence of efforts of those seeking to consolidate the rule of law”.

Paulino told the ceremony that his mission is to continue the activities already begun, implementing the strategic plan of the Attorney-General’s Office, broken down into annual plans.

He pledged to continue the fight against corruption and against the theft of public funds. “We have to take advantage of the various legal instruments that have been approved, also taking into account the strategic plan of the Central Office for the Fight Against corruption (GCCC”, he told reporters.

He also pledged to maintain a healthy relationship with other state institutions, in order to guarantee the flow of information that assists the Public Prosecutor’s Office in the battle against crime.

(AIM)

149812E PAULINO RE-APPOINTED ATTORNEY-GENERAL

Maputo, 31 Oct (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza has re-appointed Augusto Paulino for a second five year term of office as Attorney-General.

Paulino was initially appointed in August 2007, and his term of office expired this week.

Guebuza’s confidence in Paulino is widely shared in the judiciary and in wider Mozambican society, where Paulino is seen as a man of integrity, fully committed to the fight against crime and corruption.

Paulino first came to national prominence in late 2002, when, as a judge on the Maputo City Court, he tried the six men accused of murdering the country’s foremost investigative journalist, Carlos Cardoso. Paulino allowed the entire trial to be broadcast live on Mozambican television and radio (a decision which horrified more conservative jurists). Paulino also had no hesitation on calling Nyimpine Chissano, the son of the then President Joaquim Chissano, to testify in the trial.

Paulino’s guilty verdict and the lengthy prison sentences he imposed were later upheld when the Supreme Court rejected the appeals lodged by the accused.

When he was appointed Attorney-General, Paulino set about making the Public Prosecutor’s Office a reliable tool in the fight against crime. He also built up the Central Office for the Fight against Corruption (GCCC), which operates out of his office.

After years in which scarcely any cases of corruption made it to the courts, Paulino and the head of the GCCC, Ana Maria Gemo, ensured that several cases of the looting of state funds were judged, of which the most high profile involved two former ministers – former Interior Minister Almerino Manhenje and former Transport Minister Antonio Munguambe.

(AIM)

Pf/ (273)

[Procurador-geral reconduzido para mais um mandato](#)

Augusto Paulino

O Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, reconduziu, ontem, Augusto Raul Paulino para o cargo de procurador-geral da República, lugar que ocupa desde 30 de Agosto de 2007.

Em comunicado, a Presidência da República refere que “tendo decorrido o prazo legalmente estabelecido para o exercício do cargo de procurador-geral da República, renova o mandato de Augusto Raul Paulino para o referido cargo através de Despacho Presidencial”.

O juiz Paulino, que foi nomeado para um primeiro mandato em Agosto de 2007, substituiu no cargo o juiz Joaquim Madeira.

Até à data da sua nomeação, em 2007, Augusto Paulino desempenhava as funções de presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, e em tempos assumiu o de juiz-presidente do Tribunal Aduaneiro de Maputo e de juiz-presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo.

Exerceu ainda funções na Secção de Instrução Criminal, 8ª Secção Criminal e na 4ª Secção Civil no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo. Em 2002 foi transferido para a 10ª Secção Criminal.

A renovação de mandato de Paulino é sinal de que cumpriu com os “mandamentos” do Presidente da República, de que deveria “estreitar a sincronia entre as diferentes instituições de promoção da justiça como meio para garantir a ordem jurídica e liberdades dos cidadãos”.

56912E NEW JUDGES FOR SUPREME COURT

Maputo, 17 Sep (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza has appointed seven more judges to the Supreme Court, thus bringing the total number, in theory, to 16.

But of the existing judges one, Norberto Carrilho, has been seconded to the Constitutional Council, the country’s supreme body in matters of constitutional and electoral law, and two others are believed to be on the verge of retirement.

Among the newly appointed Supreme Court judges are Justice Minister Benvinda Levy and Attorney-General Augusto Paulino. They will only take up their seats on the Supreme Court when their current terms of office end. For Levy that will be when a new government takes office after the October 2014 general elections. Paulino was sworn in for a second term of office as Attorney-General last week – and so he will only transfer to the Supreme Court in five years time.

The other five new appointees are the current director of the Legal Aid Institute (IPAJ), Pedro Nhatitima, a former Attorney-General, Antonio Namburete, appeals court judge Osvalda Joana, judge Matilde de Almeida and jurist Augusto Hunguana.

This strengthening of the Supreme Court, plus the transfer of some of its functions to the newly created Intermediate Appeals Court, should allow it to speed up its duties, overcoming the longstanding criticism that the Supreme Court is far too slow in its procedures.
(AIM)

58912E CORRUPTION IN JUDICIARY DENOUNCED

Maputo, 17 Sep (AIM) – A senior Mozambican judge, Osvalda Joana, admitted on Friday that there are serious problems of corruption in the Mozambican judiciary.

Speaking at the “Congress for Justice”, organised by the Mozambican Bar Association, Joana (who has just been appointed to the Supreme Court) said it had become normal for citizens to request audiences with judges. At the end of the audience they leave on the table an envelope containing money.

Joana recalled that an unsuccessful attempt had been made to corrupt her. She had fallen seriously ill and a citizen offered to put a light plane at her disposal that would fly her to a clinic in South Africa, where this benefactor would pay for her treatment.

Joana turned the offer down, and sought treatment in Mozambican hospitals, paying out of her own pocket.

After she had recovered, she investigated her would-be benefactor to discover what was behind his generosity. She found out that he was being sued by one of the country's banks over a debt of three million dollars.

"Imagine what would have happened if I had accepted a ride in that plane!" she exclaimed. "I would have been compromised".

Another participant in the Congress, Orlando Jorge, argued that not all gifts are bribes. He gave the example of a victim of stock theft, who went to court. The case was resolved in his favour, and the thief was found guilty. The farmer then offered a cow to the judge in thanks.

"Is this a crime?" asked Jorge. "Is receiving gifts forbidden in this country? It is very normal to be offered livestock in the countryside. But if we ask academics about this matter, they would repudiate it".

Joana disagreed. While she recognised that such cases might exist, she thought it prudent to refuse such gifts. She thought there was no such thing as a free gift, and behind something that appeared to be offered with the best of intentions, there might lie a trap.

(AIM)

Pf/ (336)

50912E "JUSTICE DELAYED IS JUSTICE DENIED" - GUEBUZA

Maputo, 13 Sep (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza said on Thursday that, in his tours of the provinces and districts, he had heard "constant and repeated clamour for a justice service that provides timely answers to complaints, claims and petitions from citizens".

Speaking at the opening session of a "Congress for Justice" organised by the Mozambican Bar Association, Guebuza warned that the question of speed in dealing with legal matters was fundamental "if we believe that justice delayed is justice denied".

When court decisions are not taken in good time, he added, "they do not help, and even frustrate the implementation of our national agenda in the struggle against poverty".

In particular, the lethargy in the courts, Guebuza said, "does not help improve the business environment, which is fundamental for attracting investment that creates new jobs, and brings income to Mozambican households".

"We must maintain our determination to ensure a justice of quality that is delivered speedily, a justice that promotes and supports the advances we have been making and that we desire", he declared.

The difficulties involved in reforming the justice system should be regarded as challenges and transformed "into opportunities that liberate the creativity and talent that lives in each of us", Guebuza urged.

Each cog in the wheel of justice, each judge, each prosecutor, each lawyer, each policeman, "must continue to play their role in our justice system with greater determination and commitment".

Guebuza also argued that citizens must be constantly educated about the country's laws "so that can internalize the concept and the operation of the rule of law in the Mozambican context".

The chairperson of the Bar Association, Gilberto Correia struck a sombre note, saying that the continuing crisis in the Mozambican administration of justice could not be disguised.

“It is simultaneously a crisis of resources and results, of speed and quality, of predictability and credibility”, he said.

Improvements had been made, in attempts to expand the justice system and bring it closer to citizens, “but we still have an inefficient judiciary incapable of responding to the demand and to the needs of this country’s citizens”.

Reforms had been piecemeal “and do not lead to a holistic and harmonious vision of the system, producing results that are always less than desired”. Justice was still expensive, very slow, and it was difficult for citizens to gain access to it.

“The machinery of the administration of justice seems to call out for a profound, horizontal and overall reform based on the lessons learnt from the mistakes of the past, the projection of future needs, and our accumulated collective knowledge and experiences”, said Correia.

Most Mozambicans, living as subsistence farmers, do not submit their problems to modern courts but resort to traditional methods of settling disputes. But despite the fact that the modern justice system does not cover the majority of the population, it is still showing signs of congestion, and finds it difficult to respond to the demand for its services.

Correia warned that this was likely to get worse as the urban population increased, as did the number of well educated Mozambicans. They would make demands that a system already showing “evident signs of fatigue” would find it impossible to meet.

So this Congress, he said, would discuss the two most pressing problems – the poor quality of justice delivered by the courts, and the lack of speed. There would be no magic solutions, but he was optimistic that the proposals from the Congress would make “a valuable contribution” to improving the administration of justice.

The goal was clear – it was to ensure “that justice is predictable and accessible to everybody, that it is administered in an economically and socially tolerable period of time, and to standards that approach the collective ideas of justice predominant in our society”.

(AIM)

Pf/ (639)

Corruption

49812E 549 CASES OF CORRUPTION UNDER INVESTIGATION

Maputo, 10 Aug (AIM) – Mozambique’s Central Office for the Fight against Corruption (GCCC) is currently investigating 549 cases of alleged corruption and theft of state funds, according to its director, Ana Maria Gemo.

Speaking in Maputo on Thursday at the start of the fourth annual meeting of the GCCC, Gemo praised the contribution of citizens to the fight against corruption, saying “every day we receive denunciations from the public of alleged illegalities”.

The Minister for the Public Service, Vitoria Diogo, told the meeting “the promotion of good governance and the fight against corruption are permanent priorities” – but Attorney-General Augusto Paulino, from whose office the GCCC operates, was unhappy at the results achieved so far.

He clearly thought there was not much to celebrate in the fight against corruption to date. “Society can no longer tolerate excuses when results do not appear, or are so sparse”, he warned.

Legal problems faced by the GCCC have been cleared up – Paulino pointed out that the relevant laws have been amended so that GCCC prosecutors can not only undertake preliminary investigations, but they can lay charges in cases of corruption, illicit economic activities and similar offences, and participate in trials.

Last year a law was passed on protecting witnesses, victims and whistle-blowers, and more recently a law on public probity has laid down rules for the behaviour of public servants, with severe penalties for offenders.

From bodies such as the GCCC, “the public expects more action and more results than they have produced to date”, said Paulino, cited in Friday’s issue of the independent newsheet “Mediafax”.

The work of the GCCC, he added, should be reflected in improved management of public assets – resulting both from awareness campaigns, and from a drive to punish those responsible for acts of corruption.

“If we believe that it is possible to reverse the situation, but we do not go forward, then we will be admitting defeat and defrauding our mission with the citizens”, said Paulino.

A strong battle had to be waged to prevent corruption and “to advise the appropriate bodies so that they halt all opportunities that facilitate the diversion of public funds “, he stressed.

(AIM)

Pf/ (365)

66812E 5,000 STATE EMPLOYEES DISCIPLINED

Maputo, 15 Aug (AIM) – The Mozambican authorities took disciplinary measures against about 5,000 public servants over the past ten years, according to the Minister for the Public Service, Vitoria Diogo.

A large percentage of these people lost their jobs – in February, Diogo announced that 1,400 employees had been expelled from the state apparatus between 2006 and 2011.

Speaking to reporters on Tuesday, after the weekly meeting of the Council of Ministers (Cabinet), which analysed the progress made in the public sector reform, Diogo said “we judged that we have made progress, but challenges remain”.

She said there had been improvements in formulating and monitoring policies, in decentralization, and in strengthening anti-corruption measures. She added that there had been a reduction in “the sense of impunity” inside the state.

She said that among the thousands disciplined were figures in senior positions (though she did not name them). Disciplinary proceedings were initiated “after denunciations by the population and by users of the services, and as a result of our internal control through inspections. So we are stepping up our rigour”.

The most critical sectors, she added, were the education and health services, the public finances (particularly the customs and tax administration), the traffic police, the issuing of identity cards, the administration of justice, and the relations between the state and the private business sector.

Diogo admitted that the behaviour of public servants towards the public still needs to be improved. She said this was a case of “changing attitudes”, and it was therefore a difficult task that would take time.

A further challenge was to ensure that the wages of all state employees are paid electronically. The computerized public finance system (“e-sistafe”) covers Maputo and all the provincial capitals, but has not yet been extended to all of Mozambique’s 128 districts.

(AIM)
Pf/ (305)

Cerca de 550 processos de corrupção estão em investigação

SEGUNDA, 13 AGOSTO 2012 00:07 REDACÇÃO

Ana Gêmo, directora do GCCC

“Diariamente recebemos várias denúncias do público sobre alegadas ilegalidades”.

Cerca de 550 processos sobre delapidação de recursos públicos em vários pontos do país estão, neste momento, em investigação no Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC).

Parte dos 549 casos nas mãos daquela repartição da Procuradoria-Geral da República entraram na fase de investigação, ano passado, tendo os trabalhos se prologando até ao presente período, devido à sua delicadeza, complexidade, entre outros factores.

A directora da instituição, Ana Maria Gêmo, que avançou os dados à Rádio Moçambique, na semana passada, destacou o contributo dos cidadãos na instauração dos processos já julgados e os que estão em investigação, afirmando que “diariamente recebemos várias denúncias do público sobre alegadas ilegalidades”.

A responsável falava, ontem, em Maputo, no início da quarta reunião nacional do GCCC, evento que - juntando, entre outros, magistrados e investigadores dos gabinetes central e provinciais, bem como pontos focais das procuradorias para a prevenção e combate à corrupção - visa fazer uma retrospectiva das realizações do sector e aprimorar mecanismos de coordenação institucional.

O desvio de fundos e a conformação dos actos administrativos, o contributo da lei da probidade pública no combate à corrupção e o papel da sociedade civil na eliminação deste flagelo são parte dos temas alistados para os debates.

A cerimónia de abertura, orientada pelo procurador-geral da República, Augusto Paulino, contou com a presença da ministra da Função Pública, Vitória Diogo. A governante apontou, entre outras questões, que “a promoção da boa governação e o combate à corrupção constituem prioridades permanentes da nossa governação”.

População acusa o Estado de fomentar e proteger corruptos

QUINTA, 23 AGOSTO 2012 00:00 PEDRO CUMANDO

Em Manica.

A população da cidade de Chimoio não escondeu o seu sentimento sobre o que pensa sobre a corrupção em Moçambique, num encontro solicitado pela Procuradoria Provincial de Manica que decidiu, esta semana, reunir com a população.

O bairro da Soalpo foi o palco do primeiro contacto com a equipa da Procuradoria, composta pelo respectivo procurador-chefe provincial, procuradores da província e da cidade de Chimoio e ainda o procurador de instrução criminal da PRM e ponto focal do Gabinete Central de Combate à Corrupção.

No encontro, a equipa da procuradoria ouviu até o que já sabia, mas, de forma corajosa, a população não deixou de apontar o dedo a todos os órgãos do Estado como, por exemplo, as unidades sanitárias, escolas, órgãos de justiça que, de forma aberta, praticam a corrupção, o que resulta na desconfiança total por parte da população em relação a estas instituições. Pior é que a população diz sentir-se sem alternativas a recorrer, em caso de ver os seus direitos violados.

José Pimenta, um dos residentes daquele bairro da cidade de Chimoio, falando da sua experiência, afirmou ter ficado internado no Hospital Provincial de Chimoio, após um acidente de viação donde saiu gravemente ferido. Durante o internamento, disse ter visto muitos casos de pedidos de valores monetários, até 200 meticais, em troca de uma assistência médica e outros cuidados de saúde.

Casos não menos frequentes são de assaltos às residências na calada da noite e cujos autores, muitas vezes, são identificados e, uma vez encaminhados às esquadras da Polícia da República

de Moçambique, são lhes instaurados processos que, depois, são encaminhados à Procuradoria. Finalmente, os mesmos malfetores são libertos.

Estagnados 25 processos de desvio de fundos e casos de corrupção

QUARTA, 05 SETEMBRO 2012 00:00 JORGE MARCOS

Na procuradoria provincial da Zambézia.

Não é só o “caso INAS” que está estagnado na procuradoria provincial da Zambézia, pois há muitos outros casos nas mãos de magistrados do ministério público, que não acusam e nem se abstém de tramitar os referidos processos.

No período 2010-2012, foram tramitados 17 processos de desvio de fundos, envolvendo funcionários públicos com destaque para três administradores distritais. Igualmente, foram tramitados oito casos de corrupção, crime praticado por agentes e funcionários do estado.

Dos processos que estão há, sensivelmente, dois anos parados, destacam-se os casos de desvio de fundos envolvendo os antigos administradores de Pebane, António Santaré; do Ilé, Gonçalves Taula; e o actual de Gurúè, Joaquim Pahare. Em relação a este último, pesa sobre si o caso que se verificou durante o período em que dirigia o distrito de Alto-Molócuè, no ano 2006.

Na verdade, todos estes casos são de domínio público, mas o ministério público quase nada faz para o desfecho dos casos.

A nossa equipa de reportagem tem feito esforços no sentido de entrar em contacto com a procuradora chefe provincial, Angélica Napica, com vista a inteirar-se das motivações por detrás da estagnação destes e mais processos, mas esta, quase sempre, está indisponível.

Na nossa última tentativa de contacto, Angélica Napica orientou a secretária a dirigir-nos ao portavoz da procuradoria provincial da Zambézia, Amâncio Zimba.

Com muitas reservas em tornos das questões colocadas, Zimba explicou que todos os processos em causa foram distribuídos aos respectivos magistrados (...).

Neste sentido, para o andamento de todos aqueles e outros processos, cabe aos magistrados envolvidos dinamizar o andamento dos mesmos, no que tange à acusação ou abstenção para o seu desfecho.

20912E HUMAN RIGHTS COMMISSION TAKES OFFICE

Maputo, 5 Sep (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza on Wednesday swore into office the members of the National Human Rights Commission (CNDH), an independent body created by the Mozambican parliament, the Assembly of the Republic, in 2009, to promote and defend human rights.

The law states that the CNDH consists of 11 members, three elected by the political parties who hold seats in the Assembly, four chosen by civil society, three appointed by the Prime Minister, and one chosen by the Mozambique Bar Association.

Although the law was passed in May 2009, it was not until this year that all the bodies concerned appointed or elected the CNDH members.

The chairperson of the Commission is Custodio Duma, a prominent human rights lawyer, appointed by the Bar Association. The three members appointed by the Prime Minister are Augusto Zacarias (deputy chair of the Commission), Luis Nahe and Dalmazia Cossa, while the four from civil society are Farida Mamad, Amilcar da Paz Andela, Maria Hunguana and Anastacio Nhomela.

Two of the three Assembly CNDH members were chosen by the ruling Frelimo Party, and one by the main opposition party, Renamo. The third parliamentary party, the Mozambique Democratic Movement (MDM), only holds eight seats, which is not enough to give it the right to choose anybody when there are only three places at stake.

The CNDH members chosen by Frelimo are prominent moslem cleric Aminuddin Mohamad, and Alberto Viegas, a well known figure in educational and cultural matters in the northern province of Nampula.

The Renamo group chose academic Eduardo Namburete, who was a Renamo parliamentary deputy from 2004 to 2009, and was the unsuccessful Renamo candidate for mayor of Maputo in 2008.

Speaking at the ceremony, Guebuza said that human rights have been enshrined in every Mozambican constitution since independence in 1975. "We have been improving the constitutional principles and norms and adopting related diplomas and other pertinent legislation", he said.

The National Human Rights Commission was an important step in building the democratic rule of law, he added, which was based on the dignity of the human person, on national independence and territorial integrity, on promoting the welfare of citizens and on social justice.

The members of the Commission, Guebuza said, had a major role to play in guarantee respect for the constitution and for the fundamental rights of citizens.

He also expected the CNDH to play a part in the fight against poverty. "We should be fully aware that this fight can only be waged effectively, when each of us contributes, and we unite our efforts, convinced that poverty has its weakness and can be overcome in this country of heroes", Guebuza declared.

(AIM)
Mm/pf (445)

Banking

118812E MOST DISTRICTS STILL WITHOUT BANKS

Maputo, 24 Aug (AIM) – Despite all the appeals by the central bank that the commercial banks should set up branches in rural districts, most of rural Mozambique still has no banks at all.

The latest of the fortnightly communiqués from the Bank of Mozambique shows that the world of banking is still overwhelmingly concentrated on Maputo. As of 15 August there were 470 branches of commercial banks in operation: of these, 218 were in Maputo city and province – in other words 44.6 per cent of bank branches were in Maputo and the surrounding area.

Of the 128 districts in Mozambique, only 58 have banks. There are some gross geographical disparities. Thus all seven districts in Maputo province, but only three of the 15 districts in the northern province of Niassa, and four of the 16 districts in the neighbouring province of Cabo Delgado have banks.

The picture is even worse when it comes to micro-credit. Of the 182 micro-credit operators in the country, 130 are in Maputo city and province. There are 23 micro-bank branches in the country – eight are in Maputo and none at all in Zambezia.

Since Automatic Teller Machines (ATMs) are normally found at bank branches, their distribution is as skewed as that of the commercial banks themselves. There are 883 ATMs in Mozambique – 414 (46.9 per cent) of them are in Maputo city and province.

The number of POS (Points of Sale – shops and other establishments that accept credit and debit cards) is 7,121. 4,057 are in Maputo city and a further 689 are in Maputo province – between them, they account for exactly two thirds of all the POS in the country.

In Niassa, there are only 79 establishments in the entire province where customers can pay by bank card, and in Cabo Delgado the figure is 106.

The central bank communiqué also noted that the Mozambican currency, the metical, is now depreciating against the US dollar, the South African rand and the euro. In the first fortnight of

August the average quotation of the metical against the dollar on the Interbank Exchange Market (MCI) was 28.67 – a depreciation of 1.59 per cent compared with the previous fortnight. Since the beginning of the year the metical has depreciated by 5.64 per cent against the dollar.

The average exchange rate practiced by the commercial banks in the first two weeks of August was 28.77 meticals to the dollar. The difference between the average exchange rate in the banks and that on the MCI was just 0.35 per cent.

As for the country's net international reserves, the central bank said these rose by 73.1 million dollars in the same period and on 15 August stood at 2.409 billion dollars.

Lançamento da 2ª fase do AFCF (J. Capela)

BM quer micro-finanças no sistema financeiro

O BANCO de Moçambique (BM) pretende integrar todas as instituições de micro-finanças no sistema financeiro nacional. Para o efeito, segundo Umaia Mahomed, Director do Departamento de Supervisão Bancária do BM, o banco central vai exigir que as instituições de micro-finanças tenham uma contabilidade organizada, de forma a aumentar a transparência na sua gestão; criar as condições necessárias para que os operadores de micro-finanças sejam integrados no sistema nacional de pagamentos; e que introduzam produtos inovadores através da utilização de meios electrónicos.

Maputo, Sexta-Feira, 28 de Setembro de 2012:: Notícias

"No que respeita à contabilidade, pretendemos criar condições para que o público em geral possa fazer um julgamento correcto, objectivo e imparcial do desempenho das instituições e dessa forma poder tomar decisões sobre a colocação das suas poupanças ou solicitação de crédito nessas instituições", disse.

Umaia Mahomed, falava ontem, em Maputo, durante o lançamento da segunda fase do projecto "Access to Finance Challenge Fund" (AFCF), que está a ser implementado pelo Banco de Moçambique em parceria com o banco alemão de desenvolvimento KfW e que incide sobre instituições de micro-finanças ou instituições que possuem um segmento de micro-finanças nas suas actividades, com o objectivo de integrar este sector no sistema financeiro nacional.

"Pretendemos também que as instituições de micro-finanças, pela natureza da sua intervenção, que é no meio rural ou então para as populações de baixa renda, possam se integrar no sistema nacional de pagamentos. As vantagens da sua integração é que pelo facto da compensação ser feita por via do Banco de Moçambique, o banco central pode, por essa via, ter o controlo total de todos os fluxos financeiros em Moçambique. Isso permite um maior controlo monetário e dessa forma uma maior eficácia da política monetária e um maior controlo da inflação", disse.

O director do departamento de supervisão bancária do BM, afirmou ainda que as instituições de micro-finanças "ocupem o espaço deixado pela banca comercial".

"Todos sabemos que para estabelecer fisicamente uma agência de um banco numa zona rural, com todos as dificuldades que temos no nosso país é bastante oneroso. Então, queremos que as instituições de micro-finanças usem os fundos disponíveis dentro dos critérios de elegibilidade previstos no AFCF para que introduzam produtos inovadores para um maior alcance da população, sobretudo, nas zonas rurais e em particular para as populações de baixa renda", acrescentou.

De referir que a segunda fase do AFCF (2012-2013), ontem iniciado, tem disponíveis um total de 960,000 Euros, equivalentes a 36 milhões de meticais, que serão usados para fortalecer o sector financeiro, com ênfase para as instituições de micro-finanças.

Segundo apuramos o AFCF poderá co-financiar até 50 por cento como donativo de cada proposta aprovada, até um máximo de, aproximadamente, 17.5 milhões de Meticais.

A grande aposta deste projecto é a inovação em serviços bancários como "mobile banking" e moeda electrónica, produtos que estão a registar um crescimento assinalável nalguns países vizinhos.

Serviços financeiros são pouco acessíveis

SETENTA e oito em cada 100 moçambicanos não têm acesso a nenhum tipo de serviços financeiros no país. O Banco de Moçambique aponta as limitações infra-estruturais, a dispersão

da população e os elevados custos dos serviços e produtos, como algumas das barreiras à inclusão financeira dos cidadãos.

Maputo, Quarta-Feira, 12 de Setembro de 2012:: Notícias

Os indicadores de inclusão financeira divulgados pelo Banco Central colocam Moçambique como o país detentor da maior taxa de exclusão financeira de um conjunto de onze Estados africanos, sete dos quais membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Dificuldades de acesso à informação, fraca literacia financeira e a incapacidade de satisfação dos requisitos básicos são outros factores arrolados entre as barreiras à inclusão financeira, num país em que apenas doze por cento da população acede aos serviços e produtos financeiros em bancos formais, nove por cento em circuitos informais e um por cento usando outras alternativas. Com o objectivo de promover a criação e consolidação de um sistema financeiro inclusivo, sobretudo nas zonas rurais, o Governo aprovou a estratégia de finanças rurais, em 2011. A principal motivação para este salto foi apoiar e incrementar o desenvolvimento económico e social a nível individual e empresarial, tendo como pano de fundo o aumento da produção e da produtividade em todas as actividades económicas desenvolvidas nas áreas rurais, bem como a melhoria da comercialização, do rendimento das famílias e, em última análise, o alcance da segurança alimentar e nutricional das comunidades.

A par das várias iniciativas do Governo, o Banco de Moçambique tem vindo a aprovar medidas de incentivo a favor das instituições financeiras que pretendam alargar as suas actividades para as zonas rurais, além de melhorar e facilitar os critérios de supervisão e monitoria.

Ainda assim, o Governo assume que persistem problemas de acesso aos serviços e produtos financeiros em condições favoráveis, considerando, por exemplo, que a cobertura bancária atinge actualmente 58 distritos, onde segundo estatísticas oficiais foram implantados 117 balcões até Agosto de 2012. O número de agências bancárias no país aumentou de 228 em 2006 para 470 em Agosto deste ano.

Entretanto, a cidade de Maputo é palco, a partir de hoje, do VI Seminário Temático Anual de Finanças Rurais, a decorrer sob o lema “Provisão de metodologias de finanças rurais eficazes para o incremento da produtividade”.

Entre os tópicos a serem discutidos no evento destacam-se a provisão de inovação no financiamento rural; o financiamento rural nos sistemas financeiros; e cooperativas rurais, cujos debates deverão ajudar a construir alicerces para enfrentar os desafios de aumento da produção e produtividade.

O seminário, organizado pelo Governo em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Centro Cooperativo Sueco (CCS) e pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) vai reflectir sobre diversos temas ligados a finanças rurais.

Presentemente, vários projectos na área de finanças rurais, mercados rurais e mercados pesqueiros estão a ser desenvolvidos no país, com apoio do FIDA, do BAD e outros organismos internacionais.

11912E GERMANY SUPPORTS EXPANSION OF FINANCIAL SERVICES

Maputo, 3 Oct (AIM) – The German government has granted Mozambique 28.5 million euros (about 36.8 million US dollars) to support small and medium companies and to finance the expansion of financial services.

The agreement was signed in Maputo on Tuesday by Finance Minister Manuel Chang and the head of German Cooperation in Maputo, Ralf Orlik. The money will come from the German Development Bank (KfW).

Of this grant, the Mozambican government intends to use 18 million euros in a line of credit for micro, small and medium enterprises. Four million euros will go towards promoting banking services, 4.5 million towards creating savings guarantees, 1.5 million to supporting the Mozambican investment company GAPI, and 500,000 euros to educating the public in financial matters.

“The main objective of this grant is to expand and strengthen financial services”, said Chang, after the signing ceremony. “It will also build the capacity of staff at all levels in order to endow them with a more structured vision which is in line with the government’s priorities in this sector,

As for the financial education campaign, the government hopes to transmit technical knowledge about such matters as bank deposits and credit. Studies on the best way of implementing this initiative are under way.

“People must understand all the technical components of the financial system, including, deposits, credit and remuneration”, said Chang. “We want the system to decentralize and reach the most remote parts of the country”.

He stressed the role of micro-credit, arguing that since the institutions that handle this type of loan are much smaller than conventional banks, they will find it easier to expand into rural areas.

(AIM)

Pf/ (278)

(2012-09-14) The Monetary Policy Committee of the Bank of Mozambique, meeting on Wednesday, has announced a cut of 100 base points in its key interest rates.

Thus the Standing Lending Facility (which is the interest rate paid by the commercial banks to the central bank for money borrowed on the Interbank Money Market) falls from 11.5 per cent to 10.5 per cent. Thus follows four cuts in this rate earlier in the year – in December the Standing Lending Facility rate was 15 per cent.

The interest rate paid by the central bank to the commercial banks on money they deposit with it (the Standing Deposit Facility) falls by 50 base points, from three to 2.5 per cent, while the Compulsory Reserves Coefficient – the amount of money that the commercial banks must deposit with the Bank of Mozambique – remains at eight per cent.

The statement from the Monetary Policy Committee said that it “took note of the prevailing risks in the international economic and financial situation, particularly those associated with the worsening sovereign debt crisis in the Euro Zone”

But the economic and financial indicators for Mozambique had continued to develop “in line with the programme for this year”. In particular, economic growth remained strong and inflation low.

The preliminary information from the National Statistics Institute (INE) showed that, in annual terms, the economy grew by eight per cent in the second quarter of this year, an improvement of 1.7 per cent when compared with the first quarter, and of two per cent when compared with the second quarter of 2011.

The sector that showed most growth – 54 per cent – was mining, undoubtedly because of the giant open cast coal mines operated by the companies Vale and Rio Tinto in the Moatize coal basin in Tete province. Transport and communications grew by 14.8 per cent (and no doubt the coal traffic on the Moatize-Beira line was a significant contributor to this). Manufacturing industry grew by 11.6 per cent, and trade by 10.2 per cent.

As for inflation this has disappeared from the Mozambican economy, replaced by a slight deflation. As measured by the Maputo Consumer Price Index, inflation was negative for the fifth month in a row at minus 0.07 per cent.

This deflationary picture remains broadly true even when the slight price rises in the other two major cities, Beira (inflation of 0.04 per cent) and Nampula (0.03 per cent), are included. Putting the three indices together gives an overall Mozambican inflation rate for August of minus 0.02 per cent. For the first eight months of the year, inflation was minus 0.5 per cent.

The central bank argues that prices have remained steady or fallen slightly because of the greater supply of goods produced domestically, the decline in prices of some key commodities on the world market, the stability of the Mozambican currency the metical against other currencies, and “continued economic policy measures seeking to soften the exogenous shocks caused by the international economic and financial crisis”.

Mozambique’s net international reserves grew slightly in August (by 11.1 million US dollars), and by the end of the month they stood at 2.42 billion dollars, enough to cover 5.3 months worth of imports of goods and services.

On the Inter-Bank Exchange Market, the metical continued to lose value slowly against the dollar. On the last day in August the exchange rate quoted was 28.69 meticaïs to the dollar, a depreciation of 1.67 per cent when compared with the rate of 28.22 meticaïs to the dollar at the end of July.

But the metical gained in value against the South African rand. At the end of August there were 3.42 meticaïs to the rand, an appreciation of 0.87 per cent. In annual terms (1 September 2011 to 31 August 2012) the metical has appreciated by 11.63 per cent against the rand, but depreciated by 5.67 per cent against the dollar.

Despite the central bank’s repeated cuts in its interest rates, the commercial banks are continuing to charge their clients exorbitant interest rates. The average rate charged on a loan for a year was 21.84 per cent in July – a slight decline, of only 20 base points, on the figure for June. The prime rate for favoured customers, however, has fallen to an average of 17.11 per cent.

47912E BANK OF MOZAMBIQUE CUTS INTEREST RATES AGAIN

Maputo, 13 Sep (AIM) – The Monetary Policy Committee of the Bank of Mozambique, meeting on Wednesday, has announced a cut of 100 base points in its key interest rates.

Thus the Standing Lending Facility (which is the interest rate paid by the commercial banks to the central bank for money borrowed on the Interbank Money Market) falls from 11.5 per cent to 10.5 per cent. Thus follows four cuts in this rate earlier in the year – in December the Standing Lending Facility rate was 15 per cent.

The interest rate paid by the central bank to the commercial banks on money they deposit with it (the Standing Deposit Facility) falls by 50 base points, from three to 2.5 per cent, while the Compulsory Reserves Coefficient – the amount of money that the commercial banks must deposit with the Bank of Mozambique – remains at eight per cent.

The statement from the Monetary Policy Committee said that it “took note of the prevailing risks in the international economic and financial situation, particularly those associated with the worsening sovereign debt crisis in the Euro Zone”

But the economic and financial indicators for Mozambique had continued to develop “in line with the programme for this year”. In particular, economic growth remained strong and inflation low.

The preliminary information from the National Statistics Institute (INE) showed that, in annual terms, the economy grew by eight per cent in the second quarter of this year, an improvement of 1.7 per cent when compared with the first quarter, and of two per cent when compared with the second quarter of 2011.

The sector that showed most growth – 54 per cent – was mining, undoubtedly because of the giant open cast coal mines operated by the companies Vale and Rio Tinto in the Moatize coal basin in Tete province. Transport and communications grew by 14.8 per cent (and no doubt the coal traffic on the Moatize-Beira line was a significant contributor to this). Manufacturing industry grew by 11.6 per cent, and trade by 10.2 per cent.

As for inflation this has disappeared from the Mozambican economy, replaced by a slight deflation. As measured by the Maputo Consumer Price Index, inflation was negative for the fifth month in a row at minus 0.07 per cent.

This deflationary picture remains broadly true even when the slight price rises in the other two major cities, Beira (inflation of 0.04 per cent) and Nampula (0.03 per cent), are included. Putting the three indices together gives an overall Mozambican inflation rate for August of minus 0.02 per cent. For the first eight months of the year, inflation was minus 0.5 per cent.

The central bank argues that prices have remained steady or fallen slightly because of the greater supply of goods produced domestically, the decline in prices of some key commodities on the world market, the stability of the Mozambican currency the metical against other currencies, and “continued economic policy measures seeking to soften the exogenous shocks caused by the international economic and financial crisis”.

Mozambique’s net international reserves grew slightly in August (by 11.1 million US dollars), and by the end of the month they stood at 2.42 billion dollars, enough to cover 5.3 months worth of imports of goods and services.

On the Inter-Bank Exchange Market, the metical continued to lose value slowly against the dollar. On the last day in August the exchange rate quoted was 28.69 meticaïs to the dollar, a depreciation of 1.67 per cent when compared with the rate of 28.22 meticaïs to the dollar at the end of July.

But the metical gained in value against the South African rand. At the end of August there were 3.42 meticaïs to the rand, an appreciation of 0.87 per cent. In annual terms (1 September 2011 to 31 August 2012) the metical has appreciated by 11.63 per cent against the rand, but depreciated by 5.67 per cent against the dollar.

Despite the central bank’s repeated cuts in its interest rates, the commercial banks are continuing to charge their clients exorbitant interest rates. The average rate charged on a loan for a year was 21.84 per cent in July – a slight decline, of only 20 base points, on the figure for June. The prime rate for favoured customers, however, has fallen to an average of 17.11 per cent.

(AIM)

Pf/ (722)

113812E MOZA BANCO INCREASES SHARE CAPITAL

Maputo, 23 Aug (AIM) – Moza Banco, one of Mozambique’s newer commercial banks, plans to increase its share capital in mid-October from the current 40 million to 45 million US dollars, according to the bank’s chairperson, Prakash Ratilal.

This will be the second increase in share capital this year. The first occurred in June when the shareholders increased the bank’s capital from 30 to 40 million dollars.

Ratilal said these increases resulted from the bank’s rapid expansion, and are also intended to ensure that it can accompany the growth the Mozambican economy has been undergoing, with major mineral and hydrocarbon discoveries, and the start of massive coal production and exports.

He added that although it is still a small bank, the market has been showing growing confidence in the services offered by Moza Banco.

“The bank has been growing and consolidating its expansion project”, Ratilal said. “As a result of this expansion, in the first seven months of this year, the number of Moza Banco’s clients grew by 152 per cent. In terms of financial movements, the increase was 90 per cent”.

The largest shareholder in Moza Banco is Mocambique Capitais, a holding company of 376 Mozambican individuals and enterprises which holds 50.4 per cent of the share capital. The other shareholders are BES-Africa, part of the Portuguese Banco Espirito Santo Group, with 25.1 per cent, and Geocapital, the holding company of Macau billionaire Stanley Ho, with 24.5 per cent.

On Thursday Ratilal inaugurated Moza Banco's 12th branch, in Maputo's downtown area. This branch will also operate as a banking school providing on-the-job training for Moza Banco workers.

"Maputo is not only the capital of the country where corporation headquarters are located", said Ratilal at the opening ceremony. "This region is also a great development corridor and a strategic business centre, where a growing number of people, goods and services circulate between the countries of the Southern African Development Community (SADC) and the world".

He added that the shareholders intend to open branches in other strategic regions, where investment is taking place in such areas as coal mines, natural gas, agro-industry or tourism.

"To deal with these objectives of expansion, it is fundamental to train up qualified Mozambican staff. Such qualified staff are scarce on the national market", he said. "To overcome this constraint the first Moza Banco school will operate in this branch. This is a pioneer project, resting on an innovative concept of permanent on-the-job training, at the same time as the apprentice worker serves the customers".

Currently, Moza Banco has 22 business units in 12 branches in the cities of Maputo, Matola, Tete, Beira, Nacala and Nampula. By the end of the year the bank intends to have 21 branches and 33 business units,

The Deputy Governor of the Bank of Mozambique, Antonio Pinto de Abreu, said at the ceremony that banks must be profitable, robust and duly capitalised institutions, because of their main vocation, which is to buy and sell risks.

He added that the expansion of the Mozambican financial system should drive "the diversified growth of our economy, an inclusive, wide-ranging growth, which covers more regions, more segments of our population, more segments of our market, and which allows the formalization of the vast informal sector that characterizes our economy".

(AIM)

46912E GOVERNMENT CALLS FOR LOWER INTEREST RATES

Maputo, 12 Sep (AIM) – The Mozambican government has called on the country's banks to charge their clients lower and more competitive interest rates, in order to encourage productive activity, and food production in particular.

The call came from the Minister of Planning and Development, Aiuba Cuereneia, at the opening of a Maputo workshop on rural finance, bringing together participants from several southern and eastern African countries. The workshop, which will run until Friday, is being held under the theme "Provision of Effective Rural Finance Methodologies for an Increase in Productivity".

Although the central bank has this year repeatedly cut its key interest rates, the commercial banks still charge their clients exorbitant rates. The average interest rate has remained over 20 per cent, though favoured clients can obtain a "prime rate" that is a couple of percentage rates lower.

The banks go on charging such astonishingly high rates, even though inflation has virtually disappeared. According to the consumer price indices for Maputo, Beira and Nampula, the average price level actually dropped in the first eight months of this year. Inflation for the January to August period was minus 0.5 per cent.

“We must reflect on the interest rates charged to the users of the banks”, said Cuereneia. “We must find solution to capture the idle savings of the public, which are essential sources for increasing investment”.

The network of commercial bank branches is still feeble, and there are huge swathes of the Mozambican countryside where there are no bank branches at all. The government has therefore opted to kick-start rural finances through the Economic Recovery Support Fund (FARE).

FARE allocates funds to micro-credit institutions which operate in rural areas, who ensure that the money reaches producers, traders and other local economic agents. But the micro-credit institutions charge even higher interest rates than the commercial banks.

FARE provides funds to the micro-credit bodies at rates that vary between eight and 12 per cent. But when they lend on to the rural producers, the interest rate is suddenly well over 30 per cent, and in some cases reaches 60 per cent.

“The government is concerned, because FARE finances the providers of credit at competitive interest rates, but when the money reaches the final beneficiary, the rate almost triples”, said Cuereneia. “This is a challenge facing the government and the micro-credit institutions. There should be dialogue between FARE and the micro-credit institutions so that the interest rate can stimulate productive activity in the countryside”.

told journalists attending the workshop that the interest rates charged by some micro-credit institutions amounted to loan-sharking.

“The rates which FARE charges are in accordance with the indicative rates of the Bank of Mozambique”, said Rafik. “FARE makes the money available at rates of between eight and 12 per cent, but the money reaches the final users at rates that climb to 60 per cent. These rates are absolutely obscene and unacceptable”.

Rafik thought it would be acceptable for the micro-credit institutions to charge interest of up to 21 per cent (much the same as the commercial banks), which would still give them a very comfortable margin of profit.

He said work is under way with the micro-credit institutions to reverse the current situation. One proposal on the table is that the contracts between FARE and the micro-credit institutions should define the maximum interest rates that the latter can charge their clients.

“The money the government puts into the economy via the financial institutions must reach the public at competitive, not loan-sharking, rates”, Rafik insisted. “We’re working on this in order to find the best mechanism for this to happen”.

(AIM)

Fta/pf (615)

Por alguns bancos de microcrédito: FARE denuncia manipulação de juros

ALGUNS bancos de microcrédito estão envolvidos em esquemas de empolamento ilícito das taxas de juro, nos empréstimos que concedem para o financiamento de actividades de produção de alimentos, geração de emprego e promoção do sector privado, sobretudo nas zonas rurais. Maputo, Segunda-Feira, 17 de Setembro de 2012:: Notícias

Segundo denúncia feita há dias em Maputo pelo presidente do Fundo de Apoio à Reabilitação Económica (FARE), Mohamed Rafik, os bancos de microcrédito recebem fundos de crédito da sua instituição a uma taxa de juro que oscila entre os 6 e 12 por cento, mas o dinheiro é vendido aos produtores das zonas rurais com juros que chegam a atingir os 60 por cento.

Rafik, que falava a jornalistas no quadro do sexto seminário de finanças rurais, disse que o esquema adoptado atinge o extremo de “agiotagem inaceitável”, sobretudo por violar de forma grosseira as recomendações do Banco de Moçambique sobre a matéria.

“As taxas de juro aplicadas por algumas instituições de microcrédito nas zonas rurais são absolutamente obscenas. O FARE disponibiliza o dinheiro a taxas definidas em conformidade com os indicadores do Banco Central. Quer dizer, nós colocamos o dinheiro a um preço competitivo, mas chegam aos utentes finais a taxas inaceitáveis!”, disse Mohamed Rafik.

Na sua qualidade de instituição do Estado, o FARE tem como vocação apoiar o processo de reactivação da economia do país através do financiamento de actividades produtivas e de prestação de serviços, criação de emprego e inovação, promoção e dinamização do sector privado.

“O FARE financia os provedores a uma taxa de juro competitiva, mas quando chega ao beneficiário quase triplica. Esta prática coloca um desafio para o Governo que deve encontrar, com as instituições de microcrédito, formas de se ultrapassar o constrangimento. É preciso haver diálogo entre o FARE e as instituições de microcrédito para que a taxa de juro possa, efectivamente, estimular a actividade produtiva no meio rural”, disse.

Discursando semana finda, no seminário, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, propôs uma reflexão nacional sobre as taxas de juro aplicadas pelas instituições financeiras, de modo a torná-las num incentivo às actividades de produção de alimentos e geração de emprego, sobretudo nas zonas rurais.

Segundo dados divulgados pelo Banco Central, apenas 22 em cada cem moçambicanos têm acesso a serviços e produtos financeiros no país, cenário causado, grosso modo, por limitações infra-estruturais, dispersão da população e pelos elevados custos dos serviços e produtos, nomeadamente as taxas de juro.

A cobertura bancária atinge actualmente 58 do total de 128 distritos do país, nos quais funcionam actualmente 117 balcões. O número de agências bancárias no país aumentou de 228 em 2006 para 470 em Agosto deste ano.

Fare denuncia “taxas de agiotagem” nas microfinanças

SEXTA, 14 SETEMBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

O presidente do FARE, Mohamad Rafik, diz que os bancos de microcrédito estão a aplicar taxas de juro que chegam a atingir 60%, violando as recomendações do Banco Central. “Há que reflectir na nossa realidade com vista a incentivar a actividade produtiva”, alerta Rafik.

O presidente do Fundo de Apoio à Reabilitação Económica (FARE) de Moçambique, Mohamad Rafik, referiu que as taxas de juro aplicadas por algumas instituições de microcrédito nas zonas rurais moçambicanas “chegam a atingir níveis de agiotagem”.

Falando aos jornalistas à margem do VI workshop internacional sobre Finanças Rurais, que decorre em Maputo, Mohamad Rafik denunciou que bancos de microcrédito estão a aplicar taxas de juros que chegam a atingir 60 por cento, violando as recomendações do Banco Central.

“As taxas que o FARE pratica são em conformidade com as taxas indicadoras do Banco de Moçambique. O FARE coloca o dinheiro a uma taxa de juro de 8 a 12 por cento, mas chegam aos utentes finais a taxas que chegam a atingir 60 por cento. Há muita agiotagem, estas taxas são absolutamente obscenas, inaceitáveis”, acusou Mohamad Rafik.

O FARE é uma instituição do Estado, que apoia o processo de reactivação da economia, através de financiamento a actividades produtivas e de prestação de serviços, criação de emprego e inovação, promoção e dinamização do sector privado, nomeadamente pequenas e médias empresas.

Instituições Bancárias: Taxas de juro não estimulam a produção

O GOVERNO propõe uma reflexão sobre as taxas de juro aplicadas pelas instituições bancárias nacionais, de modo a torná-las num incentivo à prática de actividades produtivas, particularmente as de produção de alimentos.

Maputo, Quinta-Feira, 13 de Setembro de 2012:: Notícias

O Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, ressalva o papel que o Executivo tem estado a desempenhar para tornar o financiamento bancário mais acessível aos cidadãos,

sobretudo os pobres e economicamente activos, mas reconhece a necessidade de intervenções suplementares para melhorar o actual cenário, como sejam o alargamento da rede de fornecimento de energia eléctrica e o melhoramento da rede viária, para estimular o escoamento da produção.

Intervindo ontem, em Maputo, na abertura do sexto seminário temático sobre finanças rurais, Cuereneia referiu-se também à necessidade de se desenvolver esforços no sentido de se alargar não só a rede bancária, como também outros provedores de serviços financeiros, bem como ao imperativo de se encontrar as melhores soluções para captar as poupanças ociosas da população que, segundo ele, constituem fonte essencial para o aumento de investimento.

Segundo indicadores divulgados pelo Banco Central no âmbito do encontro, o país está a registar o surgimento de cada vez mais operadores de microfinanças, tendo subido de 57 operadores de microcrédito em 2006 para 167 em finais de 2011. Paralelamente, registou-se o surgimento de dez organizações de poupança e empréstimos ao longo do ano passado, altura em que o país também testemunhou o surgimento de sete microbancos.

Nos termos da legislação em vigor no país, as cooperativas de crédito e os microbancos são sujeitos à supervisão prudencial do Banco Central, enquanto que as organizações de poupança e empréstimos, os operadores de microcrédito e os intermediários de captação de poupança, estão sujeitos a uma monitoria da autoridade monetária.

Presentemente, segundo dados apresentados pelo Banco de Moçambique, 78 por cento de moçambicanos adultos não têm acesso a serviços financeiros, enquanto apenas 12,7 por cento de outros são servidos pelos sistemas financeiros formais existentes no país. Perto de dez por cento da população adulta serve-se do sistema financeiro informal, num país onde apenas 11,8 por cento de adultos possuem conta numa instituição bancária.

Entre os desafios que se colocam ao sistema financeiro moçambicano, o Banco Central aponta o aumento do financiamento bancário aos sectores-chave considerados de risco, a aprovação e implementação da estratégia de desenvolvimento do sector financeiro, bem como a adopção e implementação de uma estratégia de finanças rurais.

Paralelamente, defende-se a capitalização do novo paradigma de desenvolvimento, nomeadamente um maior aproveitamento da exploração dos recursos minerais, a adopção de uma legislação que proteja os direitos dos consumidores dos serviços financeiros bem como um maior investimento na literacia financeira das comunidades.

Tendo em atenção o facto de o Continente Africano deter a menor taxa de produtividade agrícola do mundo, o sexto seminário temático anual sobre finanças rurais, que juntou representantes de vários países do continente e organizações internacionais de cooperação, está a privilegiar a partilha de experiências e modelos em temas como provisão de inovação no financiamento rural; financiamento rural nos sistemas financeiros e cooperativas rurais.

No âmbito do seminário, hoje os participantes vão tomar parte numa visita de campo de modo a colherem a experiência de Moçambique no domínio da expansão dos serviços bancários aos distritos, estabelecimento de cooperativos de crédito, instituições de microfinanças, bem como observarem os benefícios desta actividade no meio rural.

Economy

PREVISÕES - Redução de ajuda pode comprometer crescimento - segundo visão das Finanças Públicas

UMA continuada e progressiva redução do financiamento externo ou um agravamento das condições actuais do crédito, seria nefasta para a economia moçambicana e colocaria em risco os objectivos do Governo de alcançar um nível de prestação de serviços de excelência na gestão e governação das finanças públicas, pretendidas até ao ano 2025.

Maputo, Sexta-Feira, 28 de Setembro de 2012:: Notícias

Recentemente, o Governo lançou a “Visão das Finanças Públicas 2011-2025” , um instrumento que tem como vectores a permanente organização e modernização dos processos e tecnologias de informação de gestão das finanças públicas, bem como a aposta constante na profissionalização de recursos humanos nacionais.

De entre vários cenários previstos na Visão das Finanças Públicas 2011-2025”, inclui-se a que prevê o aumento progressivo do peso relativo da receita anual, sobre o Orçamento do Estado

(OE) de 56 por cento em 2011 para 97 por cento em 2025 e a redução do peso da ajuda externa em donativos de 25 por cento para 2 por cento, no período em análise, entre outras metas. Todavia, o Ministério das Finanças (MF) identificou alguns factores conjunturais que, à semelhança da redução do financiamento externo, podem comprometer o alcance dos objectivos da Visão.

A arrecadação de recursos internos acumulados inferior, em pelo menos 10 por cento por ano; um menor influxo de recursos acumulados via Orçamento do Estado (OE) e Conta única do Tesouro (CUT) (em 10 por cento, comparativamente ao previsto), o que influenciaria a gestão da tesouraria e, conseqüentemente, a prossecução dos objectivos específicos da Visão; encontram-se igualmente entre os factores de risco.

O MF arrolou ainda a instabilidade acumulada severa nos indicadores macroeconómicos (crescimento económico “7 por cento”, inflação “um dígito” e variação cambial “um dígito”, com variação superior a 5 pontos percentuais face aos níveis programados, determinando alterações significativas da política económica, como outro factor de risco.

“A instabilidade político-social severa e que dite desvios da atenção das instituições ou da alocação dos recursos para outros fins, desacelerando-se a implementação da Visão com todas as conseqüências daí advenientes; a ocorrência de emergências e choques exógenos, internos e externos, severos nomeadamente no âmbito da integração regional; e a combinação de eventos negativos anteriormente identificados (recursos internos e externos e ausência de emergências e choques exógenos)”, fazem parte dos riscos identificados para o alcance da Visão.

Estabilidade macroeconómica é crucial

Maputo, Sexta-Feira, 28 de Setembro de 2012:: Notícias

UMA maior estabilidade nos indicadores macroeconómicos (crescimento económico superior em 10 por cento do programado e inflação e variação cambial menor em 10 por cento face ao programado), podem atenuar os riscos que ensombram a Visão das Finanças Públicas 2011-2025.

O Ministério das Finanças identifica ainda alguns factores que podem reduzir os riscos para a Visão, apontando como exemplos, uma arrecadação de recursos internos superiores, em pelo menos 10 por cento por ano, bem como um maior financiamento externo ou melhoria significativa das condições actuais do crédito.

O maior influxo de recursos externos via Orçamento do Estado e Conta única do Tesouro (em 10 por cento), comparativamente ao previsto, influenciaria a gestão da tesouraria e, conseqüentemente, a prossecução dos objectivos específicos da visão, de acordo com o MF. Outros factores susceptíveis de proporcionar condições para um maior sucesso na prossecução da Visão das Finanças Públicas, segundo o Ministério, incluem a necessidade de se garantir que a sua implementação seja devidamente acompanhada pelas instituições que directa ou indirectamente neles intervêm, para identificar atempadamente qualquer situação susceptível de pôr em causa a prossecução e o alcance dos seus objectivos devendo, sempre que necessário, proceder-se à sua revisão e actualização.

“Levando em conta os efeitos reais dos factores de risco que tiverem ocorrido, a revisão e actualização dos planos de Acção para a implementação da Visão 2011-2025 deverá ser obrigatoriamente efectuado no fim de cada quinquénio, para efeitos de reajustamento das metas dos indicadores previstos”, defende o MF.

Antevendo a possibilidade de ocorrência dos factores de risco, o Ministério das Finanças entende que os cenários a considerar consistirão na revisão dos programas em curso ou planeados, repriorizando os que tiverem maior ou poderem surtir maior contributo ou impacto positivo na aceleração prossecução dos macro-objectivos em que assenta esta Visão das Finanças Públicas. “Ocorrendo a deterioração dos indicadores macroeconómicos, bem como as situações arroladas anteriormente, cujo impacto gere uma instabilidade macroeconómica nacional severa, os cenários a considerar deverão abranger a mitigação dos efeitos perniciosos causados à sociedade e à economia”, defende o MF.

INHAMBANE - Governo a favor do comércio informal

O GOVERNADOR de Inhambane, Agostinho Trinta, disse há dias, no decurso dos trabalhos da terceira sessão extraordinária da Assembleia Provincial, que o seu Executivo não tem plano de

retirar os vendedores informais que desenvolvem a sua actividade nas ruas e outros lugares públicos por aquela ser um meio que garante a sobrevivência de milhares de moçambicanos. Maputo, Terça-Feira, 25 de Setembro de 2012:: Notícias

O governante fez este pronunciamento respondendo à preocupação colocada pelos membros da Assembleia Provincial em face dos perigos que os operadores comerciais informais correm ao desenvolver as suas actividades nas bermas das rodovias, sobretudo da Estrada Nacional nº1 (EN1) que atravessa a cidade e, por sinal, com muito tráfego de viaturas.

Agostinho Trinta considerou que a venda de diversos produtos na via pública constitui uma conquista do povo moçambicano pois, segundo afirmou, antes da proclamação da independência nacional ninguém era admitido a tomar qualquer iniciativa de género para a sua sobrevivência. “Negócio informal é a forma de produção de renda daquela gente e mandar sair daquele local, é tirar a liberdade de milhares de pessoas. Isso pode provocar outros problemas muito mais graves do que isto”, afirmou o governador

Entretanto, no quadro dos esforços visando retirar os vendedores informais das bermas das estradas, o Conselho Municipal da vila da Massinga decidiu proceder à transferência da terminal dos transportes semi-colectivos de passageiros, vulgo “chapas” para um outro local, medida que entretanto está a encontrar uma resistência por parte daqueles operadores.

“Vamos insistir na aplicação da medida porque queremos evitar que as pessoas sejam colhidas pelos acidentes de viação naquela e na outra vila distrital”, prometeu o governador provincial de Inhambane, Agostinho Trinta, que apesar de defender a não retirada dos vendedores informais dos espaços que ocupam, disse haver uma necessidade de disciplinar a actividade.

Para o efeito, de acordo com aquele governante, técnicos ligados aos sectores do comércio e segurança rodoviária ao nível da província vão deslocar-se às sedes distritais onde, em coordenação com as autoridades administrativas locais, deverão encontrar formas de evitar que as pessoas sofram acidentes de viação devido à proliferação de vendedores informais nas bermas da Estrada Nacional n.º1 e/ou outra via pública.

Entretanto os membros da Assembleia Provincial não se mostraram satisfeitos com as respostas dadas pelo governador provincial, pois, conforme referiram, a posição assumida pelo Executivo de Inhambane “é uma tentativa de apagar o fogo com petróleo já que, com estes pronunciamentos, os vendedores ambulantes não vão acatar as orientações que saírem de qualquer entidade na província, porque o governador disse que o negócio da esquina é conquista do povo moçambicano”.

- Victorino Xavier

CABO DELGADO: Moçambique transformado num grande supermercado - diz Dom Ernesto Maguengue

O BISPO da Diocese de Pemba, Dom Ernesto Maguengue, veio de novo a terreiro, caracterizar a actual situação do nosso país, como precisando de uma correcção imediata, porque, segundo a sua oração, por ocasião da inauguração da praça Samora Machel, na capital provincial de Cabo Delgado, se está a transformar num grande supermercado, onde tudo entra no circuito comercial, incluindo as religiões e desapareceram os nobres valores de solidariedade e gratuidade.

Maputo, Sábado, 29 de Setembro de 2012:: Notícias

“Tudo é transformado em objecto de compra e venda: os serviços, o trabalho, a terra, o corpo humano, os órgãos, o sangue, as pessoas, as crianças, as mulheres, o tempo, a educação, as notas escolares, o matrimónio, a saúde, o sexo, o divertimento, os votos, os próprios eleitores, a consciência dos cidadãos, até as religiões entram no circuito de compra e venda” enumerou o prelado.

Dom Ernesto Maguengue agradeceu a Deus pelo papel de combatente incassável pela liberdade do país desempenhado pelo primeiro Presidente de Moçambique independente, Samora Machel, a quem qualificou de muito amado e admirado e por todos os heróis que sacrificaram a própria vida e juventude para que o país se tornasse pátria de todos e não somente de alguns.

Do mesmo modo, o prelado pediu a bênção de Deus para este Moçambique e por todos os seus bens, pois, “por amor e generosidade, fecundaste-o, com uma imensidade de riquezas naturais, recursos eco-turísticos, florestais, faunísticos, energéticos, minerais...a fim de que todos os seus habitantes tenham a vida em abundância, vivam saudáveis, livres e felizes”.

O prelado, que falava perante quase a totalidade da nomenclatura política do nosso país, que se encontra em Pemba por ocasião do X Congresso da Frelimo e que se fez presente na praça Samora Machel, pediu a Deus que o manancial de recursos que é um bem comum, com o qual nos abençoou copiosamente, não se transforme em motivo de ambição despudorada, divisão, conflitos, pilhagem, fácil e rápido enriquecimento, por parte de pessoas, entidades nacionais e estrangeiras.

“Enquanto uma larga parte do povo continua mergulhada na penúria, dá-nos, senhor, a coragem de resistir contra a tentação diabólica da ganância, da acumulação egocêntrica que transforma o nosso país num grande supermercado, e não uma casa habitável e acolhedora para todos”- lamentou o bispo de Pemba.

Foi neste instante em que Ernesto Maguengue pediu que o todo-poderoso assistisse, com os seus dons, os nossos dirigentes, para que promovam não somente o desenvolvimento económico, mas também o progresso social, a equidade, a liberdade e o bem-estar material e espiritual.

“Ao senhor Presidente da República, aos seus ministros, líderes dos partidos políticos, agentes económicos, dotando-os de inteligência, rectidão, amor e respeito pela vida de todos os moçambicanos, desde a concepção até ao último suspiro” pediu o prelado, antes de voltar à figura de Samora Machel por causa de quem agradeceu a Deus o facto de ter suscitado “entre nós homens e mulheres ilustres, como Samora Machel, grande herói, inspirador de sonhos, de utopias, de nobres ideias, defensor dos direitos individuais e dos povos”.

Para o bispo, Samora Machel assumiu na sua própria vida as dores e sofrimentos, as angústias e esperanças deste povo, razão porque “imploramos, não permita, senhor, que a sua memória jamais conheça o ocaso e desperta, em toda a família moçambicana, desde o pequeno ao grande, os ideias pelos quais Samora Machel viveu e morreu”.

• PEDRO NACUO

Maputo, 3 Oct (AIM) – Mozambique’s positive economic performance in the first half of this year shows that the country has managed to resist the world financial crisis, declared Finance Minister Manuel Chang on Wednesday, at the opening of a plenary session of the Development Observatory.

This body (once known as the Poverty Observatory) is a consultative institution bringing together members of the government, development partners and civil society representatives.

Mozambique’s economic stability, Chang said, “is the fruit of the successful implementation of macro-economic and financial reforms that are in line with the international environment”.

The determination of the government, plus the aid driven by its foreign partners, had allowed the economy to grow at an annual rate of 7.3 per cent, while inflation fell to historically low levels.

According to the figures from the National Statistics Institute (INE), inflation was negative in the first eight months of this year. From January to the end of August the general level of prices, as measured by the consumer price indices for the three main cities (Maputo, Beira and Nampula), fell by 0.5 per cent.

Although prices are likely to start rising again in the last months of the year, it seems almost certain that by December the government will easily achieve its target of an average 12 monthly inflation rate of no more than 7.2 per cent.

The low inflation, Chang said, was testimony to the stability of the Mozambican currency, the metical, against the US dollar and the South African rand.

This exchange rate stability had direct positive impacts on households, the Minister claimed, due to a gradual increase in purchasing power, as the price of basic foodstuffs fell (when the metical appreciates against the rand, the price of food imported from South Africa falls).

This meeting of the Development Observatory will discuss the economic and social plan and the state budget for 2013, which the government will submit to the next sitting of the Mozambican parliament, the Assembly of the Republic, due to begin on 22 October.

The government's target is for an economic growth rate of 8.4 per cent, while annual average inflation is held to no more than 7.5 per cent. Mozambican exports should rise by 14 per cent in 2013, reaching a total of 3.558 billion US dollars. Total public expenditure for the year is budgeted at almost 175 billion meticaís (about 6.1 billion US dollars at current exchange rates).

"We shall continue to bank on the rationalization of public expenditure, and on expanding the collection of internal resources to ensure the provision of essential services with dignity, humanity and equity", said Chang.

"We believe that, even in a context of crisis, the economy will remain firmly on the route of sustainable and inclusive development, and will provide new opportunities for jobs and wealth creation for all Mozambicans", he added.

(AIM)

Le/pf (481)

Economia vai crescer 8,4 por cento em 2013

A ECONOMIA moçambicana poderá alcançar um crescimento na ordem de 8,4 por cento no próximo ano segundo uma previsão contida na proposta do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2013, aprovada ontem pelo Conselho de Ministros, e que será submetida à Assembleia da República.

Maputo, Quarta-Feira, 19 de Setembro de 2012:: Notícias

O governo propõe-se igualmente a fazer a contenção da taxa de inflação média anual em cerca de 7,5 por cento e atingir um crescimento em 14 por cento nas exportações de bens.

Outros objectivos inscritos no PES tem a ver com a elevação das reservas internacionais líquidas, prosseguir com a criação de oportunidades de emprego, promoção da cultura de trabalho e criação de ambiente favorável ao investimento privado e desenvolvimento do empresariado nacional.

No próximo ano, o governo propõe-se ainda a trabalhar no sentido de aumentar a quantidade e a qualidade da prestação do serviço público ao cidadão, promover a boa governação e descentralização, bem como o reforço da soberania e cooperação internacional.

Para o ano de 2013 o governo identificou como prioridades o aumento da produção e da produtividade agrícola, pesqueira, o desenvolvimento humano e social bem como a promoção de emprego, o combate à pobreza e o reforço da unidade nacional.

O país alcançou uma impressionante média de crescimento de 7,2 por cento ao longo da última década, como resultado do forte desempenho registado no sector de serviços financeiros, transportes e comunicações e construção.

Apesar da estabilidade que se verifica, o governo concorda que o principal desafio a médio prazo, reside no alargamento da base fiscal que permitirá uma redução paulatina do fluxo de ajuda ao orçamento.

Ainda ontem, o governo aprovou a proposta de revisão da Lei que cria a Polícia da República de Moçambique e a proposta de Lei que autoriza o governo a aprovar o regime disciplinar aplicável aos membros daquela corporação. Ambas devem ser submetidas à Assembleia da República.

Sobre esta matéria, o vice-ministro da justiça e porta-voz do governo, Alberto Nkutumula, disse à saída da sessão do Conselho de Ministros que nesta proposta a polícia passa a reger-se por três princípios fundamentais, nomeadamente de obediência à lei, da isenção e imparcialidade que apesar de aplicados precisam de estar clarificados.

Pretende-se ainda que para além da protecção dos cidadãos e seus bens se dedique à protecção da segurança e fronteiras estadual, marítima, lacustre e fluvial bem como a protecção das florestas, fauna e meio ambiente.

Os ramos propostos são a Polícia de ordem e segurança pública, polícia de investigação criminal, polícia de fronteiras e a polícia costeira, lacustre e fluvial. Para a materialização destes desígnios, são criadas as unidades de intervenção rápida, de protecção de altas individualidades, de combate ao terrorismo e resgate de reféns, uma unidade canina, de cavalaria e outra de desactivação de engenhos explosivos.

Em relação à autorização legislativa, Nkutumula disse que uma vez aprovada o governo estará na condição de definir os direitos e deveres dos membros da PRM a todos os níveis, as normas inerentes à responsabilidade disciplinar, os tipos de sanções e competência para a sua aplicação, bem como os mecanismos de garantias processuais. O Conselho Constitucional deu conta recentemente que as disposições do regulamento usado pela PRM no caso de armas em Nacala já tinham sido revogadas em 1999.

Teledensidade aumenta de forma considerável em Moçambique

MOÇAMBIQUE conheceu, na área das telecomunicações e tecnologias de informação e comunicação, um desenvolvimento assinalável que se traduz hoje numa teledensidade de 32,83 por 100 habitantes”, segundo deu a conhecer o presidente do conselho de administração da TDM, Teodato Hunguana.

Maputo, Quarta-Feira, 19 de Setembro de 2012:: Notícias

Moçambique dirige desde ontem Conselho de Ministros da SADC

QUINTA, 16 AGOSTO 2012 00:00 ANDRÉ MANHICE

Oldemiro Baloi sucede à ministra angolana da Planificação.

Oldemiro Baloi comprometeu-se a continuar o trabalho que estava a ser desenvolvido por Angola, desde o ano passado, visando ultrapassar os desafios que a comunidade ainda enfrenta.

Moçambique assumiu, ontem, a presidência do Conselho de Ministros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O órgão, outrora dirigido pela ministra do Planeamento de Angola, Ana Dias Lourenço, passa a ser presidido pelo ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi.

A passagem de testemunho teve lugar num encontro entre os ministros dos 14 países-membros, havido no quadro da preparação da 32ª cimeira dos chefes de Estado e de Governo da SADC, agendada para sexta-feira e sábado, em Maputo.

Na ocasião, Baloi comprometeu-se a continuar o trabalho que estava a ser desenvolvido por Angola, desde o ano passado, visando ultrapassar os desafios deste organismo regional.

“Quando viemos aqui já sabíamos que a presidência passaria para Moçambique, por isso, acompanhamos atentamente o grande trabalho que Angola estava a desenvolver e vamos continuar a fazê-lo. Temos consciência de que os desafios pela frente são enormes, mas se continuarmos unidos e com a ajuda de cada um de voz vamos ultrapassar estes problemas todos”, afirmou Baloi, momentos depois de receber as pastas e o martelo da presidência cessante.

Por seu turno, na hora de balanço, a ministra angolana, Ana Dias Lourenço, considerou de positivo o último ano em que esteve na presidência do órgão, sobretudo na área de infra-estruturas, factor fundamental para a integração regional.

“Na nossa presidência, priorizámos e investimos muito no desenvolvimento de infra-estruturas, porque consideramos um factor fundamental para facilitar a livre circulação de pessoas e bens e promover a integração regional”, afirmou Lourenço.

MAE analisa “projecto” de criação de mais distritos

SEGUNDA, 13 AGOSTO 2012 00:07 PEDRO CUMANDO

Carmelita Namashulua

De 128 para 141 distritos em Moçambique.

O Ministério da Administração Estatal (MAE), que esteve reunido, semana passada, no seu VIII Conselho Coordenador no distrito de Gondola, em Manica, está a passos largos na análise do novo ordenamento territorial para a criação de mais 13 novos distritos no país, com a elevação à esta categoria de alguns postos administrativos que já detêm requisitos básicos exigidos.

Em Gondola, a ministra da Administração Estatal, Carmelita Namashulua, revelou que o processo da criação de novos distritos já está muito avançado, até que a respectiva proposta já foi submetida à Assembleia da República, desde a última sessão ordinária.

No Conselho Coordenador do MAE, a criação de novos distritos foi uma das matérias em análise, para garantir os passos da sua efectivação, assim que os deputados derem “aval” à proposta.

Além de novos distritos, um outro estudo em curso, elaborado pela Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, tutelada pelo MAE, indica que mais autarquias poderão nascer no país em adição às 43 actualmente existentes, conforme explicou Manuel Rodrigues, director nacional de Desenvolvimento Autárquico.

Rodrigues não avançou o número de autarquias a criar pelo facto de, alegadamente, o estudo ainda não estar concluído. Assim, o actual número de autarquias poderá aumentar ou diminuir, mediante os resultados da discussão, que também serão submetidos à aprovação da Assembleia da República.

(2012-09-12) The Mozambican authorities will not embark on the full liberalization of the country's airspace until the national airline, LAM, is more competitive, according to Deputy Transport Minister Manuela Rebelo, interviewed in Tuesday's issue of the independent daily "O Pais".

Liberalisation of airspace is envisaged by the Yamoussoukro treaty of 1999. This should have established "open skies" whereby airlines of countries with agreements should have been able to operate in each other's markets without restrictions.

But to date Yamoussoukro has failed, because countries with struggling airlines do not wish to do anything that would deprive them of much of their market.

"One of our great fears is that we are not prepared to embark upon liberalization of our airspace", Rebelo admitted. "The sovereignty of a country needs a well equipped airline that is able to compete on a footing of equality with other countries".

She said that work is under way so that Mozambique can embark upon gradual liberalization with more countries in accordance with the principles of SADC (Southern African Development Community), and the current SADC strategy defends national carriers.

Mozambique, Rebelo added, is negotiating with countries outside the region for routes that would not affect the rest of SADC. One of these was Qatar – and Qatar airways plans to fly from Maputo to Doha three times a week as from the end of October. This will allow travelers to fly to Europe via Doha, at prices that are likely to be considerably cheaper than the route via Johannesburg.

The Yamoussoukro decision should have taken effect in August 2002 – but it has not done so, and there are no sanctions for countries that fail to comply with it.

"South Africa has not acceded to the Yamoussoukro treaty", Rebelo said. "Angola is not complying with it. And these are countries with airlines that are in a much better position than LAM". Nonetheless she thought it likely that Mozambique will liberalise its airspace before many other African countries do.

LAM's Chief Executive Officer, Marleyn Manave, admitted to "O Pais" that the banning of Mozambican air companies from European Union airspace had caused additional costs for LAM.

In mid-April 2011, the European Commission banned Mozambican air companies from flying to Europe on safety grounds. The main problems detected were not with the airlines themselves (indeed LAM has an enviable safety record) but with the regulatory body, the IACM (Mozambican Civil Aviation Institute).

The European Commission justified the ban on the grounds of "significant deficiencies faced by the civil aviation authorities of this country as reported by the International Civil Aviation Organization (ICAO) in the framework of its Universal Safety Oversight Audit".

The IACM's inability to put its house in order has damaged the standing of Mozambican air companies– although in fact only one of them, LAM, was flying to Europe in early 2011, and it was using a plane and crew provided by the Portuguese company EuroAtlantica. This was not covered by the ban and so LAM's Maputo-Lisbon flights continued.

That flight has now been suspended. "Flying with other companies' equipment and crews is very expensive", said Manave. Furthermore, the fact that LAM did not control the EuroAtlantica flight was inconvenient – anything that annoyed the passengers might be imputed to LAM, even though it was the responsibility of EuroAtlantica.

But most of the world is not covered by the EU ban – other routes could be opened, but this depended on financial factors. "We are not banned from flying to Brazil, for example", said Manave, "and we could fly there because we have the traffic for this. What we must do is create the financial capacity to endow the company with its own equipment".

LAM is already expanding and modernizing its fleet of aircraft. This month the country should receive a Boeing 737-500, the most recent in Boeing's range of short to medium range aircraft, and in October or early November, it should receive a third Brazilian Embraer-190, which is also a medium range plane.

LAM is also negotiating to acquire two smaller aircraft, with a capacity for 50 passengers, which will be stationed in Tete and Nampula provinces, allowing flights between these provinces, and to neighbouring countries (from Tete to Malawi, Zimbabwe and South Africa, and from Nampula to Tanzania).

(Source: AIM)

Procura por Obrigações de Tesouro foi cinco vezes superior ao valor emitido

QUINTA, 23 AGOSTO 2012 00:00 CELSO CHAMBISSO

Manuel Chang, ministro das Finanças

Financiamento ao Orçamento do Estado.

O Estado emitiu mais de 3.1 biliões de meticais em Obrigações de Tesouro, e o elevado nível de procura permitiu a superação da meta 14 biliões. O período de subscrição decorreu de 15 a 21 do corrente mês e, desde ontem, as Obrigações do Tesouro são admitidas à cotação da BVM para se tornarem acessíveis a todos os investidores e público em geral.

A procura global por Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado superou 14 biliões de meticais, cinco vezes mais do que os mais de 3.1 biliões de meticais estabelecidos como meta máxima, refere o comunicado enviado à nossa redacção pelo Ministério das Finanças.

Recentemente, o Conselho de Ministros autorizou o ministro das Finanças, Manuel Chang, a contrair um empréstimo interno amortizável no montante máximo de 3 150 112 400 meticais, para financiar o Orçamento do Estado.

Entretanto, após o período de subscrição, que decorreu de 15 a 21 do corrente mês, junto às instituições financeiras autorizadas na intermediação financeira em valores mobiliários, constatou-se que a procura foi “quase cinco vezes superior ao valor da emissão”, refere o comunicado, acrescentando que este feito “revela, por um lado, a solidez e maturidade do sistema financeiro em Moçambique e, por outro, constitui um indicador seguro do elevado grau de confiança que o mercado tem para com o Estado”.

No processo de emissão de Obrigações de Tesouro, as instituições financeiras compram títulos de dívida emitidos pelo Estado e canalizam-os a investidores privados incluindo o público, cujos retornos são os juros que o Estado se compromete a pagar.

Denominado “Obrigações de Tesouro 2012”, a sua emissão “enquadra-se na estratégia do Governo no âmbito da implementação da sua política económica e financeira, constituindo uma alternativa ao financiamento das despesas públicas e de oportunidade para investidores e público em geral”, explica o documento.

Ainda de acordo com o comunicado, a operação foi emitida por um prazo de três anos, com taxa de juro indexada à taxa de juro de Bilhetes de Tesouro (actualmente fixada em 6,47% para a maturidade de um ano), num processo liderado pela Direcção Nacional do Tesouro e executada pela Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Desde ontem, ainda de acordo com o comunicado, as Obrigações do Tesouro 2012 são admitidas à cotação da BVM por forma a serem transaccionadas no mercado secundário, possibilitando o acesso a todos os investidores e público em geral.

Prática recorrente

Nos últimos anos, o Executivo tem-se socorrido da emissão de Obrigações de Tesouro para financiar as suas despesas. Em finais do ano passado, emitiu Obrigações de Tesouro no valor de 2.6 biliões de meticais. O recurso ao crédito interno, no ano passado, visava suprir 4.2% das necessidades de investimento, e integrava-se nos planos de execução orçamental traçados pelo Executivo.

Inflação desce para nível mais baixo de sempre

SEXTA, 05 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

Dos iniciais 7.2%, depois 5.6%, a inflação poderá cair para apenas 3% até ao fim deste ano. O nível mais baixo de sempre. Não é o único indicador com sinais de estabilidade. A taxa de câmbio e a relação com o exterior estão também sob controlo.

Desta vez, espera-se um nível histórico de subida no nível geral de preços (inflação) para este ano: apenas 3%, nível abaixo da taxa mais baixa que se registou nos últimos anos, os 3.3% de 2009. Inicialmente, a taxa média de inflação prevista era de 7.2%, mas a descida dos preços de bens e serviços básicos que se verificou nos primeiros três meses do ano levou o Banco de Moçambique a rever em baixa a taxa, para 5.6%.

Dados divulgados na última quarta-feira, na 12a Sessão do Observatório de Desenvolvimento, mostram que as pessoas deverão enfrentar menor custo de vida, este ano, em comparação com o ano passado e 2010, quando a inflação esteve acima dos dois dígitos: 12.7% e 10.4% respectivamente.

Entretanto, para o próximo ano, as perspectivas de inflação são mais pessimistas, apontando para 7.5%.

O Observatório de Desenvolvimento é um momento de diálogo entre o Governo, parceiros de cooperação internacional, organizações da sociedade civil, com vista a partilha de ideias e experiências para a elaboração e execução dos instrumentos de planificação do Governo.

Na 12ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento, na última quarta-feira, foi divulgado o balanço do cumprimento do Plano Económico e Social do primeiro semestre de 2012 e as linhas gerais da proposta do Plano Económico e Social de 2013, documentos que destacam o crescimento da produção global em 7.3% na primeira metade do presente ano e prevê o crescimento da produção em 8.5% no próximo ano.

CTA quer quebra do IVA, AT não cede

SEXTA, 28 SETEMBRO 2012 00:07 REDACÇÃO

O sistema fiscal moçambicano favorece a competitividade das empresas e da economia nacional?

Autoridade Tributária, Confederação das Associações Económicas e Ernst and Young respondem à pergunta.

“Em ambiente de incerteza, o consumidor é que paga”.

Ismael Faquir

Presidente do Conselho Executivo da Ernst and Young

Os sistemas fiscais da região são mais ou menos similares, porque, se olharmos para a taxa do imposto sobre o rendimento, constataremos que ela varia entre 28 e 35%, e Moçambique tem como taxa de tributação a pessoas colectivas 32%, salvo quando estes rendimentos são provenientes da actividade agrícola, onde a taxa de imposto é de 10%. Se olharmos para a tributação de despesas, mais concretamente para o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), veremos que, ao nível da região, as taxas variam entre 14 e 19%, sendo que Moçambique aplica 17%. Sendo assim, pode dizer-se que Moçambique está dentro dos intervalos das taxas que vigoram na região da África Austral.

Eu concluiria que não é pelo sistema fiscal que vigora em Moçambique que as empresas são mais ou menos competitivas em relação a outras da região, mas existe um conjunto de direitos que estão estabelecidos na legislação moçambicana cuja não observância pode colocar em causa a competitividade das empresas nacionais. Por exemplo, é um dado comum que o Estado tem dificuldades em reembolsar os impostos aos contribuintes, com particular destaque para o IVA.

Uma das principais características do IVA é a neutralidade, isto é, o funcionamento normal deste imposto não deveria acarretar qualquer acréscimo na estrutura de custos da empresa. A legislação fiscal estabelece o prazo de 30 dias para o Estado reembolsar o imposto que é devido às empresas quando é legítimo.

O que tem estado a ocorrer, na prática, é que este reembolso não ocorre dentro dos prazos, e, noutras situações, chega a não ocorrer. Isto provoca problemas graves às empresas, porque elas têm que se reorganizar, buscando, por um lado, financiamentos para fazer face àquilo que são as suas obrigações, honrando os seus compromissos. Os financiamentos recorridos têm um custo financeiro acrescido que, de certa forma, tornam as empresas nacionais menos competitivas que outras da região, com esses direitos salvaguardados. Por outro lado, há um aspecto que não deve ser negligenciado: se os direitos da empresa não são respeitados pela Autoridade Tributária, o ambiente de negócios torna-se incerto. As empresas, para não serem surpreendidas, procuram formas de se precaver.

Quando lidamos com ambientes de incerteza, principalmente nos aspectos fiscais, é evidente que quem paga essa factura é o consumidor final, dado que as empresas vão fazer repercutir os impactos desse agravamento da sua estrutura de custos no seu preço de venda, perdendo, desta forma, a competitividade que poderia ter se o Estado cumprisse com as suas obrigações fiscais.

“Administração tributária não é ineficiente”

Gonçalves Mandava

Autoridade Tributária

Funcionam na Autoridade Tributária três comissões especializadas, uma para tratar de assuntos de natureza aduaneira, a segunda de impostos internos e outra da reforma que a autoridade tributária está a desencadear. É verdade que, na matriz das actividades a desenvolver, que é o guião das nossas acções com a CTA, consta a necessidade de redução das taxas, nomeadamente, o IVA e os impostos sobre o rendimento.

Os níveis de taxas são fixados em função de alguns pressupostos, e, obviamente, se formos a pegar no Produto Interno do país e comparássemos com o da África de Sul, iríamos nos aperceber dos grandes desníveis entre as economias desses países.

Não me parece que a revisão em baixa dos níveis de taxas pudesse resolver em definitivo o problema. É verdade que estamos a considerar a proposta, face aos planos e compromissos que temos, mas o importante é a capacidade de administrar os impostos e de assegurar que todos aqueles que devem os impostos os paguem.

Post Congress

Opinião Lázaro Mabunda Máscara dos socialistas-capitalistas caiu em Pemba
Máscara dos socialistas-capitalistas caiu em Pemba
QUINTA, 27 SETEMBRO 2012 00:00 LÁZARO MABUNDA JORNAL O PAIS

Lázaro Mabunda

É este o problema que faz com que haja alergia às críticas na Frelimo. Ora, esta alergia só vem demonstrar que os dirigentes da Frelimo vestem-se de pele socialista, mas de espírito altamente capitalista. Isto é, corporalmente socialistas e espiritualmente capitalistas. Esta forma de ser revela-se, também, pela ambição desmedida em concentrar as riquezas nas mãos de poucos, sob argumento de que “não podemos ter medo de ser ricos”.

A Frelimo tentou continuar com o sistema de debates abertos à comunicação social, iniciado no IX Congresso, em Quelimane, em 2006. O objectivo era transmitir não só aos moçambicanos, como também ao mundo, a ideia de que a Frelimo é uma organização transparente, cujos debates, no congresso, são públicos, não havendo secretismo.

Os dirigentes do partido, sobretudo a presidência e o secretariado do partido, julgavam que tivessem o controlo do pensamento dos seus membros, da “unanimidade” no discurso. Não tinham imaginado que havia elementos que tinham pensamentos próprios, ainda não algemados, não formatados pela ideologia partidária. Não imaginavam que havia “quebra de unanimidades”. Por isso, a primeira vez que um membro quebrou unanimidade, a máscara da transparência da Frelimo caiu na baía de Pemba.

Iniciou o frenesim. Conforme contam os nossos colegas que cobrem o congresso (ver jornal O País do dia 25 de Setembro em curso) “Quando a intervenção de Jorge Rebelo, ontem (24/09/2012), começou a questionar a liberdade de opinião dos militantes e da sociedade, em geral, subitamente assistimos a um movimento estranho: os dirigentes da Frelimo mandaram parar a transmissão em directo da Televisão de Moçambique e ordenaram as outras televisões, que sem estarem a dar em directo gravavam o evento, a desligar as câmaras. Daí em diante, as ordens multiplicaram-se pelos oficiais de protocolo para os gestores dos media, sobretudo televisivos e radiofónicos, com algumas contradições pelo meio: ora era para os jornalistas

abandonarem a sala, ora era para se manterem, mas com compromisso de não gravarem os debates”.

Ainda narram o seguinte: “Ao fim de algum tempo, clarificou-se a decisão: os jornalistas mantinham-se na sala, apenas com autorização de gravar mensagens de “partidos amigos e irmãos da Frelimo” e dos delegados ao congresso. Quando fosse a vez dos debates, as câmaras deveriam manter-se desligadas e os jornalistas... vigiados. De nada valeram os protestos dos jornalistas. A decisão foi mesmo avante. Facto curioso é que, quando Rebelo falou, vários camaradas comentaram, nos corredores, que o veterano ideólogo não tinha razão.”

Não é primeira vez Jorge Rebelo vir a público dizer que não há crítica na Frelimo. E não é o único. Sergio Vieira e outros também já o disseram. “Sem diálogo, não vamos longe. Temos que permitir às pessoas falarem sem qualquer medo de represálias. Isso não acontece no nosso partido e na sociedade em geral”, disse, no congresso, Rebelo, acrescentando que a intimidação manifesta-se de forma mais grave na comunicação social, amordaçada por agentes do Estado.

Para o ideólogo da Frelimo, citado pelo jornal O País, o perigo disso é os chefes não terem a percepção do que os membros pensam e querem, e, conseqüentemente, não poderem tomar as medidas necessárias para corrigir os seus erros. Rebelo entende que ninguém é perfeito. “Mesmo os chefes erram. Por isso, é preciso que saibam o que a população pensa. (...) no passado, não era assim. Espero que este congresso encontre um caminho para poder haver abertura. Havendo abertura, este partido seria muito mais forte.”

Na verdade, se os pronunciamentos de Jorge Rebelo podiam ser vistos como especulação dos “mulatos e canecos”, conforme se tem vindo classificar o grupo dos críticos internos do partido, os dirigentes da Frelimo fizeram a questão de apresentar publicamente as provas do que Rebelo havia dito: alergia à crítica, o controlo de opiniões dos membros e da imprensa.

Não restam dúvidas que a decisão, não só deixou cair a máscara da transparência nos debates do partido, como também a Frelimo, tal como disse Lourenço de Rosário, “deu um tiro no pé”.

Rebelo foi, ainda, mais longe, lançando o repto sobre a necessidade de se parar com a onda de racismo interno na Frelimo. “Muitas vezes, a unidade nacional é apenas um slogan utilizado nos discursos. Não se indica qual o conteúdo dessa unidade nacional. Ultimamente, fico preocupado quando oiço certos pronunciamentos de dirigentes altos da Frelimo, que querem dividir-nos, que dizem haver moçambicanos genuínos e não genuínos. Eu próprio já não sei se sou genuíno. Será pela cor? O Manuel Tomé e a Graça (Machel) são bem mais claros que eu. Esta é uma questão séria”.

A opinião de Rebelo foi reforçada por Óscar Monteiro, um dos que críticos internos, os ditos “mulatos e canecos”. Monteiro levantou, ainda, outras questões interessantes: “O partido Frelimo cresceu através do debate e da incorporação permanente de novos conhecimentos. Isso pressupõe irmos buscar as pessoas a cada momento, através da discussão, o que elas têm para dar para enriquecer o pensamento colectivo” e que há uma expressão na história da Frelimo que é “crescer por ondas”. Quer dizer “que todos vamos desenvolver aos poucos, os que estão à frente e os que estão atrás. Isso é o que permitiu à Frelimo, em dez anos, com poucos intelectuais, chegar à independência como um movimento com grande pensamento. Isso permitiu segurar o país independente. Não tínhamos técnicos especializados.”

E finalizou: “Eu diria que é esse o esforço a fazer permanentemente. A intenção de Jorge Rebelo sintetiza bem a forma de como nós crescemos, sem amarguras, sem convencimento de que só uns é que sabem. Eu acho que esta abertura e esta humildade de ouvir dos outros é que são as marcas que fizeram esta nossa organização”.

É estranho que a Frelimo venha com a decisão de encerrar as portas à imprensa só porque um dos seus membros quebrou o “pacto de unanimidade”, uma vez que os seus estatutos (artigo 8) já prevêm, como deveres do membros, “cultivar o espírito de crítica e de auto-crítica”.

Pareceu-me que os dirigentes da Frelimo se tivessem esquecido que os direitos e os deveres não são para enfeitar os estatutos, mas para serem exercidos plenamente pelos membros.

A paralisia cerebral da maior dos membros da Frelimo só irá perpetuar o medo, intrigas e discriminação. Através da crítica interna, a Frelimo deve dar o exemplo de como se combate a concentração de riqueza num grupinho. Deve perceber que “Luta contra imperialismo”, “contra a burguesia” e “contra a exploração” tem de ser desencadeada de dentro da Frelimo para fora, porque, hoje, os imperialistas, os burgueses e os exploradores estão mais dentro do partido do que fora dele.

O que me impressiona na Frelimo é a qualidade e a dimensão da hipocrisia dos seus dirigentes. Insistentemente, ainda que estejam conscientes de que o seu hino desajustou-se com o tempo, continuam – fizeram-no neste congresso – a incitar os “operários e camponeses” a unirem-se “contra a exploração”, além de ainda acreditarem no triunfo de um sistema que, não só deixou de existir, como também eles mesmos já o diabolizam.

Entoaram, em voz alta, no início do congresso, o seguinte refrão do seu hino: “Somos soldados do povo marchando em frente pela paz, pelo progresso, sempre avante unidos venceremos, socialismo triunfará”.

Quando a Frelimo entoava o seu hino nacional, estava pregado nas imagens das televisões. A minha intenção era ver se alguns dos burgueses, exploradores, da Frelimo abriam as bocas para dizer: “Avante operário, camponeses, unidos contra a exploração”. Para a minha surpresa, é que os capitalistas nem esconderam os seus rostos, muito pelo contrário, levantaram-nos, entoando em voz alta: “avante operários camponeses, unidos contra exploração”.

E a questão que me ocorreu foi: quem de todos que estão naquela sala é operário, quem é camponês? Quando lançasse o meu olhar, só via mais capitalistas, exploradores, proprietários de bancos, dos centros comerciais, de empresas de construção civil, de reservas e de empresas de exploração mineira, de transportes e comunicações, entre outras. Não consegui ver sequer um camponês, nem um operário.

A ideia de que na história da Frelimo havia uma expressão de que se devia “crescer por ondas”, “que todos vamos desenvolver aos poucos, os que estão à frente e os que estão atrás”, foi esquecida. Agora é o contrário. A ordem é “crescer por atrofiamento”. Quer dizer, poucos vão desenvolver rapidamente, os que estão à frente, cada vez mais à frente, e os de trás, cada vez mais atrás.

É este o problema que faz com que haja alergia às críticas na Frelimo. Ora, esta alergia só vem demonstrar que os dirigentes da Frelimo vestem-se de pele socialista, mas de espírito altamente capitalista. Isto é, corporalmente socialistas e espiritualmente capitalistas. Esta forma de ser revela-se, também, pela ambição desmedida em concentrar as riquezas nas mãos de poucos, sob argumento de que “não podemos ter medo de ser ricos”.

A outra prova da alergia à crítica é o facto de a Frelimo ter recolhido todos os exemplares do jornal “O País” do dia 25, que continham as declarações de Jorge Rebelo, eventualmente para os incinerar. Uma estratégia própria dos líderes híbridos marxistas-putinistas/capitalistas.

O racismo e a xenofobia de que se queixou Rebelo (moçambicanos genuínos e não genuínos) podem ser vistos como uma estratégia das lideranças do partido de minimizar o poder de crítica dos tais “moçambicanos não genuínos”. Não é primeira vez a ouvir falar-se de questões raciais na Frelimo. No ano passado, estas questões foram levantadas, até, por alguns jornalistas com mentalidade formatada pela ideologia do partido, nos habituais encontros anuais com o Presidente da República, igualmente presidente do partido. Dizia-se que o debate sobre a necessidade de renegociação dos mega-projectos era uma polémica levantada por “brancos”, os tais “moçambicanos não genuínos”, uma clara indirecta aos intelectuais do Instituto dos Estudos Sociais e Económicos (IESE).

Quer dizer, para alguns membros da Frelimo, o que determina a genuinidade de moçambicanidade é a cor da pele. Interessante critério, mas bastante preocupante, na medida em que este problema vem do interior da Frelimo, partido no poder. Esse é indício de que a unidade nacional ainda não é uma garantia.

É legítima a preocupação de Jorge Rebelo, por sinal ideólogo do mesmo partido que hoje o considera “moçambicano não genuíno”. Jorge Rebelo, tal como outros “mulatos, canecos e brancos” moçambicanos, não só lutou pela libertação deste país, pela unidade nacional, como também continua a prestar um contributo indispensável para o desenvolvimento do país. Na verdade, estes “moçambicanos não genuínos” são mais “moçambicanos genuínos” do que os que se auto-intitulam como tal, curiosamente, os mesmos que já negociaram o país nas bolsas europeias, americanas e chinesas.

Misc

1º Semestre deste ano: Mais de 730 mortos em acidentes de viação

SETECENTOS e trinta e oito pessoas morreram ao longo do primeiro semestre deste ano, em consequência de 1500 acidentes de viação ocorridos em todas as províncias do país.

Maputo, Domingo, 9 de Setembro de 2012:: Notícias

Este número, segundo o director-geral do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATER), supera os registos de igual período do ano passado, quando os sinistros causaram a morte de 618 pessoas.

De acordo com Taibo Issufo, o elevado número de mortes revela que os acidentes de viação continuam a ser fonte de preocupação, embora o índice de sinistralidade esteja a registar uma ligeira redução.

No primeiro semestre deste ano, por exemplo, registaram-se dois mil acidentes de viação no país. Taibo Issufo acrescentou que para além das mortes, os desastres deixam sequelas profundas em muitas pessoas, algumas das quais contraem incapacidade permanente de exercer actividades de sobrevivência.

De igual modo, são avultados os danos materiais causados pelos acidentes nas infra-estruturas, daí todo o esforço que se tem feito no sentido de se consciencializar os automobilistas, chamando-os à atenção para a mudança de comportamento.

“As nossas estradas devem deixar de ser pistas e corredores de morte. Temos trabalhado com o objectivo de mudar o comportamento, porque os nossos automobilistas até conduzem bem quando estão nos países vizinhos, o que não acontece quando estão no país”, lamentou o director-geral do INATER.

Além das campanhas de sensibilização sobre condução responsável, Taíbo Issufo, referiu que a redução dos índices de sinistralidade passa pela repressão eficaz dos prevaricadores do código de estrada.

Relatórios nacionais e internacionais sobre o trânsito rodoviário apontam Moçambique como um dos mais perigosos para a condução a nível da África Austral, devido à corrupção na polícia e escolas de condução, bem como ao mau estado das vias e das viaturas.

Projectos de investimento em Moçambique: Governo chinês a loca mais 23,6 milhões USD

A China vai alocar ao Governo moçambicano mais 23,6 milhões de dólares norte-americanos destinados ao financiamento de projectos de investimentos em Moçambique.

Maputo, Segunda-Feira, 24 de Setembro de 2012:: Notícias

Segundo uma fonte do Ministério das Finanças, do montante 14,2 milhões de dólares serão sob forma de donativo, enquanto os remanescentes 9,4 milhões de dólares serão crédito sem juros. A fonte governamental que confirmou os dados não avançou as áreas para as quais o dinheiro vai ser direccionado, tendo apenas adiantado que o financiamento se destina à realização de projectos a serem acordados entre os dois países.

No entanto, o “Notícias” tem informações que dão conta que o dinheiro a ser alocado pelas autoridades chinesas poderá ser investido no sector das Pescas.

A República Popular da China constitui um parceiro estratégico de cooperação para Moçambique, com grandes investimentos no domínio da construção e/ou reabilitação de infra-estruturas socioeconómicas, com o objectivo de catapultar o desenvolvimento do país.

A título de exemplo, esta semana o Chefe do Estado moçambicano, Armando Guebuza, lançou a primeira pedra para a implementação de dois importantes projectos de construção de infra-estrutura, nomeadamente a ponte entre Maputo e Catembe e a Estrada Circular de Maputo.

Os dois empreendimentos lançados quinta-feira são globalmente avaliados em 1040 milhões de dólares norte-americanos, sendo 725 milhões para a Ponte Maputo-Catembe e estrada adjacente e os restantes 315 milhões para a construção da estrada circular, cujas obras estão em curso desde o mês passado.

Nos últimos 10 anos a China financiou, entre outras infra-estruturas, a reabilitação e modernização do edifício-sede da Assembleia da República, edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, o Bairro Militar do Albasine, o Palácio da Justiça, o Estádio Nacional do Zimpeto e a reabilitação e ampliação do Aeroporto Internacional de Maputo.

Para além das infra-estruturas, a República Popular da China tem grandes investimentos na cooperação militar, agricultura e construção.

Linha Cuamba Lichinga será reconstruída

SEXTA, 28 SETEMBRO 2012 00:41 REDACÇÃO

O primeiro-ministro, Aires Ali, deverá presidir, em Outubro próximo, ao acto de lançamento do projecto de reconstrução da linha de caminho-de-ferro que liga as cidades de Cuamba e Lichinga, na província do Niassa, no norte de Moçambique.

Uma fonte da direcção provincial das Obras Públicas do Niassa disse à macauhub que o lançamento do projecto de reconstrução daquela linha deveria ter ocorrido em Setembro passado, não tendo sido concretizado por razões de agenda do primeiro-ministro.

A linha de caminho-de-ferro entre Cuamba e Lichinga, numa extensão de 263 quilómetros, é importante para o desenvolvimento da província do Niassa, uma vez que a estrada que liga as duas cidades fica intransitável na época das chuvas.

A estrada em questão, a Nacional 13, com aproximadamente 300 quilómetros de extensão, vai ser objecto de reconstrução, estando o governo a procurar obter recursos junto de potenciais financiadores.

A EN13 garante, igualmente, a ligação ao estratégico porto de Nacala, na província de Nampula, também no norte de Moçambique.

Moçambique tem estado a fazer, nos últimos dez anos, grandes investimentos em infra-estruturas, quer rodoviárias quer ferro-portuárias.

Recentemente, o presidente moçambicano lançou a primeira pedra para a construção da circular rodoviária de Maputo e da ponte ligando a capital a Ka Tembe, empreitadas com um custo de superior a mil milhões de dólares.

Grupo suíço ABB vai investir 50 milhões de dólares na HCB

QUARTA, 26 SETEMBRO 2012 00:01 REDACÇÃO

Hidroeléctrica de Cahora Bassa

Segundo comunicado divulgado recentemente.

O montante será aplicado na renovação da estação de conversão de corrente contínua de alta voltagem de Songo, para garantir a fiabilidade do sistema e permitir à Hidroeléctrica de Cahora Bassa respeitar o acordo de fornecimento de energia assinado com a estatal sul-africana Eskom. O grupo suíço ABB obteve um contrato de 50 milhões de dólares da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para proceder à renovação da estação de conversão de corrente contínua de alta voltagem do Songo, informou o grupo, em comunicado segunda-feira divulgado em Zurique.

A ABB é uma empresa fornecedora de tecnologia de energia e automação industrial, com investimentos em vários países do mundo.

A estação de conversão e equipamento associado constitui peça-chave da linha de transmissão de 1 920 megawatts gerados no aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa até à rede da África do Sul, onde a maior parte da energia eléctrica produzida localmente tem origem na queima de carvão.

De acordo com o comunicado da ABB, a renovação da estação vai garantir a fiabilidade do sistema, o que permitirá à Hidroeléctrica de Cahora Bassa respeitar o acordo de fornecimento de energia assinado com a estatal sul-africana Eskom.

201012E CHINESE CONTRACTOR HANDS OVER AIRPORT TERMINAL

Maputo, 5 Oct (AIM) – The Chinese company Anhui Foreign Economic Construction Group (AFECC) on Wednesday provisionally handed over the new domestic terminal at Maputo International Airport, to its owner the Mozambican Airports Company, ADM.

According to the director of the airport project, Acacio Tuendue, cited in Friday's issue of the Maputo daily "Noticias", the provisional delivery marks the end of construction work on the terminal.

"It was 20 months of work which began with the demolition of the old passenger terminal", he said. "We've amazed ourselves because, with this terminal, we've managed to improve greatly in terms of quality when compared with the international terminal".

Tuendue claimed that the standards of comfort for passengers in the domestic terminal are comparable "with many airports in developed countries".

The new terminal has two broad and modern halls, with the capacity to attend to 580 passengers an hour at peak times. There are 14 check-in counters equipped with modern technology, plus a shopping area. The terminal cost 36 million US dollars.

Tuendue added that, under the contract with AFECC, the Chinese company must repair any anomaly that occurs within a year of the handover, and within five years in the case of the terminal roof.

(AIM)

Pf/ (210)

61012E JUDGE ORDERS RELEASE OF BAKHIR AYOOB

Maputo, 2 Oct (AIM) – A judge in the southern Mozambican city of Matola, Helena Mateus Kida, on Monday ordered the release of businessman Bakhir Ayoob, who had been arrested on 21 September on suspicion of involvement in the wave of kidnappings that has rocked the business world over the past year.

According to a report in Tuesday's issue of the independent daily "O Pais", Kida set Bakhir free because the police had not provided enough evidence to tie him to the kidnapping.

The only facts proved were that Bakhir frequented casinos, and offered valuable goods to friends – which are not in themselves crimes.

"O Pais" also claims that the police lacked an arrest warrant. The warrant they used allowed them to search Bakhir's house, but not to detain him. An arrest warrant is always required to detain a suspect, unless the person concerned is caught in the act of committing a crime.

The police may have acted hastily, arresting Bakhir on the basis of confessions of members of the kidnap gang who were detained earlier in the month, but without securing the proof that could corroborate such statements.

Bakhir was apparently named as their employer by the three alleged kidnappers whom the police arrested on 13 September. These men, Arlindo Timana, Manuel Valoi and Inacio Paulino, supposedly implicated Bakhir in five successful kidnappings plus one that failed.

Anonymous police sources cited in the media said that Bakhir was also under investigation for at least two murders earlier this year. One of the victims, Momade Khaled Ayoob (no relation), was gunned down outside a Maputo mosque in April. The second, Ahmed Jassat, owner of the Expresso Cambios foreign exchange bureau, was shot in June in a busy Maputo street, and died in a South African clinic a few days later.

Bakhir Ayoob owns several shops in central Maputo, including “Bakhir Cell Shop”, “Bakhir Game Shop” and “Bakhir Auto Style”.

He appears to have enjoyed gambling. The police sources say they have information from their South African counterparts that Bakhir recently lost 24 million rands (2.9 million US dollars) in South African casinos.

The origin of this money may be questionable, but there is nothing illegal about losing money at the card table.

(AIM)

Pf/ (369)

91012E BAKHIR: POLICE REMAIN CONVINCED OF GUILT

Maputo, 3 Oct (AIM) – The General Command of the Mozambican police announced on Tuesday that it will respect the court order to release businessman Bakhir Ayoob, despite what the police believe is strong evidence connecting him to the wave of kidnappings that has shaken the business community over the past year.

Bakhir was arrested at his Maputo home on 21 September. Anonymous police sources told reporters that Bakhir was suspected of ordering five successful kidnappings, one abortive kidnapping and two murders.

But on Monday a judge in the southern Mozambican city of Matola, Helena Mateus Kida, ordered Bakhir’s release, on the grounds that the police had not provided enough evidence to tie him to the kidnappings.

Addressing a Maputo press conference on Tuesday, the spokesperson for the police General Command, Pedro Cossa, said the police respected the court decision – but continued to believe in Bakhir’s guilt. All the evidence collected over months of investigation remained valid, he said, and indicated that Bakhir was indeed involved in the kidnap ring.

The conclusion that Bakhir was deeply involved in the kidnappings “was not reached by mere chance”, said Cossa. “We didn’t just pick him off the streets on a whim”.

The police would not comment on the judge’s decision, he added, “but we think we are working properly and are doing our best to clear up the kidnappings”.

Cossa said the police were pleased that the other kidnappers, who allegedly worked on Bakhir’s orders, are still in detention. No court has ordered their release.

The police would now redouble their efforts to detain other members of the kidnap gang still at large. Some of those in custody are cooperating with the police, Cossa said, and there are teams of investigators working on the case inside and outside Mozambique.

“There are aspects which still require further investigation”, he added. “We think that, in due course, society will be informed, and will be rather surprised at the results”.

Planificar, orçamentar e... não cumprir!

SEXTA, 12 OUTUBRO 2012 00:00 REDACÇÃO



Metade das verbas alocadas aos distritos é usada para despesas não previstas no Plano Económico, Social e Orçamental.

A situação deve-se aos elevados desvios de aplicação dos fundos do Orçamento do Estado para acomodar actividades protocolares do Estado, incluindo presidências abertas.

A constatação é do Centro de Integridade Pública (CIP), num relatório divulgado, ontem, na cidade de Maputo. A pesquisa rastreou a despesa pública referente ao ano 2011, em 12 distritos localizados nas províncias de Gaza, Inhambane, Nampula e Niassa.

O relatório revela um conjunto de irregularidades no cumprimento dos planos, indicando que metade das despesas previstas não chegam a ser realizadas, e as que se realizam não tomam em conta as prioridades locais. Vamos em partes:

Fundo de investimento distrital

O CIP começa por atacar o Fundo de Investimento Distrital (FID). Refere que dos 911.5 milhões de meticais alocados pelo governo central em 2011, 81.18 milhões foram canalizados para os 12 distritos abrangidos pela pesquisa. Destes, apenas 23.68% foram investidos em actividades planificadas. Em média, das actividades realizadas, 75.44% foram concluídas, 21.05% estão em curso e 3.5% estão paralisadas, abandonadas ou simplesmente não foram realizadas.

Os governos distritais justificam que estas situações se devem às fragilidades institucionais, no processo de planificação e alocação do orçamento, uma vez que a planificação é feita antes de se ter o conhecimento dos tectos orçamentais, o que resulta numa planificação "irrealista", avança o relatório.

Os controversos "sete milhões"

Em relação ao Fundo Distrital de Desenvolvimento, os "sete milhões", o exercício de rastreio constatou que 5% do orçamento alocado foi desviado para custear despesas de ajudas de custos e de funcionamento das secretarias distritais.

Em 2011, o governo moçambicano alocou 1.080,70 milhões de meticais para o Fundo Distrital de Desenvolvimento. Deste valor, 96.63 milhões de meticais eram destinados aos 12 distritos em apreço. Porém, apenas 90.44 milhões chegaram aos cofres das administrações locais, o correspondente a 93,60% do valor.

O CIP detectou, ainda, irregularidades no financiamento dos projectos, já que 15% dos mesmos não estão contratualizados.

O relatório avança que "tanto o governo distrital quanto o Conselho Consultivo só se concentram" na aprovação dos projectos e não envidam nenhum esforço para a legalidade dos processos nem para o acompanhamento dos projectos financiados.

Fundo para estradas

Para a reabilitação, manutenção de rotina e melhoramentos localizados de estradas por distrito, o Governo alocou, em média, 1.25 milhões de meticais. Para os 12 distritos abrangidos, foram transferidos 38.62 milhões de meticais.

Do valor, 22.16% não foram realizados, "aleadamente devido aos desembolsos tardios do fundo e à falta de honestidade dos empreiteiros", avança o CIP. Do mesmo bolo, foram desviados 4.92 milhões para cobrir despesas protocolares diversas, durante a visita presidencial, o que representa 12.7%. Em média, 33.33% das realizações foram concluídas, 50% estavam em curso e 16,67% não foram realizadas.

O CIP destaca que "foram tomadas como vias prioritárias as que davam acesso aos locais onde o Presidente da República e/ou governantes pretendiam visitar", daí que "65% do financiamento investido nas vias não constavam dos planos traçados".

Abastecimento de água

O governo investiu na construção de 155 novas fontes de abastecimento de água e reabilitação de 25. No entanto, apenas 71 foram construídas e oito reabilitadas. Os governos distritais dizem que os factores que contribuíram para esta quebra se prendem com a falta de honestidade dos empreiteiros, desembolsos tardios, devolução dos processos pelo Tribunal Administrativo e falta de comunicação entre os governos provincial e distrital.

Leia mais na edição impressa do «Jornal O País»

FFH projecta cem mil casas em 10 anos

PERTO de 100 mil casas poderão ser edificadas em todo o país até 2022, mercê de um projecto habitacional levado a cabo pelo Fundo para o Fomento de Habitação (FFH) em parceria com o Grupo Espanhol Sanjosé. Maputo, Sexta-Feira, 12 de Outubro de 2012:: Notícias

Para o arranque do programa, um memorando de entendimento foi ontem assinado entre as duas entidades. A primeira fase, com a duração de dois anos, abarca a construção de 4500 casas nas províncias de Nampula, Sofala e Maputo.

O ministro das Obras Públicas e Habitação, Cadmiel Mutemba, disse na ocasião que a edificação das infra-estruturas é resultado de um processo de busca de soluções para a falta de habitação e melhoria das condições de vida da população.

"A busca de soluções para a realização do Programa Quinquenal do Governo levou à elaboração da política de habitação e reestruturação do FFH de modo a cumprir as recomendações que o Governo lhe conferiu", disse o governante.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do FFH, Rui Costa, estão criadas as condições para o início da primeira fase do programa, tendo sido identificadas as áreas de para tal em três cidades, nomeadamente Dondo, Nampula e Marracuene.

"O acordo assinado é resultado de um trabalho que estamos a desenvolver há um ano, que visa construir casas e neste momento estão criadas as condições para o estabelecimento de um memorando de entendimento para a sua concretização", explicou.

Para além da construção de casas, a edificação contempla infra-estruturas básicas e equipamentos sociais, tais como rede de abastecimento de água e saneamento, vias de acesso, iluminação pública, centros de saúde, escolas, mercados e outras.

Jacinto Gonzalez, presidente do Grupo Espanhol Sanjosé, entidade que vai financiar as actividades, encontra relevância no desígnio pelo facto de garantir a criação de mais de 20 mil postos de trabalho para nacionais, a longo prazo.

"O primeiro objectivo é colaborar na resolução do problema de habitação em Moçambique, pondo à disposição do cidadão uma casa acessível e de qualidade. E o mais importante é a transformação sócio-económica das populações, através da criação de postos de emprego e formação das comunidades em áreas que contribuam para geração de riqueza", avançou.

Está ainda em discussão entre as duas entidades a possibilidade de aquisição das casas para a habitação através de empréstimos bancários, para além, naturalmente, da possibilidade de aquisição a pronto pagamento (autofinanciamento) em vigor noutros projectos.

O novo traçado procura reduzir as curvas

Seis anos depois: Linha de Machipanda a caminho do seu pleno

A REVERSÃO do Sistema Ferroviário da Beira, em Dezembro do ano passado, da então concessionária denominada Companhia Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) para a Empresa Pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, hoje, seis anos depois, permitiu já o renascimento da Linha de Machipanda, que liga o Porto da Beira ao vizinho Zimbabwe, com uma extensão total de 317km. Maputo, Quinta-Feira, 11 de Outubro de 2012:: Notícias

Os comboios partem do Porto da Beira para o Zimbabwe com mercadoria, maioritariamente constituída por adubo e trigo. Já no sentido contrário transportam de Mutare para o Porto da Beira granito e diversa carga contentorizada.

O descarrilamento dos comboios, cuja média mensal era acima de 60, passou agora para entre dois e três neste mesmo espaço de tempo, graças ao trabalho de emergência em curso ao longo da via.

Viajando nesta via, especialmente para esta reportagem, a bordo de uma máquina chamada Dresina, vulgo Zorra, sob comando do experiente ancião maquinista João Sande João, o nosso repórter testemunhou que, de facto, a Linha de Machipanda movimenta tudo e todos, na sequência das obras de emergência levadas a cabo.

Houve envolvimento directo de 380 trabalhadores, contra os anteriores 147, na reabilitação de algumas estações ferroviárias, reabertura de cruzamentos dos comboios, substituição de carris e travessas, aumento de balastro, reactivação das valas de drenagem, corte de capim até à colocação de passareiras para os peões.

Outros trabalhos de vulto estão concentrados nas zonas críticas, como na baixa do Púnguè e no troço Révuè/Vumba, no distrito de Manica, província do mesmo nome.

O capataz da via na baixa do Púnguè, entre 57 e 77km, Armindo Nsucamiala, disse-nos que decorrem trabalhos de levantamento, nivelamento, ataque de saltos, colocação de balastro e substituição de carris, numa acção que arrancou nos sítios críticos em Janeiro deste ano.

Num raio de 20km à responsabilidade de 15 trabalhadores, a fonte referiu que a actividade conhece, entretanto, algum revés, com a falta de material, sobretudo parafusos, nas juntas e fixadores de carris.

A ponte sobre o rio Púnguè, de cerca de 245 metros de comprimento, que liga os distritos de Dondo e Nhamatanda, em Sofala, ainda reclama uma restauração física, como pintura, troca de travessas e colocação de passareiras para os peões.

Foram concluídos os trabalhos de desminagem nos arredores daquela infra-estrutura hidráulica e as obras de reconstrução estão previstas para arrancarem brevemente, numa zona que conta igualmente com oito viadutos.

De acordo com o inspector da via na Brigada de Reconstrução da Linha de Sena, José Mapoissa, a renovação da Linha de Machipanda abrange 3800 metros na baixa do Púnguè.

Contudo, a baixa oferta do mercado no fornecimento de travessas está a afectar o rendimento das obras em curso. Da meta mensal de oito mil travessas, a indústria Moçambique Florestal (MOFLOR) apenas tem capacidade para duas mil unidades e igual número de uma serração baseada em Gorongosa.

Cada quilómetro consome 1500 travessas e, na globalidade, as quatro mil travessas de madeira colocadas mensalmente nesta via consomem mais de cinco milhões de meticais.

Para contornar o atraso que se verifica no fornecimento de travessas da madeira esforços estão em curso ao nível dos CFM no sentido de reactivar-se entre Dezembro e Janeiro próximos a Fábrica de Travessas de Betão Armado do Dondo.

Tal indústria pertence a investidores indianos, decorrendo negociações já em estágio avançado para a sua concessão àquela firma nacional. A ideia é de reabilitar toda a Linha de Machipanda, preparando-a para suportar um peso de até 16 toneladas por eixo.

Foram já formados quatro sectores, designadamente Beira/Dondo, Dondo/Monte do Siluvo, Monte Siluvo/Matsinho e Matsinho/Machipanda. No 1º troço, de 28km, as obras estão à responsabilidade da construtora portuguesa Mota-Engil, cuja qualidade é descrita pelo dono como de melhor qualidade.

Basicamente, o trabalho consiste na substituição de todas as travessas anteriormente colocadas pelo extinto concessionário e que tinham sido desmontadas na Linha de Sena, concretamente na Ponte Dona Ana, sobre o rio Zambeze.

Tais travessas não são recomendáveis para a linha, por serem de uma espessura com 20 centímetros, contra os 13 necessários. O facto também propiciava o descarrilamento dos comboios em consequência da ondulação da via.

Entretanto, entre Beira e Dondo registam-se frequentes roubos de balastos para a construção civil.

A Linha de Machipanda, no trajecto Revue/Vumba, no distrito de Manica, província do mesmo nome, está a beneficiar de um novo traçado para reduzir as actuais 14 para apenas quatro curvas.

Segundo a desenhadora Arlete Mutondo, o projecto está previsto para terminar no próximo ano, decorrendo actualmente a desmatação e nivelamento da plataforma.

Tal levantamento topográfico arrancou precisamente em Setembro passado para mostrar o traçado do projecto Vumba, faltando apenas atacar a última curva.

A existência de capim alto, arbustos e frondosas árvores dificultam o trabalho em curso, o que, segundo a nossa fonte, provoca a lentidão na desmatação, aliada à falta de instrumentos de produção como machados e catanas.

O projecto foi desenhado há 10 anos, mas só agora é que se avançou para a sua concretização pelo facto de o anterior concessionário, segundo o inspector Mapoissa, estar apenas preocupado com a obtenção de lucros fabulosos.

O actual traçado apresenta-se com muitas e apertadas curvas e contracurvas até um raio de 100 metros, o que contribui imensamente na multiplicação de descarrilamentos de comboios.

Diga-se mesmo que mais de 50 por cento dos descarrilamentos ao longo da Linha de Machipanda aconteciam neste troço, por se apresentar com carris altamente desgastados em consequência das apertadas curvas existentes.

António Tamele
Redução dos comboios
Maputo, Quinta-Feira, 11 de Outubro de 2012:: Notícias

A FALTA de locomotivas e vagões afecta igualmente a circulação de comboios na Linha de Machipanda, cuja média diária actual é de três unidades. No âmbito de um acordo bilateral, os CFM alugam vagões da National Zimbabwe Railways, o que implica avultadas somas monetárias.

Para já as obras em curso na Linha de Sena pela Mota-Engil são apontadas como principal causa desta situação, pois duas locomotivas estão envolvidas no transporte de material nos troços Beira/Dondo e Moatize/Doa.

Contudo, graças à reabilitação em curso na Linha de Machipanda melhorou significativamente a circulação dos comboios. O tempo também reduziu de 24 para 12 horas, com a precaução da velocidade média fixada em 30km/hora.

O chefe da Estação de Machipanda, Domingos Daimone, indicou que os 60 trabalhadores ali em exercício estão empenhados na recepção dos comboios da Beira e de Mutare. As suas dificuldades de fundo estão relacionadas com problemas da via, mas há esperanças para a conclusão dos trabalhos em curso no próximo ano.

As oficinas gerais da estação ferroviária de Machipanda continuam inactivas, sem tecto nem iluminação, funcionando apenas o sector de revisão dos materiais.

A transição dos trabalhadores da extinta CCFB para os CFM trouxe igualmente uma maior motivação aos trabalhadores, que viram melhorias nos seus salários e sem atraso, tendo passado a ter fardamento, botas, luvas e máscaras, conforme congratulou-se o chefe da Estação de Nhamatanda, António Tamele.

Das seis linhas existentes naquela estação cinco estão em pleno funcionamento, faltando apenas o material complementar para a reactivação total, o que vai contribuir na redução do horário dos comboios.

“Depois da reversão do Sistema Ferroviário da Beira aos Caminhos de Ferro de Moçambique atacámos a limpeza e substituição de travessas danificadas reduzindo os descarrilamentos dos comboios nas linhas principais e desviadas” - apontou Tamele, acrescentando que todos os trabalhadores estão colocados nos seus devidos lugares.

Inspector de via José Mapoissa
Cenário de esperança
Maputo, Quinta-Feira, 11 de Outubro de 2012:: Notícias

AS estações ferroviárias de Manica, Matsinho, Chimoio, Monte do Siluvo e Tica, apeadeiros de Amatongas, Canfumpe, Zimpinga e alguns cruzamentos que tinham sido encerrados no período da passada gestão privada do Sistema Ferroviário da Beira estão a ser paulatinamente reactivados.

Numa 1ª fase foi possível a reabertura da Estação de Tica, enquanto no Monte do Siluvo as obras já iniciaram, devendo seguir-se a de Amatongas.

Ao longo dos primeiros dez meses de reversão do Sistema Ferroviário da Beira aos CFM foi ainda possível concluir a reabilitação das estações da Manga e Dondo. Também foram ampliadas as linhas nas estações da Beira e Dondo.

Segundo o organigrama destes trabalhos, o passo a seguir será atacar a Estação de Nhamatanda para atingir, sucessivamente, Inchope, Chimoio, Matsinho e Manica.

Maior parte das curvas no troço Vandúzi/Machipanda foi alvo de obras de emergência, que consistiram na colocação de novas travessas de madeira.

Para regular o tráfego funcionam permanentemente inspecções para precaução. “O problema de fundo é que o concessionário CCFB apenas estava virado para obtenção de lucros e agora tivemos que gastar milhões de meticais numa actividade que não se justificaria” - lamentou José Mapoissa.

Horácio João